

Maria Augusta da Fonseca Pires Figueiredo

O 25 de Abril na Literatura para Crianças e Jovens

Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses
Interdisciplinares

Orientadora:

Professora Doutora Glória Bastos

Universidade Aberta

Lisboa 2006

Ao Rui, ao meu marido e aos meus pais



À Professora Doutora Glória Bastos o meu obrigada por ter aceite orientar esta dissertação, acompanhado o seu trajecto com rigor e amizade, sempre disponível, paciente e com uma palavra de incentivo.

Para a minha colega e amiga Custódia Pereira vai um sincero e especial agradecimento pelo encorajamento e apoio que sempre soube dar.

Resumo:

No contexto da literatura para crianças e jovens em Portugal, constatamos que existem várias obras que tomam como elemento temático a Revolução de Abril de 1974, contribuindo para a fixação, na memória, desse momento da nossa História colectiva.

As primeiras edições surgem no final da década de setenta, mas a maior afluência dá-se nos anos 90, sobretudo em 1999, aquando da data comemorativa da Revolução. Desde então, têm aparecido novas publicações, destinadas a várias faixas etárias, que revisitam a Revolução de Abril e o tempo imediatamente anterior e posterior. O crescente investimento da Literatura, na partilha desses conhecimentos, retrata a preocupação cívica de vários autores, que continuam a empenhar-se na luta contra o esquecimento. Verificamos também que essa temática é abordada segundo várias perspectivas, possibilitando por vezes ao leitor uma reflexão e análise pessoais sobre os acontecimentos.

No desenvolvimento do trabalho realizado, procurámos, após um breve enquadramento teórico, reflectir sobre as relações da História com a Literatura, mas, essencialmente, sobre a História na Literatura Infanto-Juvenil. Cientes de que todos os textos sobre esta temática contribuem para a construção de uma memória e identidade colectivas, ensaiámos uma leitura analítica de algumas obras, procurando compreender o que nelas há de mais marcante face à problemática que estudámos.

Este estudo avança, também, com uma proposta de tipologia, tentando agrupar os vários livros segundo três categorias: “a História na ficção”, “a História ficcionada” e “livros predominantemente informativos”, realçando em cada uma delas o contributo que oferecem para a compreensão de um período ainda pouco conhecido e valorizado pelas nossas crianças e jovens.

Abstract:

In the Portuguese children's literature we have noticed that are published several book about the Revolution of the 25th April, helping children to fix in one's mind this moment of our History.

The first editions books about this landmark in our History appear in the last decades of the seventies trough the biggest affluence is in the 90's, mainly on the 25th anniversary, in1999. Since then, new books that revise the revolution and the time before and after it made for different ages have been published. This growing investment of Literature on sharing the knowledge of those times depicts the worries of several authors who still fight against forgetfulness. In more recent books, authors approach the subject according to different views and this enhances the reader to have a more personal thought and analysis.

In this context, we considered important to make some thoughts on this subject. After a short theoretical context, we tried to think about the relationship of History with Literature, mainly Children's Literature. Knowing that all the texts we worked with, based on this subject, help to build a group memory and identity, we rehearsed an analytical study of some works, trying to understand the most important information concerning the theme we studied.

This study also offers a proposal of a "typology" in which we try to group several books according to three categories: "History on fiction", " Real History" and "Books that give information", emphasizing of a time that isn't well known and recognized by our youngsters.

ÍNDICE

1 — Introdução	6
2 — Enquadramento teórico	15
2.1 — Entre a História e a ficção	15
2.2 — A História e a Educação	24
2.3 — A História na Literatura Infantil e Juvenil	29
2.3.1 — Livros sobre o 25 de Abril de 1974 — proposta de uma tipologia	32
3 — Escrever a História — motivações e estratégias	35
3.1 — A preocupação cívica	35
3.2 — Contar a realidade: os títulos, subtítulos e outras estratégias específicas de aproximação ao leitor	38
3.3 — O Tempo: Antes - Durante - Depois	53
4 — O 25 de Abril na Literatura Infantil: um percurso	77
4.1 — <i>O Tesouro</i> — Conquistar da Liberdade	78
4.2 — <i>O soldado e o capitão os cravos e o povão</i> — Revisitar o passado	88
4.3 — <i>Capitães de Abril</i> — Heróis da Revolução	98
4.4 — <i>25 de Abril quase como um conto de fadas</i> — Terras e gentes do Alentejo	126
4.5 — <i>Vinte cinco a sete vozes</i> — Visões entrecruzadas	135
4.6 — <i>O 25 de Abril contado às crianças e ... aos outros</i> — Da Memória à História	168
4.7 — <i>Catarina de todos nós</i> — Heroína alentejana, baluarte da Liberdade	177
5 — Conclusões	184
Bibliografia	190

1.Introdução

Justificação e apresentação do tema

Se tentarmos saber quais os ecos do 25 de Abril de 1974 na literatura Infanto-Juvenil e consultarmos obras como: *Breve história da literatura para crianças em Portugal*, de Natércia Rocha, ou *Literatura para Crianças e Jovens em Portugal* de Garcia Barreto, ou *Literatura Juvenil Portuguesa Contemporânea: Identidade e Alteridade* de Francesca Blockeel, ou *Literatura para Crianças e Jovens. Alguns percursos*, de José António Gomes e tantas outras obras críticas, muito pouco encontraremos sobre as obras, de literatura infantil, que se referem ao 25 de Abril de 1974. Por concordarmos plenamente com Gabriel Garcia Marques, quando afirma que « La vida no es la que uno vivió, sino la que uno *recuerda* y como la recuerda para la contarla »¹ e por terem, vários autores da literatura infanto-juvenil, o propósito cívico de informar e manter viva a memória da “revolução dos cravos”, marco importante na mudança das mentalidades, julgamos premente que elas ocupem um lugar de destaque na nossa literatura.

Assim, moveu-nos o ensejo de tentar, modestamente, dar o nosso contributo no que consideramos ser uma temática pouco abordada na História e na Crítica da Literatura para crianças e jovens. Já se passaram trinta e dois anos sobre este acontecimento ímpar da nossa História Nacional e contam-se, já, inúmeros esforços no sentido de transmitir aos mais jovens a importância dos valores reconquistados por aqueles que se atreveram a dar corpo à Revolução de Abril de 1974, no entanto pensamos que existe uma lacuna quando se trata da sua inclusão na História da Literatura que se dirige preferencialmente aos mais novos.

¹ MARQUES, Gabriel Garcia, *Vivir para contarla*, Mondadori, 2002.

Embora se reclame da ignorância dos jovens acerca do 25 de Abril de 1974, desconhecendo-o como um acontecimento fundamental na História do século XX português, pouco se tem feito nas escolas, do nosso ponto de vista, para divulgar o trabalho e o mérito dos escritores que se recusam a ver esse dia confundido com tantos outros, jazendo este na memória dos mais jovens como mais um dia feriado. Boaventura Sousa Santos, no prefácio ao livro de Manuela Cruzeiro e Augusto Monteiro, expressa a seguinte opinião:

O 25 de Abril contem muitas histórias, as de todos nós. Contém ainda a história daqueles que viveram durante a ditadura do Estado Novo a que o 25 de Abril pôs fim. É pois um acontecimento próximo e íntimo. E, no entanto, dá às vezes a sensação de estar nas nossas vidas e na vida colectiva do país como algo de remoto e estranho. Paradoxalmente, este «modo de estar» ausente parece o resultado do êxito do 25 de Abril: ao criar as condições para o regime democrático, que entretanto se consolidou, o 25 de Abril ter-se-á auto-extinguido. Talvez por isso os alunos das nossas escolas saibam tão pouco do 25 de Abril. Talvez por isso o 25 de Abril se esteja a transformar num feriado, o nosso modo moderno de esquecer o que é importante. (2000:11)

Por partilharmos desta opinião, pensamos que seria possível e profícuo introduzir livros de ficção sobre o 25 de Abril nos currículos escolares, quer nas aulas de Língua Portuguesa quer nas aulas de Formação Cívica, pois sabemos que quando face aos seus alunos o professor transmite um saber, nesse acto confluem as suas posições sobre a ciência e o conhecimento em geral, aliadas à sua concepção de História e ao seu posicionamento sobre o acto educativo. Assim, julgamos que o facto de dispormos de um leque de livros, quer para um público mais jovem quer para adolescentes, possibilita uma abordagem plural, pois “é óbvio que haverá sempre disparidade de opiniões e de pontos de vista, porque a objectividade não existe. É claro que a Revolução foi vivida de formas muito diversas e nos mais variados graus e registos, quer dentro da comunidade alargada que é o país, quer até nos círculos mais restritos de familiares e amigos!” (Cruzeiro, 2000:19).

Sabemos que o livro de Alice Vieira *25 a Sete Vozes* foi adoptado como obra de leitura integral numa escola do concelho do Seixal. A abordagem da obra foi extremamente profícuo, por ter conseguido interessar os alunos e os Encarregados de

Educação sobre um assunto que à partida se considerava pertencer ao campo da política. Os discentes envolveram-se e sentiram que o tema e os subtemas abordados lhes diziam respeito e que faziam parte da sua História, da História dos seus pais, da História dos seus avós, em suma da História do seu país. A Literatura e sobretudo a ficção na sala de aula permitiu que se realizassem trabalhos envolvendo várias disciplinas. Em História e Geografia de Portugal, os docentes puderam tratar o tema - o 25 de Abril e o Estado Novo - com o empenho e o tempo que lhe é devido, mas puderam, sobretudo, fazê-lo numa perspectiva interdisciplinar. Na disciplina de Formação Cívica proporcionaram-se várias abordagens, com base em excertos, sobre os valores, os direitos, as atitudes... Na disciplina de Língua Portuguesa analisou-se a obra ao nível da compreensão explorando-se de igual modo as competências quer da expressão escrita quer da expressão oral. Assim foram trabalhados textos provenientes das várias interpretações e da multiplicidade de leituras efectuadas pelos alunos. A obra permitiu a troca de opiniões sobre as passagens e situações da narrativa que mais sensibilizaram os alunos. Tornou-se de igual modo possível, a partir das várias interpretações da obra, comparar as experiências de vida dos nossos alunos com “as vivências” das personagens da ficção.

A este propósito, Maria Cândida Proença referiu-se à literatura infantil como “um meio fundamental para a transmissão de representações e imagens, meio que se torna tanto mais eficaz quanto actua de uma maneira mais informal que lhe permite transmitir normas, comportamentos e valores, sem que o público percepcione os seus objectivos encobertos” (2000: 11).

Cientes que a Revolução não criou, ainda, um verdadeiro imaginário como outrora a Monarquia, a Primeira República, ou mesmo o Estado Novo, constatamos que existem várias obras infanto-juvenis que tentam contribuir para a fixação na memória desse momento da nossa História colectiva. Esses autores, na nossa perspectiva, desejam conferir a esta data o significado que ela merece, mas almejam, sobretudo, “dar a conhecer Abril, porque com a revolução fecha-se o ciclo imperial iniciado no já longínquo século XV; com Abril chegou a hora de descansar os pés vagabundos e de construir um lar (já sem impérios) neste canto da Europa” (Monteiro, in *Malasartes*: 2000).

Num gesto de pedagogia cívica, estas obras possibilitam, em nosso entender, preencher uma “lacuna” dos programas escolares que incluem o Estado Novo e a

revolução de Abril naquela última parte, “à qual nunca se chega por falta de tempo”; embora todos concordem, cremos nós, que a escola não se pode eximir da responsabilidade de ‘ensinar’ Abril.

Apercebemo-nos, curiosamente, que a maioria das narrativas que fazem referência às figuras ou factos da História que têm por tema a Revolução de Abril, só “nascem” quando “encomendadas” aquando das comemorações do 25 de Abril de 1974. Provavelmente, o facto continua a dever-se, como aponta Glória Bastos, a “uma certa relutância dos nossos escritores em tratar uma matéria polémica, eventualmente de abordagem difícil e sobretudo, com uma carga ideológica extremamente controversa e estigmatizada pelas utilizações que o Estado Novo fez da História Pátria e pelos sentidos que pretendeu atribuir-lhe” (2004: 45-46).

Ao lermos as obras que fazem parte do nosso corpus de estudo, deparámo-nos com o desejo urgente daqueles que investem na literatura e acreditam no poder que esta possui na construção de um “saber comum”, como um meio privilegiado para que o 25 de Abril não seja somente uma data histórica, sem significado para os mais jovens; para que não se transforme, apenas, em mais um feriado, mas, pelo contrário, se estimule o trabalho da memória e se abram as portas do imaginário. Ao contrário do que sucede com tantos relatos da História, os livros que pretendemos estudar contêm um discurso que nada tem a ver com uma escrita «de grau zero» (Gomes, 2001). Pelo contrário, tende-se a “romancear” a História: “não raro, as obras literárias revestem-se de um certo significado histórico-cultural, em conexão directa com a sua capacidade para dialogarem com a História, com a Sociedade e com a cultura que as envolvem e que enviesadamente as motivam...” (Reis, 2001: 21).

Os livros, que nos propomos estudar e cuja temática histórica é a Revolução dos cravos, servem-se “dos atractivos e das teias” próprios da Literatura para ganharem em confiança e em comunicabilidade com o jovem público a quem preferencialmente se destinam. Incluímos no nosso estudo apenas as obras com estrutura narrativa: textos em prosa ou com objectivos informativos, mas também a narrativa versificada.

Assim, conhecer, com as personagens da ficção que se cruzam com as personagens reais, algo desse passado, “ajuda a perceber melhor o que foi o 25 de Abril e sobretudo facilita-nos a tarefa de contar a História mais do lado de dentro, isto é, mais do lado das pessoas que a viveram, das suas motivações, dos seus

comportamentos, das suas acções e reacções, mas também dos seus sentimentos mais íntimos” (Cruzeiro, 2000: 79).

Se perguntarmos aos jovens estudantes quem descobriu a Índia ou o Brasil estarão, certamente, informados, pois é inquestionável o papel da escola e da literatura na transmissão desse saber e desse imaginário. Todavia, se lhes perguntarmos sobre Abril de 74 poucos saberão da importância deste acontecimento da História de Portugal que tanto contribuiu para a mudança e para a evolução quer do ponto de vista da condição humana, quer do ponto de vista social. Na opinião de Maria Manuela Cruzeiro e Augusto José Monteiro,

isso de atirarem com o 25 de Abril lá para o fim do livro de história, e ainda por cima no fim do ano lectivo, também não ajuda muito a perceber o que foi esta Revolução. Está nos livros, faz , portanto, parte naturalmente da nossa história e, nem que seja só por isso, tem de ser estudada. Contudo para nós representa muito mais do que outras revoluções como, por exemplo, a de 1383, a de 1820, ou a de 1910! É que essas, para as conhecermos, só podemos mesmo recorrer aos documentos históricos que ficaram. *Mas a Revolução do 25 de Abril foi ontem: sente-se nas pessoas com quem convivemos e que amamos, nos gestos, nos sinais que diariamente te oferece, e que, com certeza, não sabes interpretar. Ela é, pois, o fio que te prende à geração mais velha (dos teus pais) e, através deles, a anteriores gerações que te fazem português aqui e agora* (2000: 22; sublinhados nossos).

Assim, não devemos descurar a partilha de uma “memória histórica”, que enforma testemunhos mais autênticos na medida em que já se passaram 32 anos sobre “esse momento de ruptura”. Isto porque “a história é como uma montanha que só de longe se pode admirar na sua grandeza e nos seus abismos” (Müller, citado por Torgal, 1989: 214). Aqueles que viveram os factos, e que ainda estão entre nós, conseguem revivê-los e reconstruí-los de uma forma mais precisa e eventualmente, já com alguma isenção, por se ter passado o tempo suficiente para “escovar dos corações” o pó da excessiva emoção. Urge preservar esses testemunhos empíricos não só porque veiculam uma mudança de rumo ou uma ideologia, mas essencialmente porque retratam a nossa maneira de ser e a nossa maneira de estar num determinado

momento da História e da “história” do nosso país, ou seja, com maior ou menor carga ficcional eles encorpam a nossa identidade.

Por isso, atentos ao que os rodeia, é notória a apreensão de vários autores da Literatura para crianças e jovens no que concerne ao desinteresse e ignorância dos mais novos face aos factos da nossa História recente e isso transparece na sua escrita como uma preocupação cívica recorrente. Por isso, conscientes do papel socializador e pedagógico da Literatura Infanto Juvenil na formação cultural dos jovens, contam-se já alguns escritores que se têm embrenhado na árdua e agradável tarefa de escrever livros que têm como pano de fundo a Revolução de 1974. Assim, podemos contar com uma dezena de livros que abordam a História recente, sobre o 25 de Abril, quer numa perspectiva mais ficcional, quer numa atitude mais informativa. Todavia, sente-se que é objectivo de todos seduzir e “contaminar” os leitores com o vírus da curiosidade, ou seja, levá-los a questionar, a procurar, a confrontar a “verdade” e a aprender mais sobre esta singular “saga nacional”.

A este propósito, tornam-se exímias as palavras proferidas por Alice Vieira:

eu penso que, para lá de nacionalismos balofos e patrioteirices descabidas, é preciso dar raízes às nossa crianças. Não se trata de lhes dar uma sucessão de nomes e datas, mas fazê-las interessar por um passado que é de todos nós, fazê-las sentir que este país é a sua casa — e ninguém se sente bem numa casa de que não conheça todos os cantos, de que não sinta os cheiros, de que não pressinta os ruídos. A Pátria não pode uma noção vaga e de ressonâncias estranhas. A Pátria tem de começar por ser este chão, e todos aqueles que o têm aguentado. [...] Uma coisa gostava de acentuar: nenhum dos meus ambientes históricos têm, como objectivos, *ensinar* História. Nem pouco mais ou menos! Para isso lá estão os manuais, os compêndios, as escolas. Aquilo que eu pretendo é fazer das crianças, crianças interessadas. Fazer com que elas, depois da leitura desses livros, se interessem por saber mais, por conhecer como tudo se passou, por aprender (1988).

Conhecendo bem as nossas escolas e os alunos com quem privamos ano após ano, fazemos nossas as palavras de Maria Manuela Cruzeiro, pois como ela,

pensamos que os jovens precisam sempre de causas e elas faltam cada vez mais nestes tempos de renúncia e conformismo bem pensante. O 25 de Abril, não

especificamente nos seus contornos históricos ou político – militares, mas nos seus valores intocáveis, é uma história exemplar, profundamente pedagógica. [...] Por ela se pode fazer uma pedagogia da cidadania, sobretudo através da actualização constante dos valores da liberdade e da democracia. Mas também uma pedagogia da esperança, do sonho que, como sabemos, convive mal com o rígido quadro institucional. Na verdade, o imenso capital simbólico fornecido pela revolução não tem sido justamente valorizado. E se hoje vivemos uma normalidade democrática, pouco participada e criativa, seria bom recordar mais vezes esses momentos de rotura e de revolução (2001: 14).

É recorrente a referência aos contributos do literário como forma de sensibilizar os mais novos para a importância dos factos históricos que contribuíram de uma forma ou de outra para a mudança, quer na maneira de estar quer na maneira de pensar quer na maneira de sentir de um povo, por isso, julgamos que a literatura Infante-Juvenil que possuímos sobre a nossa História recente, a Revolução de Abril, permite e merece, no nosso entender, um estudo e uma reflexão.

A pesquisa que desenvolvemos levou-nos a concluir que dispomos, neste momento, de um conjunto de livros de qualidade, que permite chegar a algumas conclusões sobre a útil parceria entre a literatura e a História. Embora se vislumbre a necessidade de divulgar e laborar sobre essas obras, julgamos que nada ou muito pouco se tem feito neste sentido. Para além das breves recensões, da responsabilidade de Sara Silva, de alguns artigos publicados na revista *Malasartes* e de uma intervenção recente da Professora e investigadora Ana Margarida Ramos, no Encontro de Literatura Infantil realizado na Universidade do Minho, não encontramos nenhum trabalho de fundo sobre esta temática. Este facto justifica, pois, o estudo que aqui apresentamos, embora constitua também um risco por nos situarmos num campo com pouco “apoio” para a investigação que pretendemos desenvolver. Também a sensação de que poderíamos desencadear críticas e discordâncias aguçou a nossa vontade e não desistimos do nosso empreendimento, pois estamos cientes que poderá ser um bom ponto de partida para outros trabalhos.

Estrutura do trabalho

Referindo-nos agora à estrutura que seguimos no nosso trabalho. No capítulo “Enquadramento Teórico”, abordaremos algumas questões que considerámos mais relevantes para o nosso estudo, ou seja, reflectiremos sobre as relações da História com a Literatura, mas, essencialmente, sobre a História na Literatura Infanto-Juvenil. Faremos uma reflexão sobre o papel da História e a construção da Memória junto dos jovens como um contributo para a construção de uma identidade. No capítulo “Escrever a História: motivações e estratégias”, ensaiaremos perceber como é que os vários autores abordaram um tema comum e como tentaram cativar, através da palavra escrita, a atenção e o interesse de crianças e jovens que se sentem cada vez mais fascinados pelas novas tecnologias. Em seguida, efectuamos uma leitura analítica de algumas obras, procurando compreender o que nelas há de mais marcante face ao tema que estudamos.

Para tal, apoiar-nos-emos nos instrumentos metodológicos da crítica literária, procurando uma consonância não apenas com as normas estéticas, mas também com a análise da “realidade extratextual” (Paz, 1997: 52), e entendendo também que “a crítica literária, na sua compreensão da obra, tem de desenvolver operações interpretativas que co-desenvolvam a subjectividade, a historicidade e o universo de valores do crítico-leitor” (Silva, 1988: 26). Finalmente, apresentamos um capítulo onde incluímos as conclusões mais relevantes do estudo que efectuámos, procurando evidenciar semelhanças e diferenças entre as obras analisadas.

2- Enquadramento teórico

2.1. Entre a História e a ficção

Até que ponto a Literatura, e em última análise a Arte, podem servir como fonte para o historiador? Em que medida deve a ficção contribuir para uma melhor percepção e compreensão do passado? Estas são questões sobre as quais pretendemos tecer breves considerações, tentando traçar uma linha de pensamento que permita perceber a evolução da “escrita da História”.

Creemos que o romance histórico nasce, precisamente, da profunda necessidade sentida por artistas e historiadores de conferir uma maior dimensão à História; sentindo de algum modo as suas limitações, tal como ela se encontrava durante o Século das Luzes, ou como foi vista pelo Positivismo, procuraram na arte os meios para uma melhor compreensão do passado, pois é consabido que na vida, as pessoas não vivem a história, vivem as suas vidas. As pessoas quando estão a viver eventos históricos não têm *a objectividade dos historiadores*, assim cremos que o ensaio de um historiador não pode mostrar as emoções e o impacto que os factos tiveram na vida de quem os protagonizou, mas a ficção pode fazê-lo.

Um ponto fundamental de contacto entre o romance e a História é a narratividade, a História contada através das histórias. Para melhor compreendermos a relação entre História e literatura e como a ficção tem um papel preponderante na construção do conhecimento histórico é necessário ter em conta que o historiador se serve de uma ferramenta que lhe é exterior, o discurso narrativo. Constatamos, assim, que existe uma profunda aproximação entre o romancista e o historiador, dado que enquanto a narrativa obedece a uma sequência discursiva mais ou menos ordenada, a História, por si, não tem para nos apresentar senão uma realidade caótica onde a multiplicidade e a variedade são tais que, não fosse a continuidade que lhe empresta a narrativa, o historiador ficaria submerso nela e incapaz de daí extrair qualquer lição. A narrativa insere os acontecimentos, separadamente, em sequências teleológicas que permitem entendê-los, ou seja, o historiador, ao pretender escrever a História, tal como um romance, necessita de um encadeamento. Recorre, para o efeito, a uma selecção e a uma ordenação sequencial dos factos e ao fazê-lo está já, de certa forma a

criar ficção, a escolher subjectivamente de entre os factos disponíveis, usando a sua própria imaginação e interpretação.

Segundo Cecília Schmidt (citada por Torgal, 2000: 26) devemos afastar o ensino da História da ‘aridez’ dos simples factos e nomes — “Factos isolados não têm valor; nomes muito menos”. Torgal refere que “por isso [ela] deseja que ele [o ensino da História] incida sobre poucos pontos: que apresente fontes representativas; que inclusivamente, não despreze as lendas e os mitos, desde que os saiba explicar, inserindo-os no sentir dos povos em determinados momentos; que consiga captar os jovens através do “dramático”, do “pitoresco”, do “imaginativo” (2000: 25).

José Mattoso refere-se a três momentos na elaboração do discurso histórico : “o exame do passado através das suas marcas [numa atitude contemplativa], depois a representação mental que desse exame resulta e por fim a produção de um texto oral ou escrito que permite comunicar com outrem” (1988: 18). E prossegue, procurando esclarecer como se processa a apreensão do real no discurso da História: “a apreensão do real em todas as suas facetas implica que se ponham em jogo todas as faculdades de observação, não apenas as racionais, mas também as volitivas, o que corresponde a dizer que os sentidos do corpo e do espírito se deverão *abrir* de tal modo ao real, que ele seja como que interiorizado, absorvido, captado em nós mesmos. Este exercício é, por isso, um acto de amor. [...]” (idem: 18-19). Este acto de amor e a percepção do real através dos sentidos harmoniza-se, em nosso entender, com a “escrita ficcionada” da História.

O mesmo historiador acredita ainda que “a atitude contemplativa levará, também, a não nos contentarmos com os vestígios do passado. O homem além de produzir um discurso sobre si mesmo, para uso dos vindouros, discurso esse geralmente muito deturpante, porque nele só têm lugar os chefes, proprietários e os heróis, deixa muitas marcas, cuja eloquência depende justamente da curiosidade e da receptividade do observador” (1988: 21). Embora não se possa confundir o passado com a memória dele, cremos que cabe ao artesão do ‘romance’ investigar e estudar minuciosamente a época onde quer inserir a sua história. Torna-se assim inelutável o rigor exigido ao contador da História, todavia a História não são apenas os factos reais mas tudo o que ela suscita.

A este propósito são interessantes as reflexões do escritor José Saramago, num texto intitulado, exactamente, “História e Ficção”. Referindo-se à experiência de vários historiadores e à “insatisfação” que sentem, conclui:

Creio bem que o que subjaz a esta inquietação é a consciência da nossa incapacidade final para reconstruir o passado. E que por isso, não podendo reconstruí-lo, somos tentados — sou-o eu, pelo menos — a *corrigi-lo*. Quando digo corrigir os factos da História, pois essa nunca poderia ser tarefa do romancista, mas sim de introduzir nela pequenos cartuchos que façam explodir o que até então parecia indiscutível: por outras palavras, substituir o que foi pelo que poderia ter sido. Trata-se aqui de “entretecer dados históricos não mais que suficientes num tecido ficcional que se manterá predominante” (citado em Reis, 2001: 501).

Assim, a História surge como próxima da ficção, uma vez que não consegue, por si só, representar todo o real por se constituir como uma espécie de malha larga. Ainda, na opinião de Saramago “sempre será melhor ciência aquela que for capaz de me proporcionar uma compreensão duplicada: a do Homem pelo Facto, a do Facto pelo Homem” (idem: 503). Podemos então concluir que a História enriquece a Literatura e a Literatura enriquece a História. Isto porque tanto a literatura quanto a história baseiam-se em interpretações, pois a sua escrita faz-se a partir da leitura da realidade.

De um modo geral, já era aceite, na esteira de Luckács, que o romance histórico ganhou personalidade e autonomia com as criações de Walter Scott. Na opinião de Luckács, passou a existir um alargamento da visão da História que correspondeu ao desejo de trazer o conhecimento do passado a um maior número de pessoas, de recuperar factos com tendência a serem esquecidos, de fazer viver as sociedades antigas, de reconstruir o drama humano, em vez das poucas descrições académicas. O romancista tentava, assim, “reconstruir um modo, particularizar, surpreender um vislumbre da Natureza humana. A tarefa do romancista histórico é proporcionar a ‘atmosfera’ singular de uma época do passado, é recapturar o momento efémero” (Shaw, 1983: 257).

Scott via o romance histórico como um instrumento para alargar a visão da História, tornando-a mais viva e real para a aproximar dos seus contemporâneos, levando-os a interessar-se e a saber mais do passado das suas nações.

Os romancistas que seguiram na esteira de Scott, implantando o género no nosso país, assumem naturalmente estes ideais didácticos, levando-os todavia um pouco mais longe. São sobejamente conhecidos os objectivos de Alexandre Herculano de levar a História aos seus concidadãos através do romance, ao considerar que este era o complemento ideal do estudo científico e que, por vezes, tinha mais História que a investigação propriamente dita. “Se, por um lado o estudo da História apaixonou intelectuais românticos, [...] por outro, não é menos verdade que uma certa efabulação com base histórica, isto é, a criação de universos, simultaneamente fictícios e referenciais, foi também uma constante de um período específico do Romantismo europeu e português” (Marinho, 1999: 53).

Contudo, Carlos Reis alerta para a seguinte questão: “à literatura, como prática de índole primordialmente *estética*, não cabe obrigatoriamente ser veículo de expressa ilustração de eventos históricos, de ideias ou de fenómenos sociais” (2001:78). Todavia, são inúmeras as obras que ilustram com rigor e qualidade aspectos de uma dada época histórica, reconhecendo, assim, à literatura capacidade para representar uma certa “*cosmovisão* e, em função dessa cosmovisão, a História a que se liga” (idem: 78).

Foi Rebelo da Silva que, nas suas considerações teóricas, melhor definiu o romance histórico nas suas intenções. Em diversas das suas obras deixou expressa a ideia de que o seu objectivo era recriar “o viver e o crer das épocas [...] a verdade da poesia não era a verdade austera da ciência [...] interpretar fielmente a natureza, expressar os grandes rasgos, de que se compõe a fisionomia de uma época, e desvairar na análise do coração humano, pareceu-me sempre não ser a menor dificuldade do género” (s.d.: 295-510). Já aqui surpreendemos uma das principais características que desde logo evoluiu dentro do romance histórico: a preocupação da exactidão, da verdade, era pertença da história, enquanto no romance passava para segundo plano. O importante era efectivamente recriar o espírito de uma época, a sua mentalidade. Esta ideia reflecte-se desde logo no facto de o primeiro romance histórico privilegiar as personagens de ficção, dando pouco relevo às personagens de referência. Este factor terá uma evolução decisiva com o Romantismo que salienta mais o papel do

indivíduo e dos homens que fazem a História. Esta evolução terá como consequência uma maior preponderância das personagens históricas.

É consabido que os primeiros romancistas deram muito mais importância ao colectivo, à vida das sociedades, encarando o indivíduo como fazendo parte de uma época e de um dado meio social. Walter Scott, por exemplo, procurou sempre criar personagens que representassem um tipo social, um indivíduo que simbolizasse uma determinada classe ou maneira de pensar, alguém em quem convergissem os sentimentos e as aspirações colectivas. Esta concepção acabou por dar lugar a uma maior importância concedida ao indivíduo, num processo que iria culminar com os escritores modernistas das primeiras décadas do século vinte, isto sem impedir que as duas tendências acabassem por coexistir, em duas perspectivas diferentes da realidade.

Não pondo de parte estas questões, a reflexão sobre esta problemática conduz-nos inelutavelmente ao cerne da literatura: a realidade última do conhecimento é o ser humano, é esta realidade que é preciso interrogar, descrever, analisar, compreender. Esta transformação no romance correspondeu a uma percepção de que a realidade tinha de ser entendida e decifrada a partir do “eu” visto que era do indivíduo que partiam todas as transformações sociais. O indivíduo deixou de ser apenas uma ínfima parcela do colectivo que sofria passivamente as influências da sociedade e agia de acordo com elas para passar ao primeiro plano da História e da Arte. Este desenvolvimento levou a interpretações cada vez mais subjectivas da realidade, expressas no Modernismo, no Impressionismo e no Surrealismo, que tiveram como denominador comum privilegiar a experiência individual. Em termos literários, a evolução foi semelhante dando-se primazia à consciência pessoal. A partir daí, o romance conheceu uma multitude de experiências, tornando-se uma ferramenta de incalculável valor para recriar e discutir o real.

Segundo Fátima Marinho, “a ideia de que um bom romance histórico ensinava mais que um livro de História preside a grande parte do no século XIX e princípio de século XX, chegando Herculano a afirmar que Walter Scott ou Alfred de Vigny ensinam mais do que os historiadores” (1999: 15).

Indiscutivelmente, o romance tornou-se um instrumento precioso para compreender o mundo, ou seja, na sua evolução “não quer ser simplesmente uma «história», aspira a ser «observação, confissão, análise», que se revela como

«pretensão de pintar o homem ou uma época da história, de descobrir o mecanismo das sociedades e, finalmente, de pôr os problemas dos fins últimos» (Albarés, citado por Silva, 1988: 677-678).

Torna-se, assim, irrefutável o papel da “literatura” como um “fio condutor” privilegiado de constituição de uma memória colectiva que permite comunicar através do tempo e do espaço, fornecendo ao homem um processo de “marcação, memorização e registo”. Deste modo, a memória detém, sem dúvida, a propriedade de conservar certas informações, graças às quais o homem pode actualizar impressões ou informações passadas, construindo, assim, a sua identidade colectiva.

Assim, parece-nos que, mesmo para o mais rigoroso dos historiadores contemporâneos, são equivalentes os processos que conduzem à memória do que aconteceu e à imaginação do que poderia ter acontecido:

O que se relembra não é o que foi, mas o que está a ser ressignificado no ato de leitura, do mesmo modo que o que se inventa só passa a existir quando transformado em ato de linguagem que o institui como passível de existência.

O que no entanto parece salutar é a diferença irreduzível entre os domínios da literatura e da história, o que permite atentar para as estratégias diferenciadas de cada uma dessas áreas do saber se vale para garantir, em meio ao saudável deslizamento das fronteiras entre ficção e verdade, uma estrutura epistemológica própria (Cerdeira, 2004: 155).

É de lembrar que “a poesia identificada com a memória, faz desta um saber e mesmo uma sagesa, [e que] o poeta tem o seu lugar entre os «mestres da verdade» (Detienne, 1967). Disse-se, de igual modo, que para Homero, ver-sejar era lembrar.

Do mesmo modo, não nos parece de todo descabido aceitar que o romance histórico tenha como objectivo capital reconstruir o espírito de uma época ou sociedade e que não pretenda ser, apenas, um livro de História no seu sentido tradicional. João Medina resumiu perfeitamente este conceito quando escreveu que o romance é histórico “porque consegue evocar com autenticidade, justeza e efectiva compreensão do passado, o que foi vida colectivamente vivida num dado tempo, porque logra reconstruir, como cenário, o espírito, atmosfera, mentalidade ou mera vivência epocal o que foi realidade...” (1991: 86-90). E, ao fazer esta reconstituição

do passado, compreendê-lo, explicá-lo, os romancistas históricos cujos trabalhos se centram na História não se limitam geralmente a dar uma vista panorâmica de uma época. Eles procuram compreender, avaliar, rebelarem-se contra ou acomodarem-se ao que apresentaram. Eles enfrentam, por outras palavras, o problema de não apenas darem forma mas também significado à História.

Vemos, portanto, que no romance não se põe como condição *sine qua non* a verdade histórica, tal como os historiadores a foram definindo ao longo dos séculos: Francis Bacon falou da história como o que realmente aconteceu, a descrição dos factos tal como eles aconteceram; Ranke queria conhecer o passado como verdadeiramente aconteceu; finalmente, Paul Veyne pretendeu que a história é uma *narrativa* de acontecimentos verdadeiros; o facto é que então, a natureza da História é distinta da do romance. Este tem outros objectivos: “a historicidade natural dos romances não pode ocultar que a profundidade deste género como exploração e interpretação da existência humana reside na sua ligação com os dramas maiores dos homens, da condição humana” (Medina, 1991: 89). Concluimos, assim, que a temática suprema da obra literária não é a História, não são os acontecimentos, não são as sociedades, é o Homem². A obra literária, enquanto romance histórico, deve ter a capacidade de atrair o seu leitor pela possibilidade do que *poderia vir a ser* ou do que *poderia ter acontecido*, ou seja, pelas possibilidades futuras e pelas plausibilidades passadas. Se queremos conhecer uma cultura, temos que conhecer os homens e tentar compreender o pensamento que está por trás do acontecimento.³

Dito isto, há ainda um ponto que nos parece importante frisar, e que tem a ver com a dramatização: a ficção dramatiza a acção, os acontecimentos, a História descreve-os. Assim, podemos concluir que é a ficção que, frequentemente, está mais próxima da realidade que a História; a ficção é uma recreação mais aproximada e verosímil daquilo que efectivamente se passou, dado que na realidade as pessoas se

² No que concerne às “obras literárias” que analisámos, embora não possam ser apelidadas de “romance histórico”, também por se dirigirem a um público infanto-juvenil, todas elas retratam “espaços” históricos – a Ditadura e a reconquista da liberdade. A variedade de livros, que já dispomos, prima pela diversidade das abordagens, todavia todas eles “pintam” com primor um tempo recente da História de Portugal. Melhor que qualquer livro de História, permitem que o leitor, ao conviver com as personagens reais ou ficcionadas, veja, ouça, sinta com elas as afrontas infligidas a uma sociedade dominada pela usura do poder.

³ Curiosamente é o que acontece com as nossas pequenas/grandes histórias; elas retratam situações vividas durante a Ditadura para que o leitor possa reflectir, ajuizar e tirar as suas próprias conclusões.

comportam como são descritas na ficção. Todavia, “tanto a literatura quanto a História baseiam-se em interpretações, pois a sua escrita faz-se a partir da leitura da realidade; tanto a literatura como a História «perdem» documentos e manipulam dados, conforme os interesses predominantes; o texto resultante de ambas será sempre uma reescrita, uma apropriação que selecciona e valoriza alguns elementos e «esquece» outros, revelando para o leitor atento que uma perspectiva ideológica está ali subjacente, criticada ou referenciada” (Duarte, 1994: 27-28).

Esta breve reflexão sobre o tema “entre a história e a ficção” conduziu-nos a alguns pensamentos sobre o romance histórico e o seu valor enquanto contributo para o conhecimento do Homem. Um olhar mais ingénuo sobre esta questão poder-nos-ia ludibriar sobre o verdadeiro propósito do nosso estudo. No entanto, estaremos no bom caminho se pensarmos nos nossos textos de literatura Infanto-Juvenil, não como romances históricos, na acepção que a teoria da literatura tem vindo a sugerir, mas como textos literários que sugerem aspectos comuns, ou seja, onde coabitam, num mesmo universo diegético, personagens históricas e personagens inventadas; as personalidades, os eventos e os espaços que conhecemos ou podemos conhecer como históricos coexistem com personagens, eventos e espaços ficcionais. Em suma, estes textos conseguem, com qualidade e verosimilhança, mostrar um determinado período do passado trazendo-o à compreensão dos leitores.

Todavia, parece-nos pertinente relembrar a especificidade da literatura Infanto - Juvenil e o entendimento desta enquanto fenómeno comunicativo e estético sem nunca descurar a sua dimensão sociocultural e histórica. Segundo Marc Soriano, (citado por Bastos, 1999: 22):

A literatura para a juventude é uma comunicação histórica (quer dizer localizada no tempo e no espaço) entre um locutor ou um escritor adulto (emissor) e uma determinada criança (receptor) que, por definição, de algum modo, no decurso do período considerado, não dispõe senão de forma parcial da experiência do real e das estruturas linguísticas, intelectuais, afectivas e outras que caracterizam a idade adulta (1975: 185).

Os livros que constituem o nosso objecto de estudo demonstram essa preocupação, ou seja, sem abdicar de uma boa qualidade mostram-se acessíveis ao

nível de leitura do público a que se destinam. Assim persiste uma nítida diferença na abordagem do tema: deparamo-nos como uma escrita para crianças e uma escrita para jovens. Inclusivamente, pensamos perceber que existe, neste segundo campo, um terceiro tipo, mais complexo, destinado a “jovens/adultos”.

Algumas narrativas incluem na sua diegese factos históricos, outras fccionam a História, outras, de cariz mais informativo, “dialogam” com o leitor, mas todas elas têm a capacidade de trazer o seu “público alvo”, sub-repticiamente, para o mundo da diegese, “explorando” a experiência e os sentimentos de quem as lê. A informação histórica surge, assim, num contexto de causa e efeito que permite um julgamento e uma pluralidade de interpretações de acordo com a experiência de vida do jovem leitor. Os factos históricos estão integrados num determinado contexto onde é possível perceber, através do desenrolar da intriga, quais as causas que originaram determinado acontecimento e quais os resultados que daí provieram. A História é protagonizada por personagens que ajudam a criança ou o jovem a posicionar-se face às suas actuações e a explorar o melhor e o pior do comportamento humano testando, assim, o seu próprio potencial para o bem ou para o mal.

No caso das narrativas históricas sobre o 25 de Abril, o público infanto-juvenil estará perante um “mundo” diferente dos tempos de hoje, para ele quase uma realidade virtual, capaz de o surpreender pelo ridículo e pela dureza de determinadas situações, mas poderá compreender e julgar os sentimentos e as atitudes daqueles que viveram esses tempos de repressão e de falta de liberdade. O leitor não será nunca um simples receptor da mensagem, pelo contrário, fará a sua própria leitura dos factos, terá a sua própria interpretação comparando o “antes” com o “agora”, percebendo que existe entre esse passado e o presente uma diferença abissal, pois é inelutável a cumplicidade que se estabelece entre o texto e o seu leitor. Segundo Carter, la literatura infunde nueva vida y motiva los alumnos a estudiar y a aprender. La ñapa, o el bono inesperado, [...] se da cuando los alumnos también encuentran placer en estos libros, um placer que para muchos puede ser el primer paso para convertirse en lectores para toda la vida (2003: 27-28).

2.2. A História e a Educação

Após uma reflexão de âmbito mais geral sobre a dualidade História/ficção, pretendemos tecer agora algumas considerações sobre a História como memória, ou seja, a memória histórica como “consciência da história, apreendida *colectivamente*, quer considerando este *colectivo* como “um todo abstracto”- por exemplo o que se chama a *memória histórica nacional* – ou entendido sectorial e sociologicamente – assim falar-se-á de *uma memória histórica de classe ou de grupo social mais ou menos restrito*” (Torgal,1989: 20). Ainda segundo Torgal, esta memória histórica resulta de uma multiplicidade de fontes que vão desde conhecimentos espontâneos transmitidos tradicionalmente ao longo de gerações, à história aprendida a partir da infância e ao longo da vida, na escola, na família e na rua. Neste sentido, a memória histórica está particularmente sujeita à influência de ideologias, dos grupos sociais, do estado... (idem, ibidem).

Qual é então a “história contada às crianças” em dois momentos fundamentais, o Salazarismo e o período pós-25 de Abril?

Verificámos, após várias leituras efectuadas, que a escola sempre desempenhou um papel fundamental na formação da memória nacional. Segundo Maria Cândida Proença, a influência poderosíssima da educação na construção de representações e imagens, desde sempre intuída pelo Estado, foi-se estruturando, gradualmente, a partir da institucionalização do sistema do ensino liberal, acompanhando as vicissitudes da própria organização educativa nacional. Na sua opinião, assistiu-se não só à persecução, pela escola, de objectivos de carácter formativo nacionalistas e patrióticos, como à busca da interligação entre distintos elementos do sistema na consecução dessas finalidades (2000: 78).

A “memória histórica” veiculada pela escola foi-se transformando, admitindo-se inicialmente uma memória plural e multifacetada, transmitida nas escolas do constitucionalismo monárquico e da República. Posteriormente, passou-se para uma orientação unívoca e autoritária, formadora de uma consciência nacional que aliava ao exclusivismo ideológico o radicalismo nacionalista e patriótico, “toda a estratégia educativa do Estado Novo irá no sentido de utilizar a escola (a par com a igreja)

como instrumento de legitimação e de controlo social. Os propósitos explícitos de inculcação ideológica e doutrinação moral são nítidos em várias das medidas tomadas” (Bastos, 2002: 201).

Assim, assistiu-se a um reforço do carácter nacionalista e patriótico dos livros escolares e à procura de uma junção entre as três disciplinas que mais contribuem para a construção da memória nacional — a História, a Língua Portuguesa e a Geografia. Pretendia-se moldar o espírito dos jovens educando-os no sentido de uma exacerbada exaltação patriótica e endoutrinação propagandístico, que se traduziu “na revisão histórica dos heróis nacionais, na inflexão nacionalista e autoritária dos programas e manuais, na exaltação antes nunca atingida, do espírito apostólico e missionário do país e na transmissão de uma imagem de grandeza imperial que tornava este território europeu um gigante em termos mundiais. [...] A expansão Marítima Portuguesa constituiu-se como um dos «pontos altos» do ego nacional, [...] como elemento de doutrinação das camadas jovens portuguesas, visando a aquisição de um orgulho de pertença nacional... (Proença, 2000: 79-84).

No que concerne ao ensino da História e da sua relação com a ideologia, ponto que no âmbito deste trabalho mais nos interessa, verifica-se que houve grandes alterações que acompanharam grandes momentos políticos, mas o que é importante aqui evidenciar é a visão controladora do Estado Novo a quem competia fixar as normas a que devia obedecer o ensino da História que surge como fonte útil de “episódios edificantes”. Parece indubitável que a reforma de 1930 revela uma planificação nacionalista, controlada, do ensino da História, ou seja, o nacionalismo não é apresentado como um simples imperativo educacional, mas sim como um imperativo político. O estado não se inibia, assim, de promover textos com claros objectivos ideológico-políticos querendo mostrar, contraditoriamente, que era a todos permitido um espírito crítico:

Estes livros como didácticos que são, têm por fim ensinar, formar os espíritos – e espíritos ainda naturalmente vibráteis, com capacidade receptiva superior às possibilidades criadoras e sem recursos críticos eficientes e legítimos.

A História de Portugal visa, além dos conhecimentos gerais que ministra, dentro da sua categoria, a formar portugueses; por isso a sua acção tem de ser eminentemente nacionalista. [...] [no ensino da História prevalece] uma parte meramente expositiva,

em que são indicados os factos, as datas, os nomes, e portanto inalterável, mas há também no ensino uma parte crítica – e essa é a função do historiador. Tal historiador, tal atitude. Na falta de um juiz infalível dessas atitudes que são meramente subjectivas, o Estado, sem se arrogar a posse exclusiva de uma verdade absoluta, *pode e deve definir a verdade nacional* – quer dizer, *a verdade que convém à Nação* (decreto nº 21 103, citado em Proença, 2000; sublinhado nosso).

Como se sabe, os compêndios escolares acabaram por incorporar os valores que a ideologia oficial consagrava e que presidiam às reformas educativas. Além da listagem de conteúdos, também as normas de aprovação dos compêndios norteavam a interpretação do passado que deveria ser apresentada pelos manuais. A aprovação dos livros escolares em concurso obrigava os autores a corresponder às normas, sob pena dos livros não serem aprovados.

Interessava à política do Estado Novo incutir determinados valores morais formando cidadãos submissos, “trabalhadores dóceis”, e fieis à máxima imposta pelo plano de acção doutrinária: “Deus, Pátria, Família”. Não interessava por isso formar jovens para que pudessem adquirir conhecimentos e tornar-se mais cultos e possuidores de um espírito crítico: “a instrução era praticamente considerada como um perigo para a nação, na medida em que se temiam os contactos com doutrinas perigosas e pensamentos menos desejáveis” (Bastos, 2003: 6).

Assim, os anos de escolaridade obrigatória foram reduzidos e os professores com mais habilitações “substituídos” por “regentes” que não precisavam de possuir conhecimentos científicos mas saber ser “modeladores de almas”: “o ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal” (Decreto-lei nº 27 279, 24 de 1936).

Em suma, pretendia-se uma uniformização da memória histórica colectiva: “o Estado Novo queria impor uma única visão da História tida como correcta, anulando as influências consideradas perniciosas. Assim, identificou-se desde o início com as épocas mais gloriosas da experiência histórica portuguesa, com os seus valores mais positivos (a fé, o patriotismo e o humanismo universalista) e os seus *heróis* e *mártires*. Daí a glorificação de tudo o que considerou *construtor* ou criador, e a

primazia dada às forças tradicionais (o exército, a igreja, as corporações) e, por outro lado, a condenação de todas as posturas político - ideológicas, culturais e estéticas que lhe fossem alheias. Assim, toda a actividade historiográfica estava profundamente sujeita à adequação às necessidades ideológicas do regime” (Blockeel, 2001: 44).

Depois de Abril de 1974, havia objectivos importantes a definir e medidas urgentes a executar: acabar com o analfabetismo, implementar a educação permanente, ampliar os serviços de acção escolar, criar uma consciência nacional democrática e melhorar as condições de formação e trabalho dos docentes (Decreto-Lei nº 203/74, para o Governo Provisório Civil). A selecção dos docentes é feita por critérios científicos e pedagógicos e não políticos ou religiosos. A escola do pós-25 de Abril devia contribuir para a extinção dos privilégios sociais, para a liberdade individual e progressão pessoal, logo, deviam ser revistos os conteúdos programáticos das disciplinas.

Quanto à disciplina de História, a preocupação fundamental era a de que devia habilitar-se o aluno a compreender a realidade humana para poder intervir conscientemente. Considerava-se que o passado se tornava inteligível pelos processos globais, pelas estruturas e conjunturas em detrimento das personagens, das datas e dos acontecimentos. A este propósito, Raquel Pereira Henriques refere que compreender era a palavra-chave desta proposta e que recorrer a documentos históricos era o processo iniciático do estudante à ciência. Acrescenta, que os objectivos da disciplina operam a ruptura com a situação anterior, pois se, por um lado, a História continua a ser entendida como uma disciplina essencialmente formativa, pretende-se agora que contribua para ajudar a formar cidadãos esclarecidos e intervenientes (2001: 103-104).

Com efeito, a disciplina de História tem sido sempre entendida pelo poder político como um contributo fundamental para a formação dos alunos, servindo os diferentes conteúdos programáticos para reproduzir e inculcar nos cidadãos diferentes valores ideológicos. Se durante o Estado Novo era o nacionalismo, a fé, a família, a autoridade ou as virtudes da pobreza que interessava difundir, tal como bem exemplifica o Decreto 21:107, de 7 de Abril de 1932, após o 25 de Abril esses valores foram da igualdade, do progresso e da democracia, da luta de classes e da afirmação dos trabalhadores. Actualmente, veiculam-se valores relacionados com a cidadania, a tolerância, a autonomia e a aquisição de competências metodológicas. A evolução do

próprio ensino da disciplina é curiosa: vincadamente académica, factológica, patriótica e distante dos interesses dos alunos, evoluiu para a preocupação com as causas e consequências, para o estudo dos aspectos económicos e sociais e para a relação com as outras culturas. Cremos que, actualmente, se reabilita o acontecimento, o individual, há a preocupação em estudar aspectos relacionados com as mentalidades, o quotidiano e os grupos minoritários.

As preciosas palavras de Marc Ferro, citado por Luís Reis Torgal, mostram a importância do estudo da História na construção de uma identidade e de uma consciência colectiva: “Ninguém se iluda: a imagem que temos dos outros povos, ou de nós próprios, está associada à história que nos contaram quando éramos pequenos. Ela marca-nos para o resto da vida. Sobre esta representação que é também para cada um de nós uma descoberta do mundo, do passado das sociedades, enxertam-se em seguida opiniões, ideias fugazes ou duradouras, como um amor..., ao passo que subsistem, indeléveis, os traços das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções” (1989: 197).

O mesmo autor coloca as seguintes questões: Será que se pode falar ainda hoje das “crianças sem história”, ou seja, sem uma “memória histórica portuguesa?” (2000: 39). Nós julgamos que a literatura em parceria com a História pode e deve contribuir para o “ressuscitar” da vontade, que os jovens perderam, em compreender o passado, pois sem esse saber não poderão verdadeiramente conhecer o futuro. Relativamente ao nosso passado mais recente, é tempo de o valorizar dando a conhecer o trabalho daqueles que não desistem de cumprir um dever cívico, memoriando, com os seus livros, as conquistas de Abril. Segundo Maria Manuela Cruzeiro e Augusto José Monteiro,

as chamadas conquistas de Abril, as mil vezes celebradas liberdade e democracia, só serão suficientemente apreciadas e entendidas se percebermos que elas não são um dado natural, que nem sempre existiram, como uma espécie de fatalidade. Foram uma conquista; nasceram de uma ruptura violenta com um regime que sufocou esses valores e, por isso mesmo, têm também uma história e um passado (2000: 79).

2.3 A História na Literatura Infantil e Juvenil

Durante o Estado Novo, acrescem à orientação ideológica do ensino da História, vários artificios e artimanhas para “moldar o espírito” das crianças.

Como já referimos, “euforia patriótica” reflectia-se, assim, também na literatura que os jovens deviam ou não consumir. Entre 1900-1936 predominaram obras didácticas de que estava “ausente a tentativa de ir ao encontro da verdadeira natureza e interesses do público infantil. Sem uma real intenção estética, tais produções destinavam-se muito menos a proporcionar prazer aos leitores do que a ensinar e educar em função de determinados valores adultos” (Gomes, 1998: 12). As obras deste período demonstram, sem dúvida, duas características fundamentais: o desejo de progresso e o impulso nacionalista.

Assim, impuseram-se limites e directrizes, pois pretendia-se uma leitura educativa, profícua e capaz de veicular sentimentos cívicos, “valores adultos”, considerados uma mais valia no “desenvolvimento” cultural e moral das crianças de então. Referimos, a propósito, o discurso proferido por Salazar: “[...] Considero mais um mal que um bem ensinar o povo a ler sem a preocupação moral. Sem esta, sem a educação do espírito nos bons princípios morais seria contrariar o verdadeiro interesse público” (*Educação Nacional*, nº12 de 19 de Maio de 1935).

Os pedagogos do regime posicionavam-se contra uma escrita inverosímil e ilusória onde predominasse o maravilhoso e a fantasia da tradição oral, apelidando-a de “antiga e batida”. Descurando o aspecto estético e lúdico, estes mostravam-se apologistas de uma “literatura sã”, educativa, instrutiva e formadora do carácter. Os livros para crianças dão, assim, a conhecer um mundo pouco realista, onde se ignora a representação do quotidiano com o intuito de valorizar as publicações de carácter histórico e apologético com tendências moralizantes.

Quando se queria veicular um determinado tipo de valores, a escolha dos temas impunha-se selectiva e criteriosa. Muitos foram os escritores que se inspiraram em períodos áureos da nossa História construindo aventuras com heróis míticos, de carne e osso, que se moveram em espaços e tempos reais. Servindo de exemplo aos

mais novos: “era um saber enciclopédico, um ensino pela memória para criar uma memória colectiva única, que se identificou apenas com as épocas mais gloriosas da experiência histórica portuguesa, com os seus valores mais *positivos*, como a fé e o patriotismo, e com os seus «heróis» e «mártires»” (Blockeel, 2000: 90).

Pretendia-se, através das ideias vigentes, controlar, censurar, “orientar” e modelar um determinado tipo de escrita nacionalista que promovesse as virtudes da obediência, do sacrifício, do respeito e do amor a Deus, à Pátria e à família. Pode-se, assim, encarar a censura como um crivo filtrador que reprimia toda e qualquer manifestação literária que pretendesse desviar-se do caminho ou balizas impostas pelo regime. Alguns escritores, apologistas de uma literatura mais lúdica, capaz de estimular o prazer pela leitura e a imaginação das crianças e jovens, viram-se obrigados a resfriar os seus impulsos criativos e a escrever segundo uma determinada bitola. Sobre o assunto, Garcia Barreto (1998: 46) cita uma directriz do ano de 1950 emanada da Direcção dos Serviços de Censura – *Instruções Sobre a Literatura Infantil* – em que o regime decide apertar as malhas sobre tudo o que se publicar, português ou de origem estrangeira, para crianças e jovens. No articulado que precede as normas pode ler-se: “Parece desejável que as crianças portuguesas sejam cultivadas não como cidadãos do mundo, em preparação, mas como crianças portuguesas que mais tarde já não serão crianças, mas continuarão a ser portuguesas”. Como diz Garcia Barreto, “o mundo e as suas maléficas influências era realmente uma dor de cabeça para os apaniguados do Estado Novo. A partir desta data as publicações teriam de receber o parecer favorável prévio da comissão a instituir para o efeito” (idem, *ibidem*).

Actualmente, a Literatura Infanto Juvenil assume para si essa função de transmissão da memória colectiva quer ao nível do livro informativo quer ao nível da ficção de fundo histórico, mais recente. Ray Doiron, inspirando-se em autores que reflectem sobre o papel da ficção na literatura para os mais novos, sublinha o carácter “mágico” que a narrativa ficcional pode assumir, ampliando, através da linguagem, das personagens e da acção, a imaginação dos jovens leitores. Através da narrativa ficcional, as crianças podem aceder a outros mundos e a outras épocas (2003: 16).

Segundo Francesca Blockeel, as colecções históricas mais importantes são “Viagens no Tempo”, de Ana Maria Magalhães & Isabel Alçada, “Contos da História”, escritos por diferentes autores, e “À Descoberta com Gil e Inês”, de Glória

Bastos. No que respeita às épocas que se encontram nas narrativas juvenis, pode dizer-se que o passado remoto e tudo o que precede a génese do Estado de Portugal parece não inspirar muito os autores (2001: 150-151). No que respeita ao século XX, e considerando apenas as narrativas históricas, nem os 16 anos convulsos da I República (1910-1926) nem o Estado Novo inspiraram muitos escritores.

Todos concordamos que são escassas as narrativas sobre o século XX, sobre o passado recente, o Estado Novo, a vida nas colónias africanas ou a Guerra colonial. É imprescindível aumentar o número de narrativas, ou seja, fazer História do presente como testemunhos vivos que somos dos acontecimentos que se têm dado no nosso país, contar aos nossos jovens o que se passou nestes anos de luta para que possam conhecer com rigor e veracidade a História recente de Portugal.

Segundo Glória Bastos, o ainda diminuto número de narrativas sobre a nossa História recente, “será porventura representativo de uma certa relutância dos nossos escritores em tratar uma matéria polémica, eventualmente de abordagem difícil e, sobretudo, com uma carga ideológica extremamente controversa e estigmatizada pelas utilizações que o Estado Novo fez da História Pátria e pelos sentidos que pretendeu atribuir-lhe” (2004: 45). Mas, nota-se agora, como aponta Ana Margarida Ramos, uma vontade de enriquecer, de uma forma renovada, a “memória colectiva, mítica e simbólica, ligada à construção da identidade nacional e da consciência social” (2006).

De facto, como procuraremos destacar, os autores que estudamos neste trabalho evidenciam de uma forma explícita essa preocupação em reflectir uma nova vivência da História.

2.3.1. Livros sobre o 25 de Abril de 1974 — proposta de tipologia

Depois de termos reflectido brevemente sobre a presença da História na literatura infantil, em geral, iremos neste ponto deter o nosso olhar no nosso *corpos* de análise.

Assim, tendo como parâmetro essencial a orientação dos factos, tentaremos agrupar o conjunto de obras, segundo o modo como perspectivaram a História. Verificamos que se põem em jogo várias formas de tentar envolver o leitor. Nos livros que se aproximam do género narrativa de aventuras, tenta-se que o jovem se deixe levar pelo desenrolar dos factos e, assim tome partido, se posicione a favor ou contra determinadas atitudes, imagine a sua própria vivência nesse contexto e tire as suas próprias conclusões.

Noutros casos, temos uma narrativa plural, com várias vozes que espelham o Portugal do Estado Novo e que permitem o retrato de uma sociedade em mudança. Observando e analisando todos os dados, “o leitor modelo” dá-se conta do poder da memória e do peso dos factos que conferem credibilidade ao narrado para que possa analisar, reflectir e valorizar ou não os valores adquiridos nas transformações efectuadas.

Noutras obras, deparamo-nos com o testemunho de um narrador de primeira pessoa que pretende transmitir o maior número informações e “criar” uma memória colectiva relatando o que viu, ouviu e viveu de modo a mostrar aos jovens uma vivência que faz parte do seu passado, mas que contribui para o seu presente, para o presente de todos os cidadãos do seu país.

Para os mais jovens, sem que se dê por isso, a História entrelaça-se na ficção e os factos são apresentados “como quem conta um conto”, ou seja, o narrador tenta “explicar” a realidade recorrendo a um universo imagético e simbólico que mergulha a criança num ambiente ficcional que já lhe é familiar, o conto de tradição oral, captando, assim, toda a sua atenção. Julgamos que deste modo se pode criar uma memória comum, à escala nacional, equivalente à memória que temos do *Capuchinho Vermelho* ou d’ *Os Três Porquinhos*.

Deste modo, podemos identificar, tendo em conta os textos que incorporámos no nosso *corpus*, três grandes grupos: a *História na ficção*; a *História Ficcionalada* e *Livros predominantemente informativos*.

Por “História na ficção” queremos designar narrativas em que os factos históricos são apresentados a partir de uma estrutura ficcional prévia, ou seja, uma espécie de argumento inicial que dá suporte e que justifica a integração dos elementos históricos.

Por outro lado, a “História ficcionalada” assume os próprios elementos históricos à partida — é a História a acontecer—, por vezes adoptando uma forma simbólica. É a própria História que suporta a narrativa ficcional.

No último grupo referimo-nos a obras em que, mesmo quando existe uma narrativa, o objectivo central e os recursos fundamentais remetem o leitor para a dimensão informativa da História.

Assim, incluímos no primeiro grupo os textos: *O Caso da Rua Jau*; *L. A & Cª no meio da Revolução*; *O Soldado e o Capitão, os Cravos e o Povão*; *O Rapaz da Bicicleta Azul*; *Vinte Cinco a Sete Vozes*; *25 de Abril - Quase como um conto de Fadas*; *Viagem à Flor de um Mês*.

Em “História Ficcionalada” agrupamos: *O Tesouro*; *Fábula dos Feijões Cinzentos*; *A Revolução das Letras – O 25 de Abril explicado às Crianças*; *A Vassourinha*; *Capitães de Abril*; “História de uma Flor”, in a *Velha do Bosque*; *Bichos de Abril*⁴; *Era uma vez um cravo* e “A revolução das letras”, in *O Têpluquê e outras histórias*.

Fazendo parte do último grupo, possuímos: *Outras Maneiras de contar a mesma história*; *Salgueiro Maia – O Homem do Tanque da Liberdade*; *25 de Abril contado às crianças...e aos outros* e *Catarina de todos nós* e *Zeca Afonso e a Malta das Cantigas*.

⁴ *Bichos de Abril* é, na nossa perspectiva, um livro bastante curioso, pois é uma publicação de 1977 onde o autor “encaixa”, com mestria, num conjunto de poemas sobre animais, a história de um elefante. Esse elefante personifica o povo oprimido, “pachorrento”, mas lutador e resistente. O narrador refere que a “A Revolução teve uma flor — o cravo. Não teve um animal e, como tal, [propõe] o elefante tão paciente e sofredor” (Pinhão, 1977: 7).

A repetição da conjunção adversativa “mas” salienta a mudança que se efectuou no elefante/povo português: “quando a paciência se esgotou foi [...] violento/eficaz/empolgante. Depois voltou a ser lento/bom rapaz/algo distante. Mas atenção/nunca se viu morrer/um elefante!” (p.7).

3 — A escrita da História

3. Escrever a História: motivações e estratégias

3.1. A preocupação cívica

É inequívoca a preocupação cívica de alguns autores que se dispuseram a urdir, cada um à sua maneira, a teia que traz ao presente um passado histórico demasiado importante para cair no esquecimento. Nota-se em alguns deles a intenção de denunciar, de forma explícita, a responsabilidade da família e da escola na transmissão de “um saber” que deve perpetuar-se com os laços da partilha e da cumplicidade. Aperceberam-se que uma data histórica tão importante do ponto de vista social, político e cultural, cuja validade permanece, não pode ser sentida pelos jovens como um simples feriado, desconhecendo-se o que de facto aconteceu e as mudanças que se operaram na sociedade portuguesa. Numa altura em que a memória do 25 de Abril se torna cada vez mais difusa nas novas gerações, “é oportuno visitar esse período conturbado e entusiasmante da História de Portugal, demasiado rico politicamente e socialmente para ser propriedade de alguns, demasiado rico humanamente para ser esquecido. Não só para lembrar os factos, não só para evocar a sua necessidade histórica e a sua aceitação popular, não só para lembrar um *antes* que não se quer repetido e um *depois* feito do confronto livre de todas as vontades, mas talvez sobretudo para interrogar o seu espírito feito de todos os espíritos, para melhor nos conhecermos hoje” (Lameiras, 1999: 10).

Veja-se o seguinte quadro, onde se exemplifica esta situação:

<p><i>O soldado e o capitão os cravos e o povão</i> (CRUZ, Valdemar: 1998)</p>	<p>“Quando a professora Alice perguntou na aula quem conhecia o significado daquela data, a sala ficou tão silenciosa como um túmulo vazio. (...) o Ricardo levantou o braço e disse: —É feriado!” (p.7)</p>
--	--

<p><i>O 25 de Abril Contado Às Crianças ... E Aos Outros.</i> (LETRIA, José Jorge: 1999)</p>	<p>“De uma coisa eu tenho a certeza: tu sabes que há sempre feriado nacional no dia 25 de Abril. ...” (p.6)</p>
<p><i>O Tesouro</i> (PINA, Manuel António: 1999)</p>	<p>“Pergunta aos teus pais ou avós e aos teus professores e eles contar-te-ão mais coisas sobre o Dia da Liberdade”(s/p)</p>
<p><i>Vinte Cinco a Sete Vozes</i> (VIEIRA, Alice: 1999)</p>	<p>“O nosso conhecimento sobre o 25 de Abril? Ihhh! Cá o meu, aviso-te já é muito pequenino. Comigo não te safas.”(p.9)⁵ “Querias então saber...Pois o 25 de Abril. Muito gostam vocês de falar sobre feriados” (p.11); “a setôra de História também nos perguntou hoje se a gente sabia o que era o 25 de Abril, e nós todos a olharmos para o parceiro do lado, e para o de trás (...) o A.Xis, levanta-se e diz “foi o 5 de Outubro, setôra!”(p.12) “...Pois então o 25 de Abril... Para ser franco, minha, 25 de Abril, 5 de Outubro, 1º de Novembro, 1º de Dezembro e 1º de Maio é tudo a mesma coisa, ou seja, é feriado e isso é que interessa (...) (p.13)</p>
<p><i>O Caso da Rua Jau</i> (CASTRIM, Mário:1999)</p>	<p>“— Ó setôra — tornara o Raul —, é sempre a mesma coisa, as mesmas palavras, isto e aquilo, a negra noite, os capitães, a gente ouve, ouve e não percebe nada.” (p.17)</p>

⁵ Este jovem, cuja estratégia do narrador consiste em não revelar o seu nome ao longo de todo o primeiro capítulo, representa, em nosso entender, o estereótipo da maioria dos jovens que são questionados sobre este assunto.

Por outro lado, só a “Madalena sabe imenso de todas as coisas” (p.9) Por esta razão surge como uma exceção e é assim marginalizada: “ Às vezes, sabes até gramava falar com ela, mas se a malta me visse ao lado dela punha-se logo a mandar bocas e eu...” (p.14).

<p><i>25 de Abril, Outras maneiras de contar a mesma história</i> (CRUZEIRO, Maria Manuela, MONTEIRO, José Augusto, 2000)</p>	<p>“[...] este «modo de estar» ausente parece ser o resultado do êxito do 25 de Abril: ao criar condições para o regime democrático, que entretanto se consolidou, o 25 de Abril ter-se-á auto-extinguido. Talvez por isso o 25 de Abril se esteja a transformar num feriado [...]” (p.1).</p>
---	--

Como podemos verificar, é visível o conhecimento que estes escritores possuem da débil “teia cultural” onde se movem, hoje, jovens e crianças. Foi esta constatação que os levou, também, a escrever sobre uma realidade histórica portuguesa pouco conhecida e, deste modo, pouco valorizada.

É notória a “crítica” àqueles que têm por obrigação cívica contribuir para a aprendizagem de algo que nunca poderá ser “apagado” da nossa História Nacional, independentemente das ideias políticas que possam estar subjacentes. Este é indubitavelmente um facto histórico que permanecerá inelutável à passagem do tempo e às diferentes gerações. Assim, nestes excertos, percebemos que a escola e a família não podem descartar-se do importante papel formador que devem, por obrigação, desempenhar.

Por outro lado, verificamos que o parco conhecimento que os jovens possuem sobre o 25 de Abril de 1974 se resume à acção do Movimento das Forças Armadas, ao seu percurso e à sua actuação em Lisboa. Assim, subsiste uma forte vontade de “trazer ao presente” um outro 25 de Abril, desconhecido para os mais novos, ou seja, como foram os tempos anteriores e, sobretudo, como foram vividos e sentidos o dia 25 de Abril e os dias que se lhes seguiram.

De certa forma, os autores destes livros assumiram para si a responsabilidade de não deixar que o 25 de Abril seja apenas mais um feriado. Nos textos, surgem deste modo, referências explícitas à importância de preservar a memória, mas de forma activa.

3.2. “Contar” a realidade: títulos, subtítulos e outras estratégias específicas de aproximação ao leitor

Tratando-se de obras que se destinam a um leitor infantil ou juvenil, distinguimos nas obras que se estudam diversas estratégias que pretendem uma aproximação ao leitor, procurando captar a sua atenção, quer recorrendo a diversos recursos de linguagem ou de organização narrativa, quer apelando para um universo temático que tenha já alguma afinidade com o destinatário privilegiado.

Uma das instâncias que gostaríamos de destacar, em primeiro lugar, é o título. Se atentarmos nos títulos de algumas obras, que fazem parte do nosso *corpus*, verificamos que a literatura tem um papel fundamental na construção de um imaginário colectivo, mas aferimos sobretudo que essa preocupação de informar, de passar o testemunho e lembrar o que se passou ou aquilo que mais marcou, se associa à intenção de o fazer de uma forma lúdica. Constatamos, assim, que a cultura do oral permanece quando se pretende dialogar com os mais jovens.

Gérard Genette refere o título como «objecto de circulação» e considera que ele se dirige a muito mais pessoas do que o texto (citado por Pires, 2005: 258). De facto, Carlos Reis acrescenta que o título pode funcionar como “marca, identificação e factor de ancoragem cultural” (1995:205).

Veja-se, como exemplo, o título de algumas destas obras: *O 25 de Abril quase como um conto de fadas*; *A Revolução das Letras o 25 de Abril explicado às Crianças*; *A fábula dos feijões cinzentos O 25 de Abril, como quem conta um conto*; *O 25 de Abril Contado Às Crianças... E Aos outros*; *Era uma vez um cravo*; *História de uma flor*. A leitura da “primeira impressão escrita” e a reflexão sobre a mesma, remete-nos para o acto de contar, tornando-se bem evidente qual é a intenção comunicativa do seu autor, qual é a faixa etária do destinatário, quais são os “sentimentos” do contador da História na história e qual é o assunto sobre o qual se vai falar. “A importância semionarrativa do título apreende-se sobretudo quando nele se esboçam determinações de género que, confirmadas ou não pelo relato, constituem orientações de leitura com inevitáveis incidências semânticas e pragmáticas” (Reis, 2002: 418). Sabendo que o leitor é uma criança (na maioria dos casos das obras

analisadas), os autores escolhem estratégias de apresentação das obras baseadas na “enciclopédia de leitores” dos seus destinatários. Desde o primeiro momento, procura-se dar ao leitor a sensação de que está perante um tipo de leitura que lhe é familiar, ou seja, com características que as aproximam das histórias tradicionais.

No caso de *A fábula dos feijões cinzentos. O 25 de Abril, como quem conta um conto* deparamo-nos com um título, que vai filiar a narrativa numa categoria específica dentro da literatura tradicional — a fábula — acentuando ainda essa dimensão com a expressão seguinte “como quem conta um conto”, situando duplamente o jovem leitor num determinado contexto textual. De facto, José Vaz “conta” o 25 de Abril como se fosse um conto, iniciando a sua narrativa pelo *incipit* — “Em tempos que já lá vão, existia um reino chamado ‘Jardim-à-Beira-Mar Plantado’ — recorrente nos contos tradicionais, por se tratar de um tempo indeterminado. Por outro lado, tal como nas fábulas, os feijões são escolhidos para representar metaforicamente o real: o poder instituído — “o feijão Carrapato, o feijão Fidalgo e o feijão Frade” — ; o povo — os simples “feijões”, transformados em feijões cinzentos; os cantores de intervenção, os camaradas com ideologia comunista e os jornalistas — feijão Canário, o feijão Vermelho, o feijão Catarino —; o jornaleiro e o moleiro — o feijão Galego e o Feijão Moleiro —; os sem terra para trabalhar — o feijão Preto —; as mulheres — as Feijocas —; os que detinham as armas e os informadores — o feijão Rajado e o feijão Verde —; por último as forças militares que foram para o Ultramar — os feijões Rajados, os feijões Pretos e os feijões Brancos. É curiosa a designação dada a todos aqueles que viviam descontentes e tristes — os feijões cinzentos. Repare-se que o vocábulo “cinzentos” surge com letra minúscula, pois não designa ninguém em particular mas, sobretudo, o estado de espírito de todos, “as vozes de resistência, cada vez mais audíveis e insistentes” (Ramos, 2006).

Acresce que, tal como acontece no conto de tradição popular, o final é feliz: “Os feijões Rajados reuniram-se nas noites sem lua e, como as raízes que prendiam ao chão o feijão Carrapato, o Feijão Frade e o Feijão Fidalgo estavam cada vez mais pobres deram-lhes um empurrão tão grande, que eles caíram por terra e nunca mais se levantaram” (Vaz, 2000: s.p.). A partir desse momento, a opressão deixou de tomar conta dos elementos essenciais à vida: o Sol, o Ar e a Água, “simbolizando,

respectivamente, «a liberdade de criar», «a obrigação de distribuir o que havia» e «o direito a pensar e a ter ideias diferentes».

Detemo-nos agora um pouco mais em alguns textos que nos servem de exemplo a algumas estratégias mais significativas na aproximação ao leitor mais jovem.

Retomando o texto de José Vaz, sublinhe-se o seu forte pendor pedagógico, pois mostra aos mais pequeninos, através de uma linguagem metafórica, que usam e entendem desde a mais tenra idade⁶, que tal como o Sol, o Ar e a Água também a liberdade de criar a obrigação de distribuir e o direito de pensar e ter ideias diferentes são valores indispensáveis à vida. Além disso, “d’*A Fábula dos Feijões Cinzentos*, de José Vaz, emana claramente uma moral, aliás consentânea com o contexto sócio-político ou com o momento histórico que lhe serviu de motivo: só a Liberdade, a fraternidade e a Democracia podem colorir o mundo dos Homens. E foi isso – e muito mais – que o 25 de Abril trouxe...” (Silva, s.d).

Por outro lado, referindo mais uma característica do conto de tradição oral, constatamos que o tempo e o espaço são indefinidos ao longo de toda a fábula. A referência ao lugar concretiza-se através das metáforas: “Jardim-à-Beira-Mar-Plantado” (para mostrar um lugar inicialmente aprazível). Só na última linha, talvez para mostrar que, afinal, a história é real, se diz que “no calendário dos homens portugueses, a História pôs uma rodinha onde marcava: 25 de Abril de 1974 — Dia da Liberdade” (s.p.) .

O narrador, na tentativa de se aproximar do leitor, apelida o lugar onde situa a história de *reino* (termo familiar à criança) “rectangular, pequenino e muito bonito. Tão lindo, tão lindo que o mar, verde- azulado, não fazia outra coisa senão dar-lhe beijinhos na cara e no pescoço. [...] Desde que o mundo era mundo, os feijões sempre viveram em paz e sossego uns com os outros [...] Mas, há muito, muito tempo, no tempo em que os meninos moravam nas sementes dos seus bisavós aconteceu uma desgraça no reino do ‘Jardim-à-Beira-Mar-Plantado’” (s.p). A intenção do narrador prende-se com a vontade de seduzir o leitor e criar uma situação antitética capaz de

⁶ Como refere Ana Margarida Ramos “A linguagem fortemente metafórica ao nível histórico, social, económico, religioso” poderá não ser totalmente perceptível pelo público alvo, contudo pensamos que o conteúdo moral e cívico da mensagem poderá chegar ao leitor não o deixando indiferente. Poderá marcá-lo, pois este consegue, certamente, diferenciar as mudanças “positivas” que se efectuaram.

surpreender pela diferença, ou seja, leva-o a comparar o período anterior à Ditadura, de paz e harmonia, com o *durante* a Ditadura: “— Oooooohhhh! Estamos sem cor, deslavados e cinzentos!” (s.p.).

Ciente de que criou demasiadas expectativas acerca de uma história que parece tomar o rumo a que as crianças/leitores estão habituadas, o sujeito de enunciação apressa-se a esclarecer que este reino não tem os elementos que o caracterizam: “O reino que esta história conta não era habitado por *reis, bruxas, rainhas, cavaleiros, princesas, fadas e bobos*, não aqui só moravam feijões!” (s.p.; sublinhado nosso)

Veja-se, no entanto, que as personagens desempenham ao longo de toda a intriga (simples mas extremamente exemplificativa do que foi a revolução) papéis actanciais importantes: os maus que perturbam a ordem estabelecida; os mal tratados que sofrem e os heróis que reedificam a harmonia. Neste caso, gostaríamos de lembrar que os feijões/ povo (caracterizados pela tripla adjectivação *sem cor, deslavados e cinzentos*) são apresentados como figuras submissas e pacatas que precisavam de ser salvas: “Vendo-se doentes e estragados, os feijões não refilaram porque parecia mal e, para além disso andavam sempre entretidos com um bocado de couro redondo, cheio de vento” (s.p.). Os heróis são, certamente, os feijões Rajados, pois “descobriram que as coisas não estavam certas e decidiram deixar de trabalhar para os ladrões do Sol, da Água e do Ar. [...] reuniram-se nas noites sem lua e [...] deram-lhes um empurrão tão grande, que eles caíram por terra e nunca mais se levantaram. A partir desse momento, ninguém mais roubou o Sol e o Ar aos outros, e a Água começou a ser repartida por todos” (s.p.).

Repare-se no recurso estilístico usado para referir o objecto “bola”. Poderemos considerar esta estratégia como uma adivinha? Uma maneira de levar a criança/leitadora a um exercício de reflexão? Por outro lado está bem implícita a crítica às artimanhas do “Poder” para afastar, das cabeças menos atentas e esclarecidas, os verdadeiros problemas.

Ainda em relação às personagens que personificam o “bem” destacamos os “adjuvantes”, aqueles que permitem um desfecho feliz: “o feijão Vermelho, que lia a vida com olhos deslumbrados e para além disso era o mais refilão de todos, começou a falar baixinho aos ouvidos dos outros, no silêncio da noite [...] O feijão Canário, que era primo do feijão vermelho, semeou no vento canções com palavras que

ninguém podia usar no reino rectangular, pequenino e muito bonito”. De uma forma mais ou menos explícita poderemos imaginar que o narrador se refere aos “mensageiros”, que tanto fizeram para esclarecer e motivar os mais temerosos, mas também a cantores de intervenção como José Afonso. É curioso verificar o papel desempenhado pelas mulheres, ou seja, a mudança nas suas atitudes. Elas “que até aquele momento só tratavam da lavagem e da comida dos bebés-feijões, ganharam coragem e vieram para a rua cantar em coro: — Queremos ter direitos iguais aos dos feijões!” (s.p.).

Os oponentes, aqueles que constituíram algum obstáculo à realização do projecto (o poder persuasivo da religião na figura do feijão Frade e aqueles que eram medrosos ou acomodados) não foram esquecidos:

O feijão Frade, representante do poder religioso, com uma “voz de flauta celestial, veio para a porta da sua oficina encantar as Feijocas e dar uma ajudinha aos feijões Fidalgo e Carrapato:

— Minhas irmãs, estai quietas e caladas porque para melhor ninguém vai! Se a Providência Divina quer as coisas como estão, é porque assim é que está bem! Ao ouvir isto, o feijão Manteiga, que tinha espinha de caracol, falou, cheio de medo para a mulher:

— Ó mulher, é melhor a gente não se meter em encrencas. Se o feijão Frade diz, é porque é! Ele sabe muito e, depois... e depois só quero olhar pela minha vida, percebes (s.p.).

Acreditamos que a referência aos mais acomodados destaca a valentia e a ousadia daqueles que ousaram enfrentar todos os poderes instituídos.

Esta fábula apresenta-se, a nossos olhos, como um texto com qualidade pedagógica e literária, quer pela criteriosa selecção dos dados apresentados quer pelo valor estético da sua linguagem; a sua riqueza estilística transformam-no num suporte extremamente rico do ponto de vista interpretativo e mostram com extrema “graça” o que de facto acontecia. Tendo em conta a especificidade do público a quem se destina este livro, julgamos que nada ficou por dizer. Veja-se, a título de exemplo, a beleza de algumas imagens e metáforas tão sugestivas: “O tempo ia passando sem que nada se fizesse para *mudar a cor do reino*”; “o feijão Vermelho *lia a vida* com olhos

deslumbrados”; “o feijão Canário *semeou no vento canções* com palavras que ninguém podia usar”; “Liberdade, Igualdade, Fraternidade, Justiça, Democracia e *muitas outras irmãs*, eram palavras que estavam *aprisionadas na casa dos pensamentos sem janela*”; “O feijão Catarino, que *usava palavras com olhos abertos*”; “O feijão Galego vendo-se aflito *com falta de ar nos bolsos* no fim de cada dia escreveu, com carvão das minas, nas paredes do reino:— Socorro, que eu *abafo e morro com fome e sede de tudo!*”; “o feijão Manteiga que *tinha espinha de caracol...*”; “As vozes dos que discordavam começaram a engrossar e *as raízes* que sustentavam o feijão Carrapato, o feijão Fidalgo e o feijão Frade, aos poucos, *iam ficando fraquinhas, amarelas e moles*. [...] Os três vendo-se já aflitos, *mandaram pôr um olho em cada esquina e um ouvido em cada parede* para descobrirem os do contra, *os feijões que queriam mais Sol, mais Água e mais Ar.*”; “o feijão Carrapato inventou *um lápis com os dentes afiados e azuis para comer as palavras* que ele não gostava de ouvir nem ler.”; “*O lápis solto no meio do reino, abocanhou logo as palavras e as ideias que moravam nos livros, nas músicas e nos jornais e levou-as amarradas de pés e mãos para a prisão das palavras luminosas.*”; “os ladrões do sol”.

Assim, certamente com alguma ajuda, o leitor ficará a saber o porquê da Revolução; quem contribuiu para a sua realização; quem se opunha; quando e como se realizou, etc. O tratamento dado ao tema e sobretudo a caracterização das personagens permite que a criança/leitora perceba, de uma forma divertida, o que era a ditadura, quanto tempo durou; como agia a “igreja” e as forças opressoras; o que era a PIDE e como agia para persuadir os informantes; o que era e o que fazia o lápis azul; a prisão dos que não concordavam com as ideias vigentes; a guerra em “terras de além do mar”, etc.

De igual modo, em *A Revolução das Letras o 25 de Abril explicado às crianças* de Vergílio Alberto Vieira podemos constatar que são usadas, para contar a História, várias estratégias de aproximação do leitor.

A história, protagonizada por letras, que representam os militares de Abril, inicia-se com uma onomatopeia em letras garrafais “TATARARAAA” pois “Quem primeiro deu o alerta no Quartel das Letras foi o Cabo Clarim, que, farto de tocar a recolher, ou porque não, ou porque sim, anunciou de pronto a hora do motim” (p.7). Como podemos constatar, está anunciado o assunto do livro - o motim das letras.

A acção desenrola-se, apenas, *durante* a revolução, todavia a descrição dos objectivos pretendidos com “o motim” conduz à descoberta subtil do *antes*: “as letras queriam viver em liberdade [...] Era o fim da Censura, da mão pesada e dura dos Coronéis [...] E já que a pátria em guerra assim sofria, cada letra decidiu fazer de Abril um grande dia nos quartéis. [...] Rádios, jornais, televisão podiam já noticiar em liberdade que a revolução iria ser coisa nunca vista [...] tinham as letras por missão criar ideias, logo que abriam as portas aos presos políticos nas cadeias, todo o alfabeto passou dos discursos à acção, prometendo Trabalho, Segurança, Habitação. Isto porém, não era tudo, lá isso não, pois sem Saúde, Cultura, Educação, de nada valeria meter na linha a Reacção” (p.25). Assim, abordam-se questões como a carência de Liberdade e de Democracia, a Censura, a arrogância e os maus tratos do Poder, os presos políticos, a guerra em que o país estava envolvido e as más condições culturais e sócio-económicas em que as pessoas viviam; “uma pasmaceira nacional” (p.22).

O *durante* também se desvenda, quer através do percurso físico das personagens quer pela descrição do clima de arrojo, entusiasmo e convicção dos militares e do povo que os seguiu:

saíram as letras a correr da camarata (p.8) [...] logo as letras se fardaram a rigor, e vai de abrir caminho, numa boa, de Santarém até Lisboa, (p.10)[...] já do alto do Castelo de São Jorge o sol dardejava o Terreiro do Paço e o Tejo & tudo [...] foram informados que os Ditadores tinham fugido a correr, de rabo entre as pernas, rumo à fronteira e prò Brasil (p.17) [...] foi então que as letras, uma a uma, combinaram avançar prò Largo do Carmo em carros de combate (p.18) [...] mal do Quartel da Guarda veio sinal de rendição, logo as letras, de cravo vermelho, se juntaram para decretar a Revolução” (p.20).

Por outro lado, bem no final do livro, “lança-se um olhar” sobre o futuro e vislumbra-se alguma desilusão: “Pois que a revolução, para Inglês ver, em português – lá se foi, era uma vez...” (p. 26).

Como referimos, descreve-se, ao longo de todo o livro, um clima de entusiasmo vivido pelos militares e pelo povo que os seguiu “apesar de nem sequer pensar no que iria mudar com a conquista” (p. 22):

Acenderam-se os holofotes na parada [...] por toda a parte se ouviam toques de caixa, de gaita e trombone. (p. 8) ;[...] As letras queriam viver em liberdade [...]nem que tivessem de marchar, por terra e mar, contra a nação. [...] (p. 10); No quartel das Letras, o Comandante – Geral é que nem queria acreditar. (p. 14); [...] Lisboa, nessa noite, não estava pra dormir. Chamou o povo à rua, fez história, ergueu a voz, e cantou vitória, em forma de canção. [...] (p. 18); Cada letra era um soldado, trajado à maneira, e as multidões, do Rossio ao Camões, celebravam o fim da pasmaceira nacional, dando vivas de novo a Portugal. Onde quer que chegassem, com beijos e abraços recebidas, as letras não podiam ser esquecidas, devendo-lhes, ora em diante, cada cidadão o direito de se filho da nação” (p.22).

No que concerne às personagens, note-se que os militares são vistos como heróis valentes, destemidos e fiéis: “nem que tivessem que marchar por terra e por mar, contra a nação” (p.10); “ninguém ousou fazer-lhes frente” (p. 14); “que juraram “fidelidade a um jovem Capitão, que os comandava a bem da democracia da nação” (p.14). Esta Revolução é comparada, em mérito, às revoluções de 1385 e 1640 e os militares são como “Heróis do Mar não são heróis da treta” (p.12). Por isso, o narrador os dá a conhecer como sendo dignos de memória, uma memória que este livro pretende transmitir aos mais jovens. Depreende-se, desde a primeira linha, o protagonismo que lhes é atribuído, ou seja, são retratados como os únicos feitores da Revolução de Abril. Concorre para essa perspectiva, o início da história ao toque de clarim representado, como já foi referido, por uma onomatopeia que ocupa toda a página. Por outro lado, o vocabulário aponta, de imediato para um campo semântico que envolve o leitor num único cenário - um quartel: “Quartel das Letras”; “Cabo Clarim”; “parada”; “camarata”; “Comandante – General”; “o recolher”; “Comandante”. Concluimos que, embora se trate de um livro onde a História é ficcionada, está vincada a preocupação em mostrar a veracidade dos factos: contribuiu para o efeito a referência a lugares certamente reconhecidos pelo leitor, mas também a alusão, implícita, ao “jovem capitão” Salgueiro Maia e a intertextualidade com a canção que serviu de senha à Revolução de 1974: “Em nome da liberdade, /Foi-se o regime à viola. *Longe de ti, ó cidade*, Deram tiranos à sola” (p.18).

Constatamos que as estratégias usadas, no sentido de envolver o leitor, são extremamente diversificadas; achamos que o ritmo incutido ao texto, ou seja, as rimas

internas, extremamente frequentes, podem levar o leitor a uma memorização fácil, como se se tratasse de um texto escrito em verso, com uma estrutura muito simples. O texto encontra-se, do princípio ao fim, repleto de exemplos rimáticos, sobretudo os sons em “ão” que rimam com revolução. Repare-se em dois casos, onde é possível descortinar múltiplos exemplos de rima interna. Sublinhamos as sílabas para destacar esse facto:

Não se enganava o Comandante, ao megafone, pois já por toda a parte se ouviam toques de caixa, gaitas e trombone. Se alguém o disse, assim o fez. As letras queriam viver em liberdade, e sem birra, nem desfeita, tinha chegado, desta feita, a ocasião de irem dizê-lo à cidade, por que não?, nem que tivessem de marchar, Por terra e mar, contra a nação (:10).

Ou

Pois mal do quartel da guarda veio sinal de rendição, logo as letras, de cravo vermelho na espingarda, se juntaram para decretar a Revolução.

Era o fim da Censura, da mão pesada e dura dos Coronéis que, daí então, de bico calado e aos papéis, teriam que dar volta ao quarteirão (p.20).

Uma outra estratégia, normalmente usada em livros para crianças ou em livros de banda desenhada, é o uso de um tamanho de letra maior ou menor de acordo com o tom de voz usado. Neste caso, são usados diferentes tamanhos de letra para mostrar a boa organização dos militares, a surpresa e o desatino do “Comandante - General”, que nada percebeu sobre o que se estava a passar: “quando o Comandante-General se levantou, estremunhado, e veio à janela a toda a pressa, à pressa pediu contas a cada sentinela. «**Mas que pouca-vergonha é esta?**, desaprovou, o boca aberta⁷, a língua em tropel: “Que parece que a tropa virou festa no quartel!”» Note-se que é possível perceber a influência da literatura oral, como se o texto se destinasse a ser lido em voz alta, ou seja, o tipo de letra obriga a uma

⁷ O termo popular “o boca aberta”, neste caso usado como nome e talvez como “epíteto”, conota negativamente o Comandante-General. Podemos subentender, assim, uma “postura ideológica”, por parte de quem narra. Valorização dos militares em detrimento do poder instituído e das ideias vigentes.

entoação e a um tom de voz mais elevado, como se se pretendesse “teatralizar” a situação.

Os termos populares também constituem boas técnicas de sedução do leitor:

Expressões populares/familiares:
<ul style="list-style-type: none">- “Se alguém o disse, assim o fez”;- “o que tem de ser tem muita força”;- “vai de abrir caminho”;- “era [...] para levar à letra”;- “correr de rabo entre as pernas”;- “foi-se o regime à viola.”;- “de bico calado”;- “mandar de guias”;- “meter na linha”,- “os manganões”- “puseram ao fresco o seu dinheiro”;- “à primeira quem quer cai, à segunda cai quem quer.”- “Entre político e militar não há que <i>meter colher</i>.”;- “para inglês ver”. “<i>prò</i> Brasil”;- “heróis <i>da treta</i>”;- “lá isso não”;- “vai daí,...”- “numa boa”.

Se atentarmos nos títulos *O soldado e o capitão os cravos e o povão* ou *L.A.&Cª no meio da Revolução* percebemos que eles orientam o leitor no sentido da temática abordada, ou seja, um “leitor ideal” empreenderá que o assunto tratado se relaciona com uma revolta. No primeiro caso, as associações podem tornar-se evidentes pois os cravos remetem, neste contexto vocabular, para a Revolução de

Abril de 1974, mas, no segundo caso, o título acrescenta a informação de que a história é uma aventura realizada por um grupo durante a Revolução. O determinante definido associado ao nome canaliza, possivelmente, o leitor para a Revolução de 1974. Sendo uma série, os jovens terão certamente conhecimento que se trata de um grupo de jovens (Luís e Ana, Nuno e Filipe) que se envolve nas mais diversas aventuras. Fenómeno das décadas 80/90, este tipo de leitura “constitui [...] uma etapa essencial no percurso do jovem leitor e esse primeiro amor ou «série-mania», como alguns lhe chamam, pode constituir um forte incentivo para novas leituras, nessa e noutras idades” (Bastos, 1999: 152).

Pelas suas características, as narrativas de aventura e mistério primam pela sua capacidade em seduzir, livro após livro, o jovem leitor que já se habituou a “lidar” com as mesmas personagens, “personagem-grupo”. O grupo é constituído por jovens com uma idade aproximada à dos potenciais destinatários, o que:

permite uma situação de *identificação* mais imediata com a narrativa e as aventuras contadas. A relativa variedade existente entre os elementos que compõem o grupo e das características físicas e psicológicas que os distinguem — raparigas/rapazes; audazes/cautelosos; etc. — possibilita quase sempre a existência de um ponto de apoio para o jovem leitor, ou seja, que surja um qualquer processo de identificação. Essa identificação concretiza-se de forma complexa e algo ambígua: tanto se pode operar por uma semelhança real como por uma semelhança desejada (Bastos, 1999: 153).

No que concerne a esta aventura, *L.A. & C^a no meio da Revolução* o grupo constituído por Luís e Ana / Nuno e Filipe, todos eles jovens “próximos” do leitor, envolve-se num caso estranho, “a Revolução de Abril”. A singularidade das situações vividas pelo “herói-grupo” enforma um forte efeito sedutor, pois o leitor poderá formular juízos no sentido de se conhecer melhor enquanto pessoa. Irá, por exemplo, questionar-se sobre a sua coragem ou a sua forma de agir face a uma situação semelhante. No âmbito desta aventura, o jovem leitor pode pensar do mesmo modo que a Ana, uma das protagonistas que ouviu “a história verdadeira” contada pela tia Luzinha, quando esta afirma, já no último capítulo: “— O que me faz confusão — disse a Ana como se falasse consigo própria — é imaginar-me metida numa destas,

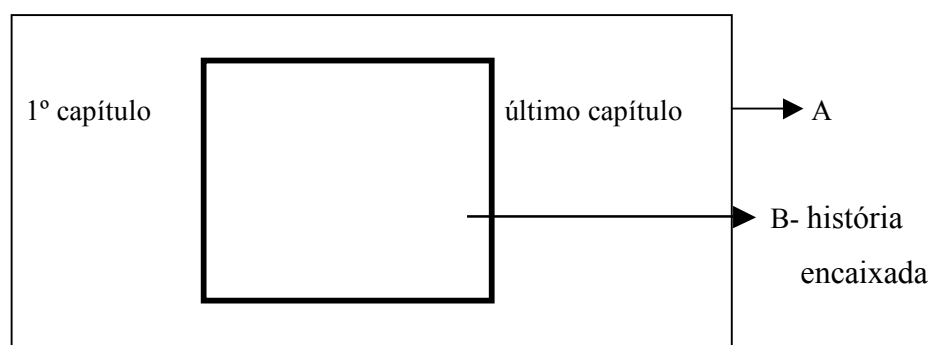
sem perceber uma data de coisas. [...] e a revolução!? Não vos faz impressão pensar na revolução?! — [...] Parece que uma revolução é uma coisa que só pode ter acontecido há milhares de anos!” (p.172).

Os jovens sentem-se, ainda hoje, atraídos por este tipo de leitura devido à conhecida estrutura narrativa, similar livro após livro. Também Juan Cervera (citado por Bastos, 1999: 157) refere a este propósito que:

a repetição pode constituir um recurso literário e educativo, graças ao qual a literatura presta serviços inegáveis à formação humana, intelectual e estética da criança. E no momento actual, em que a prodigalidade na informação e na produção artística impede, com alguma frequência, uma verdadeira assimilação, permanecer algum tempo em contacto com produções que seguem a mesma linha pode ser uma solução contra a superficialidade.

Por outro lado, o diálogo constante entre as personagens torna-se mais cativante e perceptível que as longas narrações ou as minuciosas descrições fastidiosas para um público ávido de dinamismo e acção. Acresce, ao já exposto, o gosto pelo suspense e mistério, tal como o rapto, a decifração de enigmas e de pistas, etc.

Nesta aventura, encontramos todos os ingredientes impulsionadores da leitura, mas deparamo-nos com um aspecto curioso, ou seja, a ficção dentro da ficção..



O primeiro capítulo (designámos por letra A) de *L.A. & C^a no meio da Revolução* situa o grupo no seu ambiente familiar referindo-se, como é hábito, a situação escolar. Os jovens são surpreendidos pela visita da tia Luzinha; que “fala

sem parar, com muitos gestos, com uma cara muito alegre... Ri-se por tudo e por nada, nem parece ter a idade que tem” (p.4).

Criou-se, assim, a personagem ideal para o “acto de contar”. A tia Luzinha lembra-se de uma “história verdadeira”, do passado, protagonizada por quatro jovens que, curiosamente, têm o mesmo nome e as mesmas características psicológicas dos primeiros protagonistas⁸: “Eram danados, os catraios. Muito vivos...Pois eles estiveram metidos numa grande aventura, numa época muito especial [...] há precisamente vinte anos” (p.10). Na perspectiva da velha senhora, “Não foi há tanto tempo como isso” (p.10).

Resolvemos designar com a letra “B” a história que supostamente deveria ser verdadeira. De facto, deparamo-nos com uma narração de fundo real, “A Revolução de Abril de 1974”, protagonizada por soldados e uma história ficcionada onde os heróis da aventura tentam descobrir os raptos do pai. Sem se aperceberem, as personagens da ficção estão envolvidas no mesmo caso, pois as pessoas perseguidas fazem parte da PIDE. No final, as personagens da ficção interagem com as personagens reais, pois cruzam-se com tropas e blindados na Baixa, na rua do Alecrim e no Largo do Carmo, onde tudo se desvenda

Curiosamente, na última parte do livro, “apêndice, Lisboa 25 de Abril de 1974”, existe a preocupação em mostrar o que é real e o que é ficção, ou seja, por duas vezes são usadas interrogações retóricas no sentido de alertar o leitor para o papel desempenhado pela literatura na transmissão do real: “Esta história é verdadeira. Não, é claro que não! Toda a gente – e os escritores são como toda a gente – pode inventar histórias. Mas as histórias dos escritores – que são inventadas – costumam falar de coisas que podiam ter sido verdade. É a criação literária” (Mata, 1996:176).

Esmiúça-se, em seguida, tudo o que é verdade e o que é ficção. O leitor é bem esclarecido cumprindo-se, deste modo, o papel pedagógico e cultural da literatura. Podemos considerar que existe a preocupação em fazer uma síntese, após a aprendizagem realizada durante a leitura ficcional:

⁸ Repare-se que a própria ficção remete para as características deste tipo de texto e para a atracção que as personagens, próximas do leitor, podem exercer.

Mas existe um laboratório em Sacavém que em 1974 se chamava Laboratório de Física e Engenharia Nucleares e onde instalado o único reactor nuclear que existe em Portugal.

E o que aconteceu em Lisboa, no dia 25 de Abril de 1974, também foi verdade.

Na madrugada do dia 25, por todo o Portugal, várias unidades militares revoltaram-se e dirigiram-se a Lisboa para mudarem o governo, extinguir a PIDE, libertar os presos políticos, fazer eleições livres, abolir a Censura, acabar com a guerra em Angola, Moçambique e Guiné. Era a revolução. [...] (p.177).

Repare-se que estamos perante um narrador onisciente que se dirige a um hipotético “tu” com quem parece dialogar. Ciente do seu estatuto, tenta, uma vez mais, seduzi-lo quer pelo rigor da informação quer pela pormenorização dos factos. Por outro lado, este narrador, nesta fase do seu discurso, pretende passar uma mensagem objectiva, ou seja, isenta de qualquer apreciação dos factos:

Foi bom? Foi mau? Isso não nos compete a nós dizer. Nós só quisemos contar uma história que se podia ter passado naqueles dias que ficarão para sempre na História de Portugal (p.178).

Por outro lado, ainda no “apêndice, Lisboa 25 de Abril de 1974”, são apresentadas fotografias legendadas: “a Revolução dos cravos”, onde se pode ver um soldado feliz, com uma espingarda em posição de descanso com um cravo no cano; “o Capitão Salgueiro Maia”, com um grande plano do militar; “as crianças e os soldados”, quadro de harmonia e tranquilidade entre soldados e crianças que sorriem e ostentam o sinal de vitória; “A população de Lisboa enche o Largo do Carmo”; “Um civil, encavalitado em cima de uma guarita aconselha o pessoal a ter calma”; “Não queremos sangue! Não queremos magoar ninguém!! Pedimos aos civis que abandonem o Largo”; “Os lisboetas vieram para a rua dar vivas à Liberdade, ajudar e oferecer cravos aos soldados.”; “Um ‘Pide’ serve como exemplo da queda do antigo regime”— nesta fotografia temos o grande plano de um homem com as calças no fundo das pernas e com os braços no ar. É um ‘Pide’ a render-se —; “Soldados de Abril desarmam leais ao antigo regime”; “Os antigos ícones do poder são depostos” — nesta fotografia vê-se um soldado que retira de uma parede o retrato de Salazar —. Como podemos constatar pela selecção e legendagem das fotografias, está bem

patente a preocupação em mostrar aos jovens o clima que se viveu durante o dia da Revolução. Por outro lado, a junção do “apêndice” fotográfico reflecte, em nosso entender, a preocupação de convencer o leitor sobre a veracidade dos factos.

3.3. O Tempo: Antes-Durante-Depois

O tempo constitui-se, nas obras analisadas, uma categoria da narrativa com bastante relevância, na medida em que é a relação entre o *Antes*, o *Durante* e o *Depois* que estabelece a verdadeira dimensão da revolta e da mudança que se operaram no dia 25 de Abril de 1974.

Tentaremos, assim, dar conta das distintas focalizações, nas diferentes obras, em relação aos acontecimentos que rodeiam o dia 25 de 1974, sendo esta data o núcleo temporal que nos serve de referência.

Decidimos descrever esses eixos temporais nos quadros-síntese que seguem, por nos parecer que possibilitam uma visão mais clara da forma como cada obra articula e organiza os factos em relação à data núcleo — o dia 25 de Abril. Para o efeito, seguimos a proposta de tipologia que apresentámos em 1.3.1:

- a) A História na ficção
- b) A História ficcionada
- c) Livros predominantemente informativos.

Em relação aos diferentes “tempos” que podem estar presentes nas obras, considerámos quatro situações. A primeira, obviamente, será o núcleo temporal de referência — o dia 25 de Abril. Depois, como tempos anteriores temos o período da Ditadura, o Estado Novo, ou um tempo a mais longínquo, que será o da 1.^a República, embora surja apenas em dois casos essa referência concreta. O que encontramos são anotações a um período valorizado de forma positiva antecedendo o tempo negativo do Estado Novo. Na linha cronológica, que resolvemos destacar, encontramos também, em alguns textos, referências ao pós – 25 de Abril e ao período anterior à Ditadura.

Resolvemos não tratar, segundo esta perspectiva temporal, todos os livros estudados, por considerarmos que os que foram seleccionados permitem extrair conclusões que não seriam contrariadas com outras análises.

Relembramos que os quadros que apresentamos seguem a ordem da nossa proposta de tipologia:

a) A História na ficção.

Livro	Antes da Ditadura	Antes do 25 de Abril	O dia 25 de Abril	Depois do 25 de Abril
<p><i>Vinte cinco a sete vozes</i></p> <p>Os vários testemunhos dão conta do que se passava <i>Antes</i> para melhor se compreender o <i>Depois</i>.</p>	<p>Ø</p>	<p>Todas as personagens relatam situações, vivências deste período. (o mais revisitado).</p> <p>Fala-se da falta de Liberdade da censura, da PIDE, da prisão, da tortura da Guerra do Ultramar, das más condições económicas dos desfavorecidos, das más condições das escolas, dos exilados, etc.</p>	<p>Fala-se do movimento dos militares em Lisboa. A rendição dos ditadores no Largo do Carmo.</p> <p>Algumas das personagens referem que não deram pelo que se estava a passar. Outros só se aperceberam quando a notícia foi dada na comunicação social. Este dia é visto por alguns como uma festa.</p>	<p>O pai do Paulo Jorge refere a melhoria nas condições económicas; o fim do trabalho infantil, a liberdade de falar, a liberdade de imprensa, etc. A Mafalda e o Paulo Jorge simbolizam a concretização de Abril, o <i>Depois</i>, a conquista da Liberdade e da Democracia.</p>

Livro	Antes da Ditadura	Antes do 25 de Abril	O dia 25 de Abril	Depois do 25 de Abril
<p><i>O Caso da Rua Jau</i></p> <p>A comemoração do dia 25 de Abril de 1974 que serve de pretexto para uma tarefa escolar de duas semanas — trabalhos de grupo sobre a “Revolução dos Cravos”.</p> <p>(1)</p>	<p>Ø</p>	<p>“Antigamente as pessoas não podiam falar...”;</p> <p>“Não podia haver greves...”;</p> <p>“A televisão obedecia ao governo...”;</p> <p>“A Guerra Colonial”;</p> <p>A morte dos militares e a ausência de apoio às famílias;</p> <p>“A emigração”;</p> <p>“o trabalho árduo do campo realizado por mulheres;</p> <p>“O ensino: as escolas separadas conforme os sexos, o ensino baseado na memória; o liceu e as escolas técnicas;”(2)</p> <p>O facto de dois namorados, serem encontrados de mãos dadas nas imediações do liceu constitui motivo de inquérito e pode levar à expulsão da escola. As regras de conduta; a intolerância de quem mandava...(3)</p>	<p>Ø</p>	<p>Referência às comemorações, do dia 25 de Abril de 1974, incompreendidas pelos jovens que nada sabem sobre o período da Ditadura.</p>

Segundo Francesca Blockeel, “*O caso da Rua Jau*, de Mário Castrim, foi o início de uma mudança prudente em relação ao antigo regime, como evidenciou também um volume da colecção L. A. & C.^a de Maria Mata, contendo bastante material fotográfico” (2001:155). Apresentamos, em seguida, alguns comentários relativos ao conteúdo desta obra, seguindo as notas assinaladas no quadro.

(1) Percebe-se, desde o início, que os alunos, protagonistas desta narrativa, pouco sabem sobre as causas da Revolução e, por isso, não compreendem, e acham ridículas,

as manifestações dos mais velhos. A acção decorre na sala de aula e, perante o trabalho proposto pela professora, a primeira reacção é de “chacota”, pois brincam, por desconhecimento, com as manifestações comemorativas, daqueles que, ainda hoje, “vibram com o 25 de Abril”.

Embora tenhamos consciência que a citação que escolhemos é demasiado longa, achamos pertinente reproduzir na íntegra a “atitude trocista” dos jovens. Assim, percebemos, melhor, como é que o dia 25 de Abril é sentido, de forma tão diferente, por aqueles que o viveram e por aqueles que julgam nada ter beneficiado com a mudança que veio a concretizar-se. Por outro lado, percebemos a estratégia do narrador, que pretende mostrar a forma como os jovens interpretam as atitudes dos mais velhos; como avaliam determinados valores que não são os seus; como podem ser “injustos” e “críticos” quando ajuízam atitudes com as quais não concordam. Diagnosticamos, acima de tudo, o que não sabem sobre um acontecimento histórico que faz parte da História do país a que pertencem. Curiosamente, verificamos que apesar de toda a algazarra e brincadeira, *foi possível acalmar e motivar* esses jovens para os trabalhos de pesquisa, o que lhes permitiu, de forma profícua, ter acesso ao conhecimento.

Repare-se que fica bem clara a posição de quem escreve: a escola e a família têm um papel fundamental quando se deve dar a conhecer um passado histórico comum que tanto contribuiu para a mudança de uma sociedade, embora todos saibamos que é tarefa de cada um apreciar os factos e ajuizar sobre o valor e as implicações que tiveram:

- “— Tararatará, Tarararará, tarará taarratá...
- *Vivam* os capitães de Abril!
- *Viva* a liberdade!
- *Viva* Portugal!
- O povo...está ...com o MFA! O povo...está...com o MFA!
- Eh pá, essa já não se usa!
- *Sei lá*, o meu pai é que de vez em quando, salta com esta.
- Viva a Revolução dos Cravos!
- CGTP, unidade sindical! CGTP, unidade sindical!
- Eh pá, essa é no primeiro de Maio.

- Vai dar tudo ao mesmo.
- Portuguesas! Portugueses! Cidadãos! Cidadãs!
- Tomates, pepinos, cenouras e maçãs!
- Cidadãos! Foi na madrugada do 25 de Abril de 1974 que *os gloriosos capitães de Abril*, e está claro, se a coisa foi no 25 de Abril *não podiam ser os gloriosos capitães de Fevereiro...*
- Ah! Ah! Ah! Ah!
- Foi nessa *gloriosa madrugada* que os *gloriosos capitães de Abril* unidos ao *glorioso povo português...*
- ... e ao *glorioso* Benfica!
- Foi nessa *gloriosa madrugada* que os *gloriosos capitães de Abril* puseram fim à negra noite do fascismo...
- ...graças às lâmpadas Philips que...
- [...]
- Ó setôra — tornara o Raul — é sempre a , mesma coisa, as mesmas palavras, isto e aquilo, a noite negra, os capitães, a gente ouve, ouve e não percebe nada” (pp.16-17; sublinhados nossos. Veja-se como os jovens desdenham o adjetivo “glorioso” atribuído, na opinião deles, de forma aleatória).

É a intervenção da professora que vai levar os alunos a reflectir: “Há muitas pessoas que vibram intensamente com o 25 de Abril. Por que será? Que terá acontecido antes assim tão grave?” (p.17).

(2) A professora propõe vários temas de pesquisa e trabalho, mas refere: “Não quero a burocracia, não quero a engrenagem, não quero os regulamentos, não quero os números, *quero as pessoas, quero a vida, quero os dias...*” (p.30). Curiosamente, os autores que resolveram escrever sobre Abril de 1974 mostram isso mesmo, nos seus livros, pois preocupam-se, sobretudo, em retratar as vivências, os sentimentos e as emoções de quem viveu esse período histórico.

(3) A pesquisa empreendida, num “volume encadernado de *Diários de Lisboa* dos anos 60 com o suplemento ‘*Juvenil*’ ” trazido pelo pai, leva o João e a Júlia à descoberta de uma crónica do quotidiano, com o título “A Inocência do Pecado”. Os jovens confrontam-se com uma situação completamente ridícula para quem se rege

por novos valores e critérios diferentes. Segundo Carlos Reis, “a crónica de imprensa constitui o registo de um facto ou incidente, normalmente retirado do quotidiano [...] o cronista trata de comentar esse facto ou incidente, realçando nele dimensões (culturais, ideológicas, sociais...)” (2002: 88).

Assim julgamos ter descortinado, neste livro, várias técnicas de aproximação ao leitor:

1. Uma curiosa abordagem da Ditadura, um *Antes* que esclarece os jovens sobre aspectos que lhes estão intimamente ligados;
2. O título do livro, *O Caso da Rua Jau*, atrai de imediato o leitor, pois remete-o para um assunto para o qual não está à espera. O vocábulo “Caso” aponta para o campo do policial, para uma mistério;
3. Os jovens são “aliciados”, num começo de leitura, com um ambiente que lhes é bastante familiar — a escola, a turma, os grupos, os amigos;
4. Os leitores confrontam-se com protagonistas da mesma faixa etária e com uma linguagem que utilizam no quotidiano;
5. A escrita retrata com muito realismo as brincadeiras e as “graças” usadas na sala de aula: “ — ó mar salgado, quanto do teu sal é o preservativo de Portugal...” (p.18) [...] “— O gajo emprenha pelos ouvidos. Desculpe, stôra.”[...] “— Ó professora — disse o Carlos Manuel -, conhece aquela de um preto que era tão preto, que mesmo de dia, para se ver ao espelho, tinha de acender a luz...Soaram gargalhadas.” (p.20); “— palavra? Ó senhor Director, palavra? Aperte cá o bacalhau! Tá a ver a coisa...” (p.61);
6. A segunda história que advém da investigação, uma crónica encontrada num jornal, para além de relatar um caso que é “supostamente verídico” surpreende-os pelo ridículo da situação, pela mudança de critérios e de valores em relação aos tempos actuais. Por outro lado, a descrição caricata

do ambiente na sala de professores pretende aguçar a curiosidade do “público alvo” por se tratar de um espaço que, normalmente, é “interdito” aos alunos. Acresce a caracterização surpreendente de alguns professores; as estranhas Ordens de Serviço: “As senhoras professoras devem chamar a atenção das alunas para a obrigatoriedade do uso das meias e que se reincidirem depois de admoestadas, serão severamente punidas [...] o pudor e o recato estão na base da nossa civilização ocidental e cristã. A Bem da Nação “ (p.51); ou “tem-se verificado que alguns alunos da última hora da manhã se concentram junto dos degraus da escada para o primeiro andar, olhando ostensivamente para cima, quando as alunas sobem... A BEM DA NAÇÃO, A DIRECTORA” (p.53; maiúsculas conforme original);

7. Contribuem, de igual modo, para a ausência de “monotonia” na leitura, diferentes registos de língua: a usada pelo professores; a empregue pelos alunos; a utilizada aquando das Ordens de Serviço e a aplicada pelo encarregado de educação.

Podemos concluir que “a crónica do quotidiano O pecado da inocência” retrata com rigor e realismo vários aspectos da sociedade portuguesa durante o Estado Novo, mas é inelutável a “mestria do escritor” quando se propõe mostrar a Escola e as suas regras durante a Ditadura. Curiosamente, é o livro que aborda a questão do ensino com mais minúcia, dando-lhe lugar de destaque face aos outros aspectos abordados.

Livro	Antes da	<i>Antes do 25 de Abril</i>	O Dia 25 de Abril	<i>Depois</i>
-------	----------	-----------------------------	-------------------	---------------

	Ditadura			
<p><i>O soldado e o capitão os cravos e o povão</i></p> <p>A maior parte da narrativa é dedicada à descoberta do <i>Antes</i> como melhor forma de se perceber o porquê da Revolução.</p>	Ø	<p>A descoberta do passado é muito importante.</p> <p>A Mafalda descobre as “doenças” que afectavam o país neste período.</p> <p>Os pais de Mafalda, os objectos guardados na arca e a pesquisa em jornais da época ajudam a descobrir o passado.</p>	<p><i>O avô</i> da Mafalda “filmou o povo na rua, feliz, abraçado aos soldados e a festejar a democracia.</p> <p>A mãe da Mafalda diz que “foram os capitães a iniciar a revolta, mas quem se viu na televisão foram os generais; o general Costa Gomes e o general Spínola.</p>	Ø

Livro	Antes da Ditadura	Antes do 25 de Abril	O Dia 25 de Abril	Depois do 25 de Abril
<p><i>25 de Abril quase como um conto de fadas</i></p> <p>A narrativa situa-se no pós – 25 de Abril.</p>	Ø	<p>Alude-se à vida dura dos camponeses; o afastamento e a “terra ao abandono”; a desertificação devido à Guerra do Ultramar; a “aflição” das famílias que tinham parentes na guerra; o papel dos mensageiros junto das populações mais afastadas; a PIDE que perseguia quem falasse contra o governo.</p>	Ø	<p>O menino, que ouviu atentamente a história contada pelo avô e pelo pai, representa o futuro. Ele vive feliz, não precisa de ir à guerra e pode falar sem medo de represálias. Graças ao 25 de Abril, este menino pode “viver ao Sol”.</p>

Não existe, na narrativa propriamente dita, nenhuma referência explícita ao dia 25 de Abril, apenas é dito pelo avô: “— Grandes homens! Eles bem diziam que

um dia não haveríamos de precisar da noite para nos escondermos. [...] O meu avô adormeceu e a história ficou a meio” (s.p).

O avô deixa-se dormir e quem dá continuidade à narrativa é o pai (a criança enrola-se-lhe “no corpo [...] como a noite se enrola na terra, num xaile de erva sobre o prado”) que conta: “— *Há dez anos*, era uma vez um menino soldado, muitos meninos soldados que quiseram acabar com a guerra e com o medo” (s.p).

Podemos deduzir que esse dia que ia chegar, “*Há dez anos*”, era o 25 de Abril de 1974, mas nada nos é dito sobre o que de facto aconteceu, nem como se deu. No final, em letras manuscritas, o menino da história escreve no seu diário: “Hoje é dia 25 de Abril de 1984, *há dez anos atrás* tinha eu acabado de nascer – 1974. *Vou pedir ao meu avô, ao meu pai, à minha mãe, aos meus vizinhos e à minha professora para me contarem o que aconteceu nesse dia.* Depois vou escrever o meu conto nestas páginas em branco...” (s.p; sublinhados nossos).

Neste conto, o narrador preocupa-se em mostrar a mudança num aspecto fundamental: a luta de um povo que (graças à sua tenacidade, à obstinação dos mensageiros e à vontade dos soldados) conseguiu ‘libertar-se da noite’ para, finalmente, aprender a “pensar a vida” em liberdade, sem medo, em pleno dia, ao sol.

Livro	Antes da Ditadura	Antes do 25 de Abril	O Dia 25 de Abril	Depois do 25 de Abril
<i>O Rapaz da Bicicleta Azul</i>	∅	<p>O passado está representado pelo retrato do avô em cima de uma mesinha-de-cabeceira. Um homem que “morreu novo” sem ter conhecido o “cheiro” da Liberdade.</p> <p>A narrativa começa quando uma criança acorda o pai que sonha com uma terrível história. A acção, no sonho, desenrola-se num país “onde faltava a maior riqueza que se pode ter: a liberdade”. Fala-se, nessa história, da PIDE, da prisão, da tortura, das consequências da tortura e da ausência de liberdade de expressão.</p> <p>O percurso do menino em busca da liberdade coincide com o percurso real realizado pelos soldados da Revolução de 1974. Curiosamente, as personagens da ficção interagem com personagens referenciais⁹.</p>	<p>A personagem da ficção, no seu percurso para encontrar a liberdade, cruza-se com o Capitão Salgueiro Maia. A personagem da ficção e as personagens da realidade acabam por resgatar a liberdade, em Lisboa, no Largo do Carmo, no dia 25 de Abril de 1974.</p> <p>O narrador descreve tudo o que se passou nesse dia: quem eram os intervenientes, os vencedores e os vencidos, como reagiu a população de Lisboa, etc.</p>	<p>Concretizaram-se os ideais de Abril: “O pai do rapaz da bicicleta azul tinha sido torturado na prisão. Trouxe de lá doenças e fraquezas de que nunca se livrou. Morreu um ano depois. <i>Mas os filhos dele e os filhos dos filhos deles ainda hoje levam nas mãos a flor da liberdade</i>” (2004: 31; sublinhados nossos).</p>

b) A História ficcionada.

⁹ Segundo Ana Margarida Ramos, o autor, recorrendo ao modelo da narrativa histórica, respeitando dados factuais e personagens referenciais (como é o caso da figura central de Salgueiro Maia), propõe, com verosimilhança, uma narrativa paralela, centrada em personagens ficcionais, que cruza a primeira e a contextualiza, aproximando-a do universo de referências dos leitores (2006).

Livro	Antes da Ditadura	Antes do 25 de Abril	O Dia 25 de Abril	Depois do 25 de Abril
<i>A Fábula dos feijões Cinzentos</i>	“Jardim-à-Beira-Mar-Plantado” onde “sempre viveram em paz e sossego uns com os outros, cada um com a sua cor, cada qual com o seu feitio.”	«Mas, [...] aconteceu uma desgraça no reino do “Jardim-à-Beira-Mar-Plantado”». Tomaram conta do Sol, da Água e do Ar. Não havia Liberdade, Igualdade, Fraternidade, Justiça nem Democracia.	“Os feijões Rajados [...] deram-lhes um empurrão tão grande, que eles caíram por terra.”	“A partir desse momento, ninguém mais roubou o Sol e o Ar aos outros, e a Água começou a ser repartida por todos.”

Livro	Antes da Ditadura	Antes do 25 de Abril	O Dia 25 de Abril	Depois do 25 de Abril
<i>A Revolução das Letras. O 25 de Abril explicado às crianças</i> Dá-se mais relevo à acção dos militares e à “concretização” da Revolução.	Ø	Breve referência à guerra do Ultramar.	Revolta nos quartéis; percurso dos militares de Santarém a Lisboa; destituição dos ditadores; a participação do povo na rua; a festa; o fim da pasmaceira nacional.	Apenas uma breve alusão à libertação dos presos obrigação de “criar ideias, Trabalho, Segurança, Habitação” melhorar a “Saúde, a Cultura e a Educação.” Nada é dito sobre o que de facto aconteceu depois. Nota-se, no final, alguma desilusão: “Pois que revolução, para Inglês ver, em português – lá se foi, era uma vez...”

Livro	Antes da Ditadura	Antes do 25 de Abril	O Dia 25 de Abril	Depois do
-------	-------------------	----------------------	-------------------	-----------

				25 de Abril.
<i>O Tesouro</i>	“Um dia o povo daquele país tivera um imenso e belo tesouro e que alguém lho roubara, [...] a liberdade”	“Vivia um povo infeliz e solitário.” Referência à falta de liberdade de expressão. Faz-se alusão a todos os “males” que enfermavam a sociedade portuguesa.	“Até que um dia chegou em que, no País das Pessoas Tristes, as pessoas decidiram reconquistar o seu tesouro”. Referência à reunião dos soldados nos quartéis e à contribuição do povo. Alusão ao contentamento popular, à festa, à abertura das prisões...	Ø

Livro	Antes da Ditadura	Antes do 25 de Abril	O Dia 25 de Abril	Depois do 25 de Abril
<i>Capitães de Abril</i>	Ø	João recorda a infância e aspectos negativos da ditadura, sobretudo a falta de Liberdade; as falsas eleições e os resultados forjados; o episódio do assassinato do General Humberto Delgado... O amigo Jornalista revela a forma como os militares se organizaram e quais os motivos que os levaram a agir.	Este é o momento mais importante da narrativa. Fala-se da actuação dos militares, do percurso efectuado, do envolvimento dos populares. O dia 25 de Abril é visto como uma festa.	Libertação dos presos políticos que só foi possível alguns dias depois do 25 de Abril. O Francisco, filho de João e Teresa, simboliza o futuro, ou seja, “o futuro de Abril” que não se concretizou na sua Plenitude. Transparece algum desencanto.

Livro	Antes da	Antes do 25 de Abril	O Dia 25 de Abril	Depois do 25 de Abril
-------	----------	----------------------	-------------------	-----------------------

	Ditadura			
A Vassourinha	Ø	<p>“Vassoura de palha triste, cansada [...] calada, bem comportada” (metáfora de povo oprimido) contrasta com</p> <p>“A Dona Senhora”, que manda quer e pode, humilha e explora (metáfora de Ditadura).</p> <p>Esse período é visto como “um tempo nojento e vil”. É bem evidente o medo e o servilismo da vassourinha que não pode reagir ao controlo e à vigilância, constantes, da “Dona Senhora”.</p>	<p>“<i>Até um dia/ até um dia, alvorada/ de um dia de sol ardente,/ até um dia</i> largar por essas ruas de gente”.</p> <p>A anáfora marca a diferença, mostra a mudança que se operou no comportamento submisso da vassoura, isto é, do povo.</p> <p>Temos, assim a referência à “Gente armada que, aliada/ à vassourinha infantil/ com <i>valente</i> vassourada/ do <i>calendário</i> ripava/ um tempo nojento e vil/ e, nesse ano, <i>estreava novo ano em fins de Abril</i>” (p.18; sublinhados nossos).</p>	<p>“Ficou a Dona Senhora/ sem a vassoura servil”.</p> <p>“a vassourinha na rua dançava nas mãos do vento e num tal contentamento que já ninguém a parava. Perdera o medo <i>para sempre</i>”.</p> <p>Houve efectivamente uma mudança. A “Dona Senhora” ficou muito inflamada, irritada do pó [...] espirrava [...] gritava ...” (p.21), mas nada podia fazer. Triunfara a Liberdade.</p>

Tratando-se de uma história destinada a um público muito jovem, as ilustrações de João Abel Manta, ajudam, no nosso ponto de vista, a “esclarecer” as metáforas. A Dona Senhora é retratada como uma velha bruxa, com um semblante ameaçador, um carrapito, unhas enormes, nariz proeminente, um só dente e olhos salientes. Esta imagem, constante ao longo do livro, assim como a combinação do preto com a cor de fogo, personificam o mal e “acrescentam informação” ao que vai sendo narrado.

Curiosamente, quando a vassourinha ganha coragem e perde o medo, a ilustração mostra, apenas, dois “braços de ferro” que empunham, com ambas as mãos, uma vassoura cujo cabo que se transformou numa lança. As cores fortes e os escombros personificam a derrota total da Dona Senhora, isto é, a vitória e o triunfo do povo. A vassourinha deixou de ser um objecto subserviente para se transformar numa poderosa arma contra a Ditadura.

Livro	Antes da Ditadura	Antes do 25 de Abril	O Dia 25 de Abril	Depois do 25 de Abril
“História de Uma Flor” Ø	“num canto escuro da terra sem sol , [...] sem um olhar que a tocasse, sem as mãos do vento que a fizesse estremecer. [...] Vivia num canto escuro perto de uma lagoa de sapos, entaipada. Nem o vento ou a vida a estremecia. Era uma vez, mesmo uma vez, toda a sua vida de sombra [...] As suas raízes agarravam-se à terra, frágeis [...] O caule tentava erguer-se na posição vertical à procura do sol que não chegava nunca” (s.p.).	“E o Sol, um dia apareceu pela madrugada [...] E veio de madrugada misturado com música [...] E a flor tornou-se rubra de Sol, franjada de amor [...] a flor vermelha, percebeu que além de poder ter cor também podia falar, ter voz.[...] separou-se da Terra, partiu” (s.p.) Nas ruas havia flores vermelhas por toda a parte. No peito das mulheres, dos homens, nos olhos das crianças, nos canos das espingardas. Numa esquina [encontrou] o pai, com uma flor ao peito” (p.30).	“E continuaram a caminhar” (p.30).

É curiosa a imagem que surge logo no início do conto, pois mostra o ambiente de “cativeiro” em que vivia a flor, ou seja, permanecia “entaipada” num clima de resignação e monotonia. No entanto, a flor tentava sobreviver agarrando-se à terra; “tentava erguer-se na posição vertical; procurava com persistência o sol; “as pétalas

iam-se abrindo, pálidas, devagarinho”. Descodificadas as metáforas, descobrimos o Portugal da Ditadura onde predominava o medo, o isolamento, a resignação, mas sobretudo a vontade de sair do marasmo e da paralisação: “Ela, apesar de tudo, vivera porque esperara — tanto!” (s.p.).

Por outro lado, pretende-se evidenciar o clima ditatorial, pantanoso, que afastava e diferenciava “o canto escuro da terra”, Portugal, de outros países onde “já” reinava a liberdade. Assim, a partir da história de uma flor, salienta-se a divergência e a diferença entre a “estagnação” e o movimento, a letargia e a vida, recorrendo a um vocabulário simbólico e antitético: “num canto *escuro* perto de uma lagoa de sapos, *entaipada*. *Nem* o vento ou a vida a *estremecia*”, mas “*fora* daquele canto da Natureza, a Primavera *já tinha rompido*, aberto as cortinas de luz, as jarras de chuva *despejado* a maravilha transparente da água. As árvores, com *trancos muito límpidos* pela chuva, muito castanhos a *deixar romper as folhas* verdes e trémulas, quase sem recorte, confundindo-se com a *atmosfera clara*” (s.p.; sublinhados nossos). A continuação da leitura, permite concluir que chega “o momento da iluminação da flor, numa madrugada primaveril, [momento esse que] coincide com a Revolução de Abril” (Ramos, 2006).

Avançando na narrativa, o texto de Matilde Rosa Araújo refere que “nas ruas havia flores vermelhas por toda a parte”, mas salienta, curiosamente, que “nem era uma guerra, *nem uma festa*. Era o mundo de coração aberto” (1983: 30, sublinhado nosso). Não se tratando de uma festa, constatamos, no entanto, que é partilhada a opinião de que a alegria e o entusiasmo de todos eram crescentes e quase indescritíveis, pois as “ruas húmidas de alegria” transformam-se em “Rios livres a correrem para o mar” (p.30). Assim, torna-se óbvio que a mudança, ou seja, a “chegada da liberdade representa o início de uma caminho a ser trilhado por todos” (Ramos, 2006). Está implícito que a continuação da caminhada só se tornou possível graças à vontade de todos, mas, também, graças à confiança depositada naquele que se tornou o “pai” da Revolução.

Livro	Antes da Ditadura	Antes do 25 de Abril	O Dia 25 de Abril	Depois do 25 de Abril
<i>Era uma vez um cravo</i> Ø	<p>“triste era o país [...] tempo de dor”;</p> <p>A D Floripes “tinha um filho na guerra, outro em Paris exilado”;</p> <p>“recordou com emoção as palavras de seu pai numa carta da prisão”; “A guerra de África”;</p> <p>“país a preto e branco”;</p> <p>“tantos anos sofridos”; A D. Floripes lembra os tempos de censura, quando o pai a levou pela cidade «segredando-lhe ao ouvido: “hás-de ver a liberdade”» (s.p.; sublinhados nossos).</p>	<p>“Mas nessa noite acordou ao ouvir na telefonia <i>uma música bonita</i> que anunciava alegria [...] era <i>tempo de amizade</i> com um travo de emoção [...] marchas militares [...] soldados entre vivas e cantares [...] a alegria nas praças custava poucos centavos [...] os cravos eram baratos e <i>toda a gente os queria</i>”; “a promessa cumpriu-se nessa manhã de Abril [...] estava o telefone a tocar era o filho de Paris a dizer que ia voltar” (s.p.) (sublinhados nossos);</p> <p>“À frente da sua loja [da D. Floripes] via um tanque a passar. [...] Foi pegar no cravo [...] e foi pô-lo na espingarda que trazia um militar [...] deu cravos a toda à gente [...] E o cravo desta história lá passou de mão em mão entre o Carmo e o Rossio [...] Saldanha, Restauradores, depois Marquês de Pombal correu a cidade toda numa volta triunfal” (s.p.); “o cravo desta história ficou de atalaia até chegar à lapela do capitão Salgueiro Maia” (s.p.); “dia festejado chegado com muito atraso às praças de Portugal” (s.p.).</p>	<p>“Um Portugal já <i>mudado</i> [...] agora a guerra de África era <i>batalha de flores</i>”; “este país <i>renascido</i> coloria-se <i>em festa</i> por tudo fazer sentido”; “filhos que iam <i>voltar</i> numa data anunciada”; “dia vinte cinco eterno no calendário lá fez entrar na história um cravo solitário”;</p> <p>“pétala que eu guardo dentro de um livro antigo é a lembrança viva desse tempo tão <i>amigo</i>”; “E esse cravo de Abril renasce todos os anos [...] para fazer <i>novos planos</i> [...] para lembrar que Abril não acabou [...] mas o futuro que começou” (s.p.; sublinhados nossos).</p>

Como refere Ana Margarida Ramos, “a narrativa gira em torno de D. Floripes, florista, e da forma como o cravo, por acção de uma mulher comum, se transforma em símbolo da Revolução ao ser distribuído aos militares na manhã do dia 25” (2006).

O texto de José Jorge Letria, *Era uma vez um cravo*, evidencia os aspectos negativos da Ditadura: a guerra do Ultramar, o exílio, a prisão, a censura, o desgaste dos militares na guerra; a morte..., mas relembra, sobretudo, a acção solidária dos populares junto dos militares. Com o gesto da D. Floripes, e a “multiplicação” dos cravos que circulam de mão em mão, mas também, nos canos das espingardas, a narrativa retrata a singularidade de uma flor rubra — que se tornou símbolo da Revolução — que vai “tingindo de alegria o rosto da cidade” (s.p.).

Por outro lado, é bem notória a preocupação do sujeito de enunciação — que se apresenta no final da narrativa na primeira pessoa — que pretende demonstrar a perenidade dia 25 de Abril de 1974. Na sua opinião, trata-se de “uma história sem idade” e, por isso, ambiciona, através da escrita, “lembrar que Abril não acabou”.

Esta narrativa em verso com forte pendor informativo, liga o jovem leitor aos factos, não descurando o aspecto formal que, em nosso entender, tem por objectivo chamar à atenção e cativar o seu público alvo. Assim, deparamo-nos, ao longo de todo o texto, com a combinação de duas cores, ou seja, os cravos e dez vocábulos — música; cravo; poesia; promessa; paz; Lisboa; capitães; vinte cinco; sonhos e Liberdade — salpicam de cor rubra a mancha gráfica e as inúmeras ilustrações que se “vestem” de preto.

Não poderia ficar despercebido, nesta análise, o facto de serem evidenciadas figuras reais como o cantor Zeca Afonso e o capitão Salgueiro Maia. Esta estratégia prende-se com o desejo de tornar os acontecimentos mais verosímeis aos olhos do leitor, que poderia, afastado cronologicamente dos acontecimentos, julgar esta narrativa apenas ficcional.

Livro	Antes da Ditadura	Antes do 25 de Abril	O Dia 25 de Abril	Depois do 25 de Abril
<i>Viagem à Flor de um Mês</i>	Ø	“cidade <i>doente e triste</i> , um tempo de <i>rosas murchas</i> na <i>terra já seca</i> dos canteiros. Um tempo de <i>toalhas esquecidas</i> no bafio das arcas, um tempo de <i>andar pé ante pé</i> no silêncio dos quartos sem portas nem janelas que só há dentro dos sonhos” (p.6, sublinhados nossos). ¹⁰	“dia de flores nos canos das espingardas, de pétalas iluminadas nas bocas dos canhões” (p.26). Esse dia “foi constelação e nebulosa, pátio lavado pela língua do vento, prisão aberta, guerra acabada, ninho de andorinha num beiral de chuva morna, corola de terra molhada pelos dedos dos soldados” (p.29).	“Estou triste/ porque a flor da minha farda/ murchou no álbum dos retratos/ e eu não sei de água que lhe dê vida,/ nem de terra que lhe dê sustento” (2002: 40).

Tal como o título sugere, trata-se de uma “viagem”, mas uma viagem interior onde alguém procura as reminiscências de um tempo de sonho e confiança no futuro. O diálogo entre pai e filho é a prova dessa introspecção, pois o filho é indubitavelmente o fruto de um esforço, o resultado de uma vontade de mudança, um ensejo de certa forma concretizado. No entanto, o engenho de quem escreve e a surpreendente magia das palavras não encobre do leitor alguma tristeza e desencanto: “Pai, há um pássaro no meu sono/ a perguntar por que estás triste,/ inclinado sobre os retratos/ a ver correr o rio do tempo” (p.39) Filho, eu estou triste/ porque a flor da minha farda/ murchou no álbum dos retratos/ e eu não sei de água que lhe dê vida,/ nem de terra que lhe dê sustento” (2002: 40).

Todavia permanecem as convicções e a esperança e confia-se aos mais novos o destino dos sonhos e das promessas. Mostrando um caminho efectuado, este livro veicula um prenúncio de continuidade e de confiança. É curioso vislumbrar a fé nos

¹⁰ O vocabulário disfórico evidencia imagens de um passado povoado pela tristeza, pela doença, pela morte, pelo medo e pelo silêncio.

jovens e a convicção que “as sementes” que um dia foram lançadas ainda vão, de novo, germinar: “Pai, eu sei que do outro lado da noite/ há uma estrela iluminada/ que vai direita ao país dos sonhos, dos oásis e do brilho das estrelas./ Nessa estrada não cabem nem a tristeza,/ nem o cansaço./ Amanhã vou acordar-te cedo/ *e quero que venhas comigo* [...] que eu levo na festa dos olhos a corola desse mês chamado Abril” (p.43, sublinhados nossos).

Assim, é bem notória a passagem do tempo, “um tempo acabado” e o “começar de outro” um tempo de incertezas, mas de convicções e esperança. O passado é mostrado, quer pela alusão a alguns elementos “retrato antigo, a preto e branco [...] livro de capa azul [...] última folha do álbum” quer no diálogo entre pai e filho que menciona um passado onde se prepara e se vê crescer “o futuro”: “primeiro foste grão de areia, / depois semente de romã, / depois pássaro indefeso” (p.14). É notória, nesta passagem, a presença constante de um pai, preocupado e em estado de vigília, atento ao bom crescimento do filho. Curiosamente, traça-se uma relação constante entre eles, em vários momentos de um percurso.

Segundo Ana Margarida Ramos, existe neste texto, acima de tudo, “um diálogo intergeracional, intimista e afectivo, onde se ouvem ecos do tempo que contextualiza o crescimento da relação entre pai e filho, os dois intervenientes no diálogo que o texto transcreve” (2006)

c) Livros predominantemente informativos:

Livro	Antes da Ditadura	Antes do 25 de Abril	O Dia 25 de Abril	Depois do 25 de Abril
<p><i>O 25 de Abril contado às crianças...e aos outros.</i></p> <p>Podemos constatar que o <i>Antes</i> é o período mais abordado. A maior parte do livro é-lhe dedicada. Tratando-se de um discurso do tipo explicativo, tudo é contado com extrema minúcia.</p>	<p>Referência, apenas, às outras duas mudanças políticas do séc. XX: 5 de Outubro de 1910, que derrubou a Monarquia e a de 28 de Março que derrubou o regime republicano e instaurou a ditadura.</p>	<p>Caps. I, II, III, IV,V,VI.</p> <p>Os títulos dos capítulos são extremamente elucidativos em relação aos conteúdos abordados: “Era uma vez uma guerra”; “As palavras proibidas”; “O Sol para além das grades”; “Este parte, aquele parte”; “«Lá vamos cantando e rindo»”; “O Poder, e a forma como funcionava”.</p>	<p>Cap.VII -“ Um Dia que abalou a História”</p> <p>“O 25 de Abril de 1974 [...] vale por si mesmo, ou seja, por aquilo que aconteceu nessas vinte e quatro horas históricas. Mas vale principalmente, por aquilo com que acabou e por aquilo a que deu início.”</p> <p>“foi um dia de festa, de grande festa e de grande esperança”. Faz-se a referência à participação dos militares, mas também de todos os portugueses.</p>	<p>Ø</p>

Livro	Antes da Ditadura	Antes do 25 de Abril	O Dia 25 de Abril	Depois do 25 de Abril
<i>Catarina de todos nós</i>	Ø	A vida de Catarina Eufémia retrata o Portugal do Estado Novo, no Alentejo: a repressão, a ausência de liberdade, as más condições de vida e de trabalho.	Ø	A referência ao <i>depois</i> concretiza-se quando é dito que “na manhã de domingo de 19 de Maio de 1974 mais de cinquenta mil pessoas, vindas de toda a parte do país chegaram a Baleizão...” Este facto mostra que algo mudou depois do dia 25 de Abril.

Livro	⁽¹¹⁾	Antes do 25 de Abril	O Dia 25 de Abril	Depois do 25 de Abril
<i>Salgueiro Maia o Homem do Tanque da Liberdade</i>	Ø	<p>“Há um país inteiro que sofre por ver morrer os seus filhos longe de casa” (p.15);</p> <p>“muitos jovens [...] estão no exílio [...] porque se recusam a participar numa guerra na qual não acreditam” (p.17);</p> <p>“[...] gente cabisbaixa que caminha” (p.18);</p> <p>“soldados que viu morrer na guerra. Muitos voltaram já sem vida. Outros regressaram com marcas. Voltaram sem braços, sem pernas, cegos por estilhaços de granadas” (p.20);</p> <p>Faz-se referência ao regime ditatorial e à “opinião oficial” à</p>	<p>“a coluna de blindados desce a Avenida da Liberdade, a caminho do Rossio e, depois do Terreiro do Paço.” (p.18)</p> <p>“Em dois lugares da cidade se decidirá o futuro da acção militar e do próprio país: o Terreiro do Paço, [...] e o Largo do Carmo” (p.21);</p> <p>“E já era o povo quem mais ordenava, espalhando-se pelos largos, pelos becos, por todos os lugares” (p.27);</p> <p>“as coisas passaram-se de</p>	<p>“Aqueles que saborearam os frutos da Liberdade nem sempre o trataram como deveria ser tratado” (p.32);</p> <p>“O 25 de Abril, mesmo tantos anos depois, continua a representar valores como a solidariedade, a camaradagem, a tolerância e a esperança, que são essenciais para este país ter futuro digno</p>

¹¹ Antes da Ditadura.

	tortura, à morte nas prisões, à censura, ao “lápiz azul para cortar as palavras e as frases consideradas inconvenientes para o regime” (p.40).	forma pacífica, sem violência e com bom senso” (p.46).	e o desenvolvimento que merece” (p.51).
--	--	--	---

Livro	¹²	Antes do 25 de Abril	O Dia 25 de Abril	Depois do 25 de Abril
Zeca Afonso e a Malta das Cantigas ¹³	Ø	Referência aos problemas que enfermavam Portugal: “[...] este País até tinha medo de pronunciar a palavra ‘Liberdade’, [...] Tudo era vigiado e controlado. O medo morava em toda a parte e as paredes tinham ouvidos atentos e olhos vigilantes. A pobreza nos campos levava muitos milhares de pessoas a emigrarem. Outros partiam por não quererem fazer a guerra” (p.10) Não havia liberdade de falar nem liberdade de escrever, o atrevimento “podia ser punido com a prisão ou com a ida para uma guerra em que não se acreditava” (p.14). “Um atraso de décadas que resultou no isolamento político e diplomático, da elevadíssima taxa de analfabetismo e de iliteracia” (p.16) “De todos os pontos do país chegam pedidos para actuações e quem os faz são os sindicatos” (p.37)	“Este pesadelo só terminou há menos de trinta anos” (p.16). “Na madrugada do dia 25 de Abril de 1974, as pessoas vieram para as ruas com confiança e entusiasmo <i>porque ouviram na rádio canções que até aí tinham estado proibidas</i> ” (p.34; sublinhado nosso).	Nota-se que existe nostalgia no discurso do narrador, pois recorda momentos de partilha e amizade. Convida, sub-repticiamente o leitor a “visitar” esses tempos: “ <i>talvez</i> vocês encontrem alguém que queira ouvir esta história [...] Zeca Afonso e a malta das cantigas <i>talvez</i> mereçam essa atenção e esse interesse” (p.67; sublinhados nossos).

¹² Antes da Ditadura.

¹³ O narrador dirige-se ao leitor, convidando-o a viajar “ao som das cantigas [...] de José Afonso” (p.12). José Jorge Letria refere que alguns cantores de intervenção, a começar pelo Zeca, “ficaram pelo caminho demasiado cedo. Outros arrumaram a voz e a viola e deixaram de cantar”, como foi o seu caso. Faz-se alusão à participação activa e incentivadora de

Concluimos que apenas três livros — dois na “categoria” b) e um na “categoria” c) — referem *o período anterior à Ditadura*, que caracterizam o Portugal de então como um “Jardim-à-Beira-Mar-Plantado”, onde todos viviam felizes. É o roubo do Tesouro, a Liberdade, que provoca a tristeza e o mau estar geral. José Jorge Letria, em *O 25 de Abril contado às crianças...e aos outros* refere-se a este período somente para salientar o peso da Revolução de Abril em relação às revoluções anteriores.

Todos os livros focam, com mais ou menos profundidade, o período do Estado Novo, com o objectivo de mostrar aos jovens leitores uma realidade que os portugueses viveram e que eles desconhecem graças ao 25 de Abril de 1974. Assim, a comparação do presente com o passado permite a avaliação do empreendimento nacional protagonizado pelos militares. Deste modo, percebemos a preocupação de alguns autores em esmiuçar o passado, retratando em pormenor “os azedumes” da sociedade portuguesa. Outros preferiram focar apenas um ou outro aspecto. A título de exemplo, em *Vassourinha*, de António Torrado, a Ditadura é representada pelo poder abusivo dos “Senhores” que atropelavam os mais humildes e subservientes. Conceição Lopes e Carlos Barradas situaram a acção do livro *25 de Abril Quase como um Conto de Fadas* no Alentejo, mostrando, com extrema graciosidade, a vida difícil do povo alentejano. Constatamos, de igual modo, que a maioria dos livros deixa em aberto o futuro no que concerne à concretização dos ideais de Abril, pois abordam apenas os dias que imediatamente se lhe seguiram com o objectivo de evidenciarem a alegria e a expectativa que caracterizou o episódio da libertação dos presos, em Peniche ou em Caxias e os episódios de euforia nacional, aquando das manifestações e protestos públicos. José Jorge Letria, em *Capitães de Abril*, deixa antever algum descontentamento face à situação actual, vaticinando um Portugal onde, hoje, os jovens vivem a dificuldade do primeiro emprego; os obstáculos à compra de casa; os baixos ordenados, etc. Por outro lado, constatamos que a alusão às comemorações, aquando dos aniversários do 25 de Abril, têm por intuito mostrar o ponto de vista de

intelectuais, conhecidos de todos nós, que através da literatura, do teatro, da música, do cinema e das artes plásticas motivaram à luta e à resistência. O narrador alude que esse tempo também era “o tempo da generosidade, da entrega, da camaradagem e da itinerância” (p.38)

quem as realiza, sem deixar em aberto a possibilidade de as tornar mais significativas e “atraentes” para os jovens.

Podemos ainda constatar que a maioria dos livros retrata o dia 25 de Abril como um dia de festa repleto de agitação popular onde o povo, homens e mulheres, jovens, velhos e crianças agiam em sintonia com a força dos militares. A maioria das histórias, com mais ou menos elementos ficcionados, pincelam a Revolução dos Cravos com traços de singularidade, graças à organização, valentia, coragem e mérito dos militares que souberam, com mestria, usar as armas e gerir todas as situações clamando à razão e à paz em detrimento da exaltação e da desordem.

4. O 25 de Abril na literatura infantil: um percurso

O facto de termos tentado agrupar os livros sobre o 25 de Abril de 1974, para crianças e jovens, segundo uma determinada tipologia permitiu-nos, acima de tudo, compreender as perspectivas seguidas e organizar os textos tendo em atenção o modo como os factos históricos são abordados e incorporados na narrativa. De acordo com o estudo que pretendemos realizar resolvemos igualmente analisar, com algum pormenor, obras que pudessem mostrar aspectos significativos na abordagem que cada um dos autores empreendeu face ao tema central..

Curiosamente, e como não podia deixar de acontecer, foram seguidas diferentes estratégias; alguns autores abordaram os mesmos tópicos, outros abordaram questões muito pertinentes e menos comuns; deparámo-nos com livros para crianças e livros para jovens, com histórias mais lineares e mais perceptíveis; com obras mais complexas e pormenorizadas; deliciámo-nos com textos repletos de metáforas, simbologias, personificações e histórias onde as palavras se “disfarçavam” com duplos significados, permitindo vários pontos de partida e vários pontos de chegada.

Não esquecendo que estamos perante uma escrita onde a Literatura se mescla com a História não conseguimos, nem quisemos, ficar indiferentes ao engenho pessoal e singular, por vezes comovente, de quem lida com habilidade e mestria com a palavra escrita. Por isso, resolvemos analisar com algum pormenor os livros que nos pareceram mais significativos quer do ponto de vista estilístico quer do ponto de vista dos factos relatados.

4.1. *O Tesouro — conquistar a liberdade*

Na obra de Manuel António Pina, *O Tesouro*, deparamo-nos com um narrador anónimo, extradiegético, que tenta envolver o jovem leitor interpelando-o desde as primeiras linhas da diegese, na tentativa de o prender a uma história que aconteceu “Há muitos anos [...] num país muito distante”. Como poderemos constatar, torna-se bem evidente, ao longo do livro, o jogo entre a distância e a proximidade, de modo a mostrar aos jovens leitores a diferença entre o que antes acontecia e a sua realidade.

Do mesmo modo, num tom próximo da oralidade, a diegese constrói-se “colocando” o leitor “num tempo outro que não o seu, isto é, num tempo fora do tempo e espaços reais, permitem-lhe situar-se num universo que não é o da realidade comum mas que, todavia, lhe fornece muitas das «chaves» para compreender o seu mundo” (Bastos, 1999: 70).

Assim, num tempo e num espaço indeterminados, as personagens da ficção agem sem que se saiba o seu nome. São, em nosso entender, figuras simbólicas: *os turistas* aprendem a valorizar a liberdade; *as pessoas tristes* são pessoas afectuosas, acolhedoras que desvendam o segredo e exemplificam o sofrimento que a falta de liberdade acarreta; *os polícias maus* simbolizam o vilão, a personagem opressora; *os soldados* são os salvadores dos tesouro e, por isso, o herói desta narrativa.

Curiosamente, surgem neste conto, tal como no conto tradicional, espaços fechados, as casas das pessoas tristes, que funcionam como um lugar de segurança, de refúgio e protecção. Com esta tentativa de aproximar estruturalmente *O Tesouro* do conto tradicional, que faz parte das experiências de “leitura” do seu público, o autor tenta, através da ficção literária, seduzir o leitor para um período importante da História do seu país. Conseguimos, pensamos nós, transmitir a sua visão do que foi o 25 de Abril de 74, no que concerne às mudanças que se efectuaram na vida, no quotidiano e nas vivências mais íntimas dos portugueses. Ao contrário do que acontece no relato histórico, que se preocupa com o rigor das datas, este conto apenas aflora, ao de leve, o percurso dos militares; as manobras efectuadas; o rigor das datas e dos pormenores que todos saberão lendo um manual escolar de História de Portugal.

Por isso, envolvido pelas emoções e pelos sentimentos das personagens, o destinatário deixa-se conduzir por uma história que se passou “há muitos anos [...] no País das pessoas Tristes”, mas sobretudo num tempo ainda “controlável” onde testemunhas próximas, o pai, o avô, o vizinho mais velho podem confirmar a veracidade dos factos narrados: “no tempo em que o teu pai andava na escola” (Pina, 1993: 2).

O leitor confronta-se com uma situação verosímil, mas inequivocamente estranha. A sua experiência de vida não lhe permite, certamente, situar de imediato a acção narrada num tempo e num espaço que fazem parte da História nacional. Só no final da narrativa, a poucas linhas do seu termo, o narrador “abre o jogo” e revela que tudo se passou e modificou antes e durante “o dia da liberdade”, no 25 de Abril, em Portugal: “*Esse país* agora já não se chama “País das Pessoas tristes”, chama-se Portugal e é o *teu país*.” (p.14, sublinhados nossos). Neste excerto é visível a estratégia recorrente de “distância” e de “aproximação”.

Esta estratégia narrativa cumpre, em nosso entender, vários objectivos: quem lê pode, com total imparcialidade, ajuizar sobre todas as situações e comparar o quotidiano das personagens com as suas próprias experiências de vida. Será, talvez pela surpresa, pela análise comparativa, pela estupefacção e pela valorização do que possui que o leitor crítico poderá compreender a razão da luta e o valor da Revolução enquanto restituidores de um bem tão precioso, para o narrador e para todos nós, que é a Liberdade.

As personagens da narrativa não surgem individualizadas, mas nomeadas pela sua função na narrativa: o povo; as pessoas tristes; as pessoas; os visitantes; os meninos, as raparigas e os rapazes. Parece-nos bastante curioso que no desenrolar da acção sejam descritos, em primeiro lugar, os factos relacionados com adultos e só depois se refiram as “injustiças” e “proibições” operadas com os rapazes e as raparigas de então. Assim, aposta-se no aumento progressivo da indignação dos jovens, confrontando-os com a “deliciosa escolha” de uma situação tão estranha — “ridícula” nos nossos dias — como a proibição dos rapazes e das raparigas subirem pelas mesmas escadas, nas escolas. Também a proibição de beber Coca-Cola, sem que seja referido o motivo, contribuiu certamente para a grande diferença entre o “Antes” e o “Agora”, mostrando que a mudança começou nos mais pequenos gestos e que

todas as vontades, por mais “ingénuas” e inofensivas que fossem, eram proibidas, sem explicação.

De facto, parece-nos que se pretende que o leitor se coloque no lugar desses jovens de então, que se questione, que se indigne e que tire as suas próprias conclusões acerca do clima que se vivia durante a ditadura, comparando-o com o que hoje possui. Essa liberdade reconquistada é na perspectiva deste texto, “o Tesouro”.

No final da história, à semelhança do que acontece no conto tradicional, deparamo-nos com “uma moral”, neste caso um apelo “cívico”, bastante imperativo: o leitor até então sem compromissos e livre de tomar as suas conclusões sente-se mais envolvido, mais responsabilizado e incumbido de uma missão “E o tesouro pertence-te a ti, és tu que agora tens que cuidar dele, guardando-o bem no fundo do teu coração para que ninguém *to* roube outra vez” (pp.13-14, sublinhado nosso). Repare-se que a repetição dos deícticos de segunda pessoa e os verbos no imperativo contribuem para a interpelação directa do leitor, evidenciando a vontade do autor para que os jovens se envolvam e dêem continuidade aos ideais de Abril.

Se atentarmos no título, *O tesouro*, podemos talvez tecer as seguintes considerações: em primeiro lugar, verificamos que remete para um elemento quase imprescindível das histórias tradicionais; em segundo lugar, quem não se lembra dos obstáculos que o herói tem que enfrentar e das peripécias empreendidas para o alcançar? Nesta narrativa, “os polícias maus”, os vilões, são vencidos pelos “bons”, o herói colectivo que consegue “salvar” o tesouro, ou seja a liberdade. O tesouro surge, quase sempre, associado a algo com conotação positiva e, por norma, com valor material, mas Manuel António Pina vai mais longe e associa-o a algo de mais valioso e imprescindível: a “liberdade”, o “ar que respiramos”, um bem sem o qual “não podemos viver...” (p.5).

Parece-nos premente salientar esta tentativa de valorizar o bem estar e a liberdade, em detrimento dos bens materiais. Esta mensagem, este testemunho de luta por ideais comuns, transforma-se num legado precioso pela transmissão de valores associados à dignidade, à liberdade e à formação do indivíduo enquanto ser livre capaz de defender as ideias em que acredita.

Assim, a intriga gira em torno da posse e da perda da liberdade/tesouro¹⁴, sinónimos, neste caso, de felicidade e tristeza. Torna-se, por isso, evidente o contraste entre o antes, o durante e o depois, tempos esses associados ao 25 de Abril, data da Revolução, data da mudança na vida do “povo” do “País muito distante”, dia em “que aquele povo recuperou o tesouro da liberdade”.

Deste modo, na construção da sua mensagem, o autor procura, levantar o véu do “antes” para que o leitor possa perceber o clima que se vivia e as mudanças que se operaram no quotidiano das pessoas, mas sobretudo descubram a importância da liberdade nas suas vidas para que lhe possam dar o devido valor. O narrador deixa transparecer a sua parcialidade quando faz questão de salientar que : “ a liberdade é como o ar que respiramos” mas “só quando nos falta, e sufocamos cheios de aflição, é que descobrimos que, sem ele não podemos viver...” (p.5).

Logo no início da narrativa, nota-se a preocupação em passar para os mais novos a imagem do “jardim à beira mar plantado” tão em voga e tão apreciada pelo regime do Estado Novo. Indubitavelmente, com um propósito diferente, o narrador contrasta a qualidade e a beleza do país com o estado de espírito dos seus habitantes. Por isso, a adversativa “mas” torna-se significativa e visível aos olhos de qualquer leitor:

o céu era alto e azul, os campos férteis, o mar e os rios cheios de peixes e de vida, as cidades quentes e luminosas, **mas** as pessoas que passavam entreolhavam-se com olhos tristes, caminhando apressadamente e sumindo-se dentro das casas; e quando se encontravam umas com as outras, nos cafés, nos empregos, na rua, falavam baixo, como se alguma coisa, um segredo terrível, as amedrontasse” (p.2).

A adversativa, combinando-se com um vocabulário disfórico — “olhos tristes”; “caminhando apressadamente”; “sumindo-se”; “segredo terrível” — funciona, julgamos nós, como uma mola que impulsiona o jovem leitor a perseguir a leitura na tentativa de descobrir a razão de tão “misteriosa tristeza”, pois a complementar a “benéfica” descrição do país surge a caracterização geral dos seus habitantes que mostra que estes vivem sem razão aparente numa grande tristeza. Esta

¹⁴ De modo a transmitir e vincar o valor da liberdade usa-se, num curto parágrafo, cinco vezes o vocábulo “tesouro” de modo a salientar que a liberdade é indubitavelmente “um tesouro”, ou seja, algo de muito valioso.

era certamente a imagem que os outros povos, os visitantes tinham de nós. Veja-se a conotação negativa que os vocábulos conferem à descrição do “mal estar” dos habitantes:

[...] vivia um povo *vergado* sob o peso de uma misteriosa tristeza [...] *entreolhavam-se* com olhos tristes, caminhando *apressadamente* e *sumindo-se* dentro das suas casas; e quando se encontravam umas com as outras [...] *falavam baixo*, como se alguma coisa, um *segredo terrível*, as *amedrontasse*” (p.2; sublinhados nossos).

O leitor é levado, subtilmente, a visitar o País das Pessoas Tristes, através da curiosa identificação que se verifica entre eles e os visitantes, personagem principal da intriga. Tal como eles, o receptor da mensagem, os jovens de hoje, desconhecem, por não a terem vivido, a realidade contada. Cremos que é lícito pensar que os leitores partilham, ao ler o conto, os mesmos sentimentos as mesmas dúvidas, as mesmas indignações que os visitantes:

perguntavam os visitantes muito *surpreendidos*”; “os visitantes *não queriam acreditar* (...) *diziam-lhes* os seus amigos *tristemente* (p.6).

mas isso deve ser uma grande infelicidade diziam os visitantes (p.7).

Não admira que vocês estejam sempre tristes! (p.8).

Mas porque é que vocês não votam em governantes que acabem com todas essas coisas más e que vos restituam a vossa liberdade, o vosso tesouros ?, *estranhavam os visitantes* (p.9; sublinhados nossos).

O narrador, sempre de uma forma indirecta, caracteriza os habitantes como pessoas amedrontadas dominadas pelo medo de tudo e de todos:

Quando lhes faziam perguntas as pessoas afastavam-se e não respondiam [...] depois de terem trancado bem as portas e fechado todas as janelas, revelavam-lhes o segredo da sua tristeza (p.5).

Depois de irem espreitar de novo à porta para ver se alguém, lá fora, os espiava contavam como era a vida de todos os dias no País das Pessoas Tristes (p.7).

De modo a percebermos o medo que paralisava os habitantes, o narrador, dá a conhecer, quer através da sua voz quer através da voz das personagens, as razões de tão estranhas atitudes: a clausura nas suas próprias casas; o pavor de ser espiado; o afastamento em relação aos outros que tentavam saber a razão de “tão misteriosa tristeza”, a amargura generalizada; a mudança de assunto sempre que os questionavam...

A maneira como tudo é contado¹⁵ e a forma como é feita a caracterização de todas as personagens (as pessoas tristes e os visitantes) permitem uma leitura enriquecedora que destaca os sentimentos, as emoções e as sensações de ambas as partes. Sobressai, inequivocamente, a manipulação da vontade de um povo; sobressai o medo que sufocava o quotidiano; sobressaem as angústias e os temores dos que foram mal tratados; sobressai a indignação e a incredulidade dos visitantes; sobressai a imagem que os outros tinham de nós.

O quadro que a seguir apresentamos permite-nos identificar de imediato os subtemas mais abordados neste livro: a censura; a guerra; o impedimento de escolher os governantes como manifestações evidentes da ausência total de liberdade :

O que se passava com os adultos e as crianças	Sentimentos suscitados nos visitantes	Temas veiculados:
“As pessoas não podiam fazer o que queriam [...] nem podiam dizer o que pensavam ou o que sentiam, [...] nem visitar outros países e conhecer outros povos viviam fechadas no seu país como se ele fosse uma prisão ¹⁶ . Nem sequer podiam contar esse segredo a ninguém, porque seriam presas, ou até mortas” (:7) ¹⁷ .	“— Mas isso deve ser uma grande infelicidade! (p.7).	Falta de liberdade: Repressão

¹⁵ Os recursos expressivos permitem uma interpretação mais rica no que concerne à decifração da mensagem e à pluralidade de significação.

¹⁶ A ideia de clausura nas suas próprias casas alarga-se, agora, à clausura no próprio país. Parece-nos que a comparação “fechados no seu país como se ele fosse uma prisão” transmite a verdadeira imagem daquilo que se passava e que é hoje incompreensível aos olhos dos mais novos que podem sair e entrar livremente do seu país.

¹⁷ A repetição do verbo poder antecedido pelo advérbio de negação “não” mostra as limitações que as pessoas tinham no uso da sua liberdade. Por outro lado, a gradação “nem sequer podiam...” revela até que ponto tudo era proibido.

<p>“Havia polícias por toda a parte, <i>não polícias bons que orientam o trânsito e prendem os ladrões</i>¹⁸ mas polícias para vigiar¹⁹ as pessoas e impedir que elas falassem entre si. [...] até polícias que abriam as suas cartas e ouviam as suas conversas para descobrir o que diziam e o que pensavam</p> <p>“[...] nós não escolhemos os nossos governantes...Ninguém sabe” quem os escolhe” (p.9).</p> <p>“Os meninos [...] não podiam ouvir as músicas, nem ler os livros e as revistas de que gostavam, mas só as músicas, os filmes e os livros que não eram proibidos. Nem sequer podiam beber Coca Cola, porque a Coca Cola também era (ninguém sabia porquê) proibida! As raparigas e os rapazes não podiam conversar nem conviver uns com os outros e tinham que andar em escolas separadas e brincar em recreios separados por muros e por grades. [...] não podiam vestir calças nem andar sem meias, era também proibido; e os rapazes, quando cresciam eram mandados para horríveis guerras em países longínquos e obrigados a matar gente que não conheciam e que nunca lhes tinham feito mal nenhum, e muitos deles morriam lá ou regressavam loucos ou estropiados” (p.9).</p>	<p>“ — E como é que alguém pode viver sem liberdade? Como é possível?” (p.5).</p> <p>“Quem ouvia estas coisas ficava muito inquieto” (p.11).</p> <p>“— mas porque é que vocês não votam em governantes que acabem com todas essa essas coisas más e que vos restituam a vossa liberdade, o vosso tesouro?, estranhavam os visitantes” (p.9).</p>	<p>Censura/PIDE A polícia espiava, interrogava, batia, prendia e matava.</p> <p>Não havia direito ao voto</p> <p>A guerra; rapazes mortos, outros vinham loucos ou estropiados</p>
---	--	--

Pretende-se, assim, convencer o jovem leitor de que todos viviam aterrorizados, num clima de completa insegurança e proibições, onde todos faziam o que lhes era imposto, sofrendo em silêncio. Certo da incredulidade dos jovens face à

¹⁸ A explicação dada acerca dos bons e maus polícias reflecte a preocupação do autor que conhecendo as limitações do seu destinatário privilegiado se apressa a esclarecê-los para que não restem dúvidas sobre o papel da polícia política da altura.

¹⁹ Veja-se, de igual modo, a conotação negativa dos vocábulos escolhidos.

imagem que este possui da autoridade, e tentando esclarecê-lo sobre o diferente papel do polícia, salienta-se que os polícias vigiavam todos os passos, prendiam, batiam e matavam:

Nem sequer podiam contar esse segredo a ninguém, porque seriam *presas*, ou até *mortas* [...] *perseguiam e batiam* se elas não dissessem nem pensassem *o que eles queriam* que dissessem e que pensassem (p.8).

Embora os jovens leitores sejam confrontados com os factos narrados, Manuel António Pina sabe que, ao apresentar factos relacionados com as vivências mais próximas do seu leitor, poderá redobrar a sua atenção e criar uma maior adesão e indignação, pois este poderia julgar que todas as proibições mencionadas só afectavam os adultos.

Por outro lado, o jovem leitor pode comparar o que era proibido no “tempo em que o pai andava na escola” e estabelecer a comparação com o que hoje pode fazer em liberdade, de modo a perceber que as coisas mais banais eram proibidas e que “(ninguém sabia porquê)” (p.8).

Pareceu-nos curiosa a atitude do narrador face ao que conta, pois não se limita a relatar os factos ocorridos. Se por um lado pretende que o leitor tome uma atitude crítica a partir do que é relatado, não podemos deixar de notar a sua subjectividade e a sua posição face ao que pretende transmitir. No que concerne à escolha dos temas abordados dá primazia à falta de liberdade igualando-a “um *imenso e belo* tesouro [...] um tesouro *tão grande e tão valioso...*” (pp.4-5). Note-se como é exemplificativo e expressivo o uso da dupla adjectivação para mostrar a importância da liberdade.

Torna-se manifesta, julgamos nós, a sua perspectiva e a sua opinião quando salienta repetidamente que sem liberdade “não podiam ser felizes”; “a liberdade é como o ar que respiramos [...] sem ele não podemos viver...” (p.5).

Quanto à guerra do Ultramar, não restam dúvidas sobre o posicionamento do narrador, todavia não se refere à luta dos portugueses pelo seu património colonial com demasiado enlevo, fá-lo, na nossa perspectiva, de uma forma bastante contundente. Diz que foram “horríveis guerras” e faz questão de salientar que não era uma guerra “nossa” pois ocorria em “países longínquos”. Acresce a informação de

que essa guerra pouco “meritória” se fazia sem motivo válido, contra pessoas inocentes e que só trazia malefícios a quem era obrigado a participar nela. Veja-se a conotação disfórica, atribuída ao discurso, através dos seguintes vocábulos:

os rapazes quando cresciam *eram mandados para horríveis guerras [...] obrigados a matar gente que não conheciam e que nunca lhes tinha feito mal nenhum, muitos deles morriam lá ou regressavam loucos ou estropiados*” (p.9)

A passagem do “antes” ao “depois”, a mudança quer no discurso quer na diegese verifica-se sobretudo através da expressão temporal “ Até que um dia...” (p.11).

A segunda parte, bastante mais curta, mostra a tomada de posição das pessoas que “decidiram reconquistar o seu tesouro” e se juntaram aos soldados para “arrancar [...] o tesouro das mãos dos ladrões”. É curiosa a atitude do narrador que deixa transparecer a sua opinião face aos que sofrem e aos que fazem sofrer. Os primeiros surgem como pessoas que deixaram o medo e se tornaram corajosas e os segundos como ladrões.

De modo a mostrar a diferença nas atitudes das pessoas, “antes” e “durante” o dia da liberdade” o autor constrói um discurso, em nosso entender antitético que mostra sobretudo a passagem da tristeza à alegria, a confusão dos sentimentos e das emoções, mas também a substituição do medo pela coragem o que conduziu à participação de todos.

O quadro que a seguir apresentamos pretende mostrar com maior destaque as diferenças, ou seja, as mudanças que se efectuaram nas atitudes das pessoas.

Antes	Durante	Depois
“entreolhavam-se com olhos tristes [...] sumindo-se dentro das casas” (p.2).	“ <i>toda a gente</i> saiu alvoroçadamente para a rua e acompanhou os soldados cantando e gritando: «Viva a liberdade! [...] Os corações exultaram de alegria” (p.12; sublinhado nosso) “as mulheres correram para a rua [...] <i>chorando e rindo, comovidas e confusas</i> ” (p.13; sublinhado nosso).	“Esse país agora já não se chama País das Pessoas Tristes, chama-se Portugal e é o teu país.” ²⁰

Para sublinhar a singularidade desta revolução, o autor salienta a forma como ela se realizou: “as janelas encheram-se de bandeiras e de cravos vermelhos: os soldados puseram cravos vermelhos nas espingardas” (p.13).

Assim, o cravo surge como um símbolo, pois “uma revolução precisa de símbolos, de sinais envergados pelos seus apoiantes, que lhes permitam uma afirmação de adesão e um sentimento de comunhão dos mesmos ideais. Os símbolos não são meras simplificações gráficas, mas reflexos mais ou menos precisos dos movimentos políticos ou sociais que representam” (Vieira, 2000: 124).

É sabido que o cravo é o grande símbolo do 25 de Abril. É essa a imagem que ficou da Revolução, a “Revolução dos Cravos”, que salienta a transição pacífica para a Democracia e para a Liberdade. Assim, as “pessoas tristes” tornaram-se “pessoas alegres” o povo “infeliz e solitário” deixou de o ser quando “os soldados se reuniram nos quartéis e pegaram nas suas armas para arrancar finalmente o tesouro da mão dos ladrões. E toda a gente saiu alvoroçadamente para a rua e acompanhou os soldados, cantando e gritando: ‘Viva a liberdade! Viva a liberdade!’ ”(p.12).

É meritório e singular, do nosso ponto de vista, a referência às mulheres, normalmente ignoradas quando se abordam situações de destaque nos acontecimentos históricos de um país: “esqueceram-se do jantar e das limpezas da casa e correram para a rua com os filhos ao colo e cravos vermelhos ao peito, chorando e rindo, comovidas e confusas[...]” (p.13).

²⁰ É curiosa a estratégia do autor. Até ao momento, distanciou o leitor “desse país”.

4.2. *O Soldado e o capitão os cravos e o povão* — Revisitar o passado

O título do livro de Valdemar Cruz estrutura-se, do nosso ponto de vista, em dois binómios bastante significativos: O soldado e o capitão / os cravos e o povão. A associação soldado / capitão / povão dirige o leitor para um determinado campo semântico, ou seja, um campo militar e um civil. No entanto, a associação dos “cravos” ao “povão” desmobiliza as nossas primeiras expectativas e remete-nos para algo de invulgar e ímpar permitindo várias possibilidades de leitura. Ao atentarmos no termo “povão”, o seu aumentativo remete-nos para uma determinada afectividade, mas ao mesmo tempo para uma significação outra conotada com alguma falta de cultura, para o “povo mandado” que reage em massa. Por outro lado, torna-se bastante relevante a questão da rima capitão/povão, estratégia de aproximação à leitura, se tivermos em conta a especificidade do leitor que deve estar familiarizado com as rimas infantis. Por outro lado, a associação de todos os elementos remete para a participação conjunta, e toda ela com o mesmo protagonismo, dos soldados, do capitão e do povão. Pensamos que o povão é visto, aqui, não como uma determinada classe, mas como a gente anónima de todas as classes.

Assim, a leitura da obra permitir-nos-á entender que a escolha das palavras não foi de todo ingénua e aleatória, sendo, pelo contrário, o fruto de uma reflexão que nos encaminha para o cerne da mensagem desta narrativa: a memória de uma revolução que transpôs as fronteiras do imaginável por ter sido única na nossa História, ou seja, uma revolução onde os cravos foram oferecidos pelo povo em sinal de comunhão com os ideais dos soldados e dos capitães.

Tal como acontece noutras obras que abordam este tema, reparamos que os seus autores acreditam no papel da família e da escola na transmissão de saberes, mas sobretudo na passagem de testemunhos no que concerne ao nosso passado, à nossa História, aos nossos valores enquanto povo que deixou de aceitar o jugo imposto pelos “poderosos”. De facto, concordamos que a literatura

pode ser um elo dessa poderosa cadeia de ligação entre os educadores da casa - casa e os da casa - escola, entendendo ambas como escadas, espaços de construção da

pessoa humana, lugares de elevação (que a palavra francesa para «educar» claramente expõe: élever).

Outrora, contado *em volta* da lareira, o conto funcionava como o texto, o tecido, a trama que ligava todas as gerações da casa, entretecendo na narrativa os sonhos e as dificuldades de cada e de todas as idades (Guimarães, 1999: 65).

No caso desta narrativa, é à volta da arca que “a partilha” acontece. É a reunião familiar em torno dela que permite a descoberta e a observação de vários objectos (os jornais antigos, a fotografia do tio morto na guerra, a cassette e a bobine sobre o dia 25 de Abril) que servem de ponte entre o passado e o presente, acrescentando ao testemunho dos adultos a credibilidade própria dos documentos “autênticos”.

Neste livro, é a realização de uma exposição sobre o 25 de Abril de 1974, na escola²¹, que serve de suporte para o levantamento de várias questões: os jovens desconhecem o significado da data; os jovens apenas sabem que é feriado; a escola pode e deve desempenhar um papel importante na formação cívica e cultural dos jovens; os pais podem e devem explicar o que se passou e transmitir recordações e emoções. Este último aspecto parece-nos extremamente pertinente, pois remete-nos para um passado ainda recente, cujas memórias estão, ainda, muito presentes. Acresce que a Mafalda, personagem principal da ficção, é encaminhada no sentido de descobrir por ela própria, pois terá que investigar, insistir e questionar para conseguir saber e tirar as suas próprias conclusões.

A descrição de um ambiente familiar, comum à maioria dos jovens, e o facto da protagonista ser uma menina da faixa etária do suposto destinatário, permite que os leitores se revejam como possíveis actantes e se interessem pelos factos que vão sendo desvendados. A linguagem cuidada, sem ser rebuscada e o discurso em “tom de conversa” permitem que a ficção facilite a aprendizagem da História. E não é a cronologia dos factos, nem a preparação da revolução, nem as manobras militares, nem os espaços percorridos, nem o nome dos derrubados e dos vencidos que “tece” esta escrita. Pretende-se, essencialmente, “inserir” os jovens num quotidiano

²¹ Curiosamente, a escola e o seio familiar são os espaços mais escolhidos nas obras que compõem o nosso corpus, como ponto de partida e meio preferencial para a abordagem do 25 de Abril de 1974.

português, que desconhecem, para que possam compreender uma época difícil do seu passado onde o medo, a revolta, as mágoas e as dificuldades levaram ao descontentamento e à tomada de posição face ao que estava a acontecer.

Assim, a arca, objecto que guarda recordações e que, por isso, espicaça a curiosidade, torna-se um elemento imprescindível e profícuo, “um bom ponto de partida”, o elo de ligação entre três gerações, quando se pretende vasculhar o passado em busca de lembranças. Neste caso, é o espólio do avô e do pai que permite confirmar e complementar os testemunhos “empíricos”, procurando fidedignidade para o que aconteceu em Abril de 1974.

Urbano Tavares Rodrigues apresentou como razão, para a aparente confusão que se estabelece entre literatura e testemunho, o facto de essa procura de fidedignidade estar dependente dos signos linguísticos: «ao tentar reproduzir uma realidade que se propõe exaltar ou denunciar, o escritor acaba muitas vezes por criar uma realidade outra, aquela que vai nascendo [...] do próprio poder sugestionante e representativo das palavras, ligadas não só a um código de gosto, mas às experiências, desejos, obsessões do escrevente» (2000: 361).

De facto, a verdade histórica só consegue libertar-se da sua carga subjectiva quando isolada de quem a viveu. Neste caso, o pai, marcado pelas suas emoções e pelos estigmas de um acontecimento tão marcante, não pode, a nossos olhos, assumir na transmissão dos factos uma imparcialidade total, ou seja, é levado, indubitavelmente, a seleccionar e a valorizar uns em detrimento de outros, colocando-nos, assim, face a uma das problemáticas da ficção e, por que não, da História. De facto, pensamos que o contágio da verdade só deixará de existir quando o tempo apagar dos corações a marca da ditadura.

Em *O Soldado e o Capitão, o Cravo e o Povão* deparamo-nos com personagens da ficção que viveram o que contam, o pai e a mãe de Mafalda foram testemunhas e contam a sua versão dos acontecimentos, mas sobretudo o que sentiram e quais foram as emoções vividas pelos portugueses nessa época. A ficção serve de suporte à narração dos factos reais e o diálogo entre o pai e a filha (personagem principal da ficção) permite que se esclareçam dúvidas sobre o que aconteceu *antes* e *durante* a revolução de Abril. É curiosa a forma como o pai explica o que foi a PIDE: “Diz-me uma coisa de que tenhas muito medo? [...] a PIDE era isso. Era a noite e o medo da noite” (p.10). Estas metáforas conotam preciosamente o terror que todos

sentiam, pois só a comparação com os medos reais que a jovem sente pode mostrar, com verdadeiro impacto e clareza o que não viveu, mas o que a PIDE de facto representou na vida dos portugueses.

Curiosamente, e decerto com o objectivo de conferir maior veracidade ao que está a ser contado, o narrador envolve numa missão pedagógica os jovens, a família e a escola, dando a esta um papel credível. Mostrando que a Revolução dos Cravos ainda não se converteu, como sucede quando o esquecimento triunfa, numa espécie de ‘não acontecimento’, o narrador desvenda, através das personagens e do seu ambiente escolar e familiar, que ainda é possível encontrar marcas e testemunhos vivos sobre o 25 de Abril: “— Vá lá, perguntem aos vossos pais. Eles têm a obrigação de saber explicar-vos o que se comemora no dia 25 de Abril. Até pode ser que tenham em casa algumas recordações” (p.9).

Também a Mafalda tem oportunidade de encontrar respostas, pois conversa com o pai que viveu a ditadura e o fim dela quando ainda era jovem. Como é recorrente em várias obras, o diálogo é o modo de representação mais utilizado nas narrativas para jovens. Consideramos que o diálogo tem aqui uma dupla finalidade pois facilita a compreensão do discurso entre Mafalda e o pai, mas permite sobretudo um presumível diálogo entre o narrador e o leitor.

A narrativa de *O Soldado e o Capitão o Cravo e o Povão* está organizada tendo por base um texto do tipo declarativo-explicativo, com explicações e definições que se destinam a um público jovem relativamente desconhecedor dos temas abordados. Por outro lado, predominam as interrogações e as exclamações que conferem ao discurso um tom de dúvida, espanto, perplexidade e incredulidade face ao que está a ser contado, existindo a preocupação em demonstrar as emoções sentidas pela personagem: “— Que tipo de informações? — A polícia fazia o quê? — Batiam-lhes mesmo?”.

O “Antes” surge no presente de Mafalda como algo de inimaginável, surpreendente pelo seu lado negativo. Nota-se, assim, uma intenção em usar um vocabulário disfórico que caracterize, com algum impacto, um passado “negro” tão diferente do presente, mas tão real. É, julgamos nós, a “perplexidade” de Mafalda que melhor retrata e valoriza a mudança operada no 25 de Abril de 1974:

A Mafalda está perplexa. Nunca imaginara nada de semelhante. Tinha dificuldade em perceber uma vida assim. [...] Mafalda constrói uma expressão de incredulidade e manifesta a sua dúvida. [...] Espantada, Mafalda explora a incredulidade suscitada por revelações tão surpreendentes: (p.12)

Na construção do percurso narrativo opta-se, em primeiro plano, por apresentar o retrato da vida social durante a Ditadura. Abordam-se questões que se prendem com a falta de democracia e a ausência de liberdade: o governo que só muda ao fim de 40 anos; a não realização de eleições livres; a proibição de manifestar ideias próprias; a censura; a prisão; os maus tratos, etc.:

A PIDE era uma polícia política [...] preocupava-se sobretudo com os que manifestavam ideias próprias e contrárias às do governo [...] dizia-se mesmo que a PIDE tinha olhos e ouvidos em todo o lado. Isto por haver quem colaborasse e fornecesse informações sobre vizinhos e conhecidos. [...] Às vezes até podia ser tudo *mentira*. Bastava um vizinho estar de mal com outro e aproveitar para o *denunciar*. [...] [a polícia] *prendia* quem fosse suspeito de *ser do contra*. Prendia quem tivesse ideias diferentes. Para obter confissões chegava a torturar os presos. Isso fazia com que às vezes conseguisse *confissões falsas*. Alguns *presos, incapazes de aguentar torturas, preferiam deixar-se acusar* de tudo o que a PIDE quisesse (p.12; sublinhados nossos).

Um leitor atento poderá surpreender-se com a acuidade do discurso e perceber que a escolha das palavras não foi de todo aleatória pois revela a preocupação em espelhar, com clareza, uma realidade disfórica e incompreensível nos nossos dias.

Quando se trata de explicar o que foi a censura e responder à questão colocada por Mafalda: “ — Oh pai, os jornais não protestavam?”, o pai leva-a a tirar as suas próprias conclusões, aconselhando-a a consultar, na biblioteca, o *Jornal de Notícias* ou *O Século* de Abril de 1974. O pai orienta-a na procura do saber, recomendando-lhe que olhe bem para as primeiras páginas e que tome notas. É curioso verificar que também é essa a “técnica pedagógica” do narrador, pois é através do olhar de Mafalda que o jovem leitor tomará conhecimento da diferença entre o *Antes* e o *Depois*. Os jornais do dia anterior não contavam nada do que se estava a passar, “[parecia] que

estava tudo bem, [...] Criava-se a ideia de um país perfeito, em total harmonia, sem problemas ou razões para protestos e oposições. [...] o Portugal dos jornais era um país adormecido” (p.21). Os governantes queriam, indubitavelmente, transmitir uma falsa imagem de Portugal quer aos que nele habitavam quer aos outros.

Mafalda descobre²² nos jornais do dia e com a ajuda da mãe que o dia 25 de Abril foi uma festa e que o povo teve um papel preponderante, pois os militares não teriam tido sucesso sem a sua ajuda:

— O 25 de Abril deve ter sido uma grande festa. Os jornais têm títulos enormes. Há muita gente na rua. Os soldados têm um ar risonho. As pessoas parecem contentes e têm um aspecto muito diferente do actual.

— [...] o povo está na rua e manda embora o Governo, expulsa a polícia e inicia uma autêntica Revolução.[...] Muita gente, sem estar ligada a qualquer grupo, queria lutar pela conquista da liberdade e da democracia (p.20).

Tudo isto ajudou a criar condições para os militares acreditarem no sucesso de uma acção contra o governo. Os principais dinamizadores do movimento eram capitães, quase todos muito novos. Embora tivessem as armas, sabiam ser impossível ir para a frente sem o apoio do povo

— A princípio [os militares] preocupavam-se sobretudo com a guerra em África. [...] Achavam que a guerra nas colónias já não levava a lado nenhum (pp.20 e 24).

Mas com os jornais da véspera, Mafalda fica decepcionada, pois não descobre nada de importante, nada que mostre o descontentamento em que se vivia, nem protestos, nem manifestações:

— Nada. Quer dizer nada de especial. Essa foi uma grande seca que me deste. Fartei-me de folhear páginas e páginas dos jornais dos primeiros dias de Abril, sujei os dedos todos e não encontrei.

— Não achas estranho? (p.20).

²² Repare-se que também António Pina, no seu conto *O tesouro*, atribui protagonismo ao povo. O contrário acontece em *Capitães de Abril*, de José Jorge Letria, onde os capitães são vistos como os principais mentores da Revolução. Nesta obra salienta-se que é o descontentamento popular que leva os militares a tomar uma posição, por julgarem propício o momento de agir.

Mais uma vez, é a comparação com o presente que ajuda a descodificar o passado, pois a Mafalda é levada a comparar os jornais da véspera com os jornais do dia 25 de Abril e é o irmão²³ que descobre a principal diferença, ou seja, os jornais anteriores tinham o carimbo com a indicação “visado pela comissão de censura”.

Só com muitas explicações e chamadas de atenção os jovens conseguem perceber a dificuldade que as pessoas tinham em expressar as suas ideias e as suas vontades. Só quando o pai usa um exemplo hipotético, que os envolve directamente, — a proibição de exhibir telediscos dos Sepultura e a obrigatoriedade de os programas musicais terem de ser preenchidos com as Spice Gils...— a Mafalda percebe o quão “absurda” era a censura:

— Quantas vezes já viste na televisão as manifestações dos estudantes contra as propinas?[...]

— *Repara*. Os jornais, as rádios, as televisões, andam há meses, talvez há anos, a falar do assunto. É um problema que existe na sociedade portuguesa.[...] *Agora compara*. Não é extraordinário que tenha havido uma revolução a 25 de Abril e quando tu vais ler os jornais dos dias anteriores *chegas à conclusão* de que não se passa nada de especial no país?

— Realmente pareceu-me tudo bem. De repente aparecem aquelas grandes notícias com fotografias de soldados nas ruas.

A mãe que até ali estivera silenciosa²⁴ a observar, *lança a pergunta*:

— *Como é que se explica?* Num dia está tudo tranquilo [...] no outro dia o povo está na rua e manda embora o governo, expulsa a polícia política e inicia uma autêntica Revolução.

— Não sei. Estou. Estou à espera que me *ajudem*. [...]

— O André e a Mafalda seguem cada vez com mais curiosidade *a explicação do pai*. No íntimo têm dificuldade em perceber aquele mundo de que lhes fala. Soa--

²³ É curioso verificar como o André (irmão de Mafalda e inicialmente desinteressado pelo tema de estudo da irmã) acaba por se envolver e participar na descoberta. Talvez possamos ver, aqui, a opinião do autor no que concerne ao envolvimento dos jovens na aprendizagem, na motivação para a aquisição de saberes. É o modo como o pai conduz a pesquisa e a descoberta que leva ao interesse e à participação voluntária e profícua. Este exemplo faz-nos pensar no papel da ficção que também pode levar, de forma lúdica, ao interesse pelo saber.

²⁴ Deparamo-nos com o sucessivo envolvimento de todos os elementos da família. Inicialmente até o pai parecia pouco disposto a cooperar e a falar sobre o 25 de Abril. O trabalho da Mafalda permite a cooperação de todos e a partilha de saberes e sensibilidades.

lhes tudo tão longínquo que parece estar a ser contada uma história passada Há muitos séculos (p.21; sublinhados nossos).

Os sublinhados permitem-nos verificar que existe, neste texto, uma preocupação pedagógica que privilegia um percurso de reflexão e de descoberta. Estamos, assim, perante um processo dedutivo muito mais profícuo do ponto de vista da aprendizagem. Veja-se que o pai conduz a descoberta, ajuda na descodificação da mensagem, mas abstrai-se sempre de dar a sua opinião sobre o assunto.

À medida que os objectos vão sendo retirados da arca, os assuntos vão sendo abordados e discutidos. É a fotografia do tio, irmão da mãe, morto em Angola na guerra do Ultramar, que conduz ao tratamento do tema. Em *Capitães de Abril* ou em *O 25 de Abril contado às crianças... e aos outros*, de José Jorge Letria, a questão da guerra em África é muito enfatizada chegando-se mesmo a perceber que ela desencadeou a Revolução. Aqui, pelo contrário, a questão não é abordada do ponto de vista político, mas interessa, sobretudo, mostrar o que a guerra significou do ponto de vista emocional. O leitor, confrontado com a reacção das crianças e da mãe, perceberá melhor a verdadeira dimensão da tragédia nesta família. Vemos, assim, que o importante, neste caso, são os afectos, as emoções e os sentimentos face à perda de um ente querido²⁵. Para o efeito, sobressaem as informações do narrador e as falas de André:

Enquanto fala, a mãe remexe na arca e tira uma foto antiga. Todos reparam no olhar triste, fixo na imagem de um rapaz forte e com uns olhos muito brilhantes.

[...] — Deixa, a mãe fica triste quando se fala do tio (p.22).

Por outro lado, é a atitude da mãe que esclarece o leitor sobre o papel que a guerra em África desempenhou no descontentamento das famílias e na reacção dos militares. Sabe-se, assim que, pelas razões mais trágicas, que a guerra do Ultramar pesou na decisão de “fazer a Revolução”:

Podemos falar à vontade. Afinal, o 25 de Abril também se fez por causa desta e doutras mortes (p.22).

²⁵ Veja-se que apesar dos anos que passaram, continuam as marcas da perda.

Curiosamente, existem outros objectos muito importantes, guardados religiosamente, que permitem uma excelente retrospectiva dos acontecimentos, mas que possibilitam, sobretudo, a referência a figuras muito interventivas na “preparação” da Revolução: “bem no fundo da arca, misturadas com panfletos, jornais velhos e restos de bandeiras. [...] ouve-se uma canção [...] *E depois do Adeus, E depois de nós...* logo a seguir surge a voz de Zeca Afonso: *Grândola vila morena, Terra da fraternidade...*” (p.22). As músicas permitem que se profira a boa organização; as reuniões clandestinas dos militares, as reuniões arriscadas dos civis; as “reuniões proibidas” dos políticos e dos partidos. Fala-se também dos presos políticos, dos exilados no estrangeiro ou dos clandestinos no próprio país.

O seguinte quadro apresenta, em síntese, os aspectos mais relevantes que fomos referindo.

Antes:	Como reagem as personagens:
• A PIDE	“A Mafalda está perplexa. Nunca imaginara nada de semelhante. Tinha dificuldade em perceber uma vida assim” (p.12).
• A censura	“O André e a Mafalda seguem cada vez com mais curiosidade a explicação do pai. No íntimo têm dificuldade em perceber aquele mundo de que eles fala...” (p.21).
• A mentira	“[...] o Portugal dos jornais era um país inventado. Não existia. Criava-se a ideia de um país perfeito, em total harmonia, sem problemas ou razões para protestos e oposições. E, no entanto, havia greves, fábricas paradas, manifestações e trabalhadores a emigrar, a fugir da fome na sua própria terra” (p.21).
• A guerra no Ultramar	“—Quem é?— pergunta Mafalda. — é o tio Rui.

<ul style="list-style-type: none">• O sinal da revolução, os cantores de intervenção; as reuniões clandestinas dos militares; as reuniões políticas, os partidos...• A prisão, o exílio, a decisão dos militares.• A festa	<p>— Ah, o que morreu em Angola.</p> <p>André interpõe-se no dialogo para protestar:</p> <p>— Deixa, a mãe fica triste quando se fala do tio.</p> <p>— Está bem, só que nunca me explicaram essa história— contrapõe Mafalda.</p> <p>— Não se preocupem. Não tem importância. Já se passaram muitos anos. Podemos falar à vontade. Afinal o 25 de Abril também se fez por causa desta e doutras mortes” (p.22).</p> <p>“O pai liga o aparelho e ouve-se uma canção irreconhecível para os miúdos: « E depois do Adeus, E depois de nós...» Logo a seguir surge a voz de Zeca Afonso: « Grândola vila morena, Terra da fraternidade...» (p.22).</p> <p>“No escuro sobressai uma luz quando a máquina começa a apresentar as imagens. Vêm-se bandeiras, muitas bandeiras. Pessoas de todas as idades enchem as ruas. Abraçam-se, cantam e distribuem cravos aos soldados...” (p.25).</p>
--	--

4.3. *Capitães de Abril* — Heróis da Revolução

Os elementos paratextuais, título e imagem da capa, não podem passar despercebidos pois remetem-nos de imediato para os principais actantes da Revolução, os capitães, para o mês em que esta revolta decorreu, Abril, e para o símbolo da mesma, o cravo vermelho²⁶. Na contracapa deparamo-nos com um breve resumo onde se evidencia o papel preponderante dos Capitães de Abril e se enumeram os principais motivos que, na opinião do autor, desencadearam a Revolução: “cansados da guerra de África e da falta de democracia, decidiram pôr termo a décadas de medo e silêncio.”

É curiosa e extremamente esclarecedora da posição e “simpatia” do autor a dedicatória, que abre *Capitães de Abril*: «À memória de José Afonso e do Major Salgueiro Maia. A todos os que nasceram depois do 25 de Abril de 1974, e que são a garantia de que a liberdade que ele nos trouxe se manterá viva em Portugal» (p.1). Está bem presente uma intenção comunicativa, apelativa e pedagógica, tornando-se perceptível o desejo do autor em homenagear duas grandes figuras do 25 de Abril e transmitir o que sabe aos jovens, de modo a que a sua memória e as suas recordações possam contribuir para a memória colectiva do que foi a Revolução dos Cravos. A confiança nos jovens, como garante da propagação da História, através da lembrança do que lhes foi contado por parentes, que tudo presenciaram e viveram ou através de testemunhos orais ou escritos de quem viveu esse acontecimento, afigura-se-nos como uma forma de os consciencializar para a responsabilidade que têm em perpetuar os valores de Abril.

Num livro que se destina essencialmente aos jovens, José Jorge Letria constrói uma narrativa breve, onde um discurso predominantemente informativo se mescla com a ficção. Assim, o presente histórico onde agem as personagens fictícias, João e Teresa, confunde-se com um tempo invocado que dá voz a um narrador extradiegético e onisciente que narra, num tom acessível e objectivo, como se tivesse estado presente, os factos da História. É notória desde o título, *Capitães de Abril*, a selecção

²⁶ “Quem teve a ideia de pôr os cravos nas espingardas ninguém sabe ao certo, nem importa saber. O importante é que a ideia pegou, tornando-se um símbolo [...] (Letria, 1999:10).

e a focalização em aspectos que se consideram primordiais e imprescindíveis para que o 25 de Abril se concretizasse. De acordo com a perspectiva que se desenvolve, os verdadeiros heróis de Abril foram os capitães, sendo remetidos para segundo plano os soldados, os resistentes anónimos e o povo em geral.

A este propósito, não podemos deixar de citar Urbano Tavares Rodrigues quando refere:

o quadro político, cultural, ético do autor, marcando fortemente o testemunho, é matizado, modelado por aspectos e problemas, que deveriam ficar em plano secundário na cosmovisão e no agenciamento do testemunho, quer se trate de romance novela ou conto. Afinal, essas questões, da ordem do amor, dos afectos, da violência, da morte, do tempo, podem sobrepor-se [...] ao propósito e ao plano do ficcionista-verista (2000: 361).

Embora sobressaia a posição e a subjectividade do narrador/autor, é notória a sua preocupação com o rigor, a veracidade e a pormenorização do relato. Aliás a factualidade afigura-se, no contexto de *Capitães de Abril*, como um traço basilar de toda a construção textual. Constatamos que ao longo de toda a obra prevalece a preocupação de explicar em pormenor; situar no espaço e no tempo; referir lugares reais e datas precisas; procurar definições e explicações que ajudem na compreensão do que ele pretende veicular. Na opinião do narrador:

O que estava a acontecer nesses dias só podia ser compreendido, se se compreendesse tudo o estava a acontecer para trás, isto é, quase cinquenta anos de vida social, económica e política, desde que Salazar chegara ao poder com a ditadura militar triunfante em 28 de Maio de 1926. [...] Abril acontecia como resultado de muitos anos de sofrimento, de silêncio imposto e de muita luta. Só podia ser feito por militares, pois tinha que ser a força, mesmo política, a vencer a força. E assim nasceu um novo dia em que, como cantava José Afonso, havia em cada esquina um amigo na terra da fraternidade. A terra chamava-se Portugal (p.54).

Desde as primeiras páginas é notória a preocupação em demonstrar o entusiasmo da população, a participação de todos nas ruas, a euforia e a festa, mas sobretudo a responsabilidade e a coragem dos militares que acharam que era

imperiosa e inevitável a mudança. Assim, a revolução não começava nem terminava no dia 25 de Abril, pois:

havia ainda muitos problemas por resolver: pôr fim às três guerras, em Angola, Guiné e Moçambique, libertar muitas dezenas de presos políticos de Caxias, Peniche e Tarrafal, assegurar a rendição total e definitiva da polícia política do estado, a PIDE/DGS²⁷ e de se dar independência aos povos daquelas três colónias africanas e ainda aos de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor. [...] (p.13). Os militares tentaram resumir o essencial em três Dês Democracia, descolonização e Desenvolvimento. [...] havia a descolonização a fazer; um povo para esclarecer e alfabetizar e muitos problemas sociais e económicos para resolver (p.40).

Como podemos constatar em *Capitães de Abril*, que se destinará sobretudo a jovens e adultos, o autor pretende transmitir a experiência do que viveu embora o discurso se construa sabendo-se que narrador e autor são entidades distintas. Deste modo, age habilmente na transmissão do seu saber, pois está consciente de que não deve sobrecarregar, com demasiada informação, o jovem leitor. Todavia, não prescindindo do seu objectivo cívico e pedagógico, fá-lo sub-repticiamente, recorrendo às personagens da ficção e ao diálogo entre elas, de forma a que o leitor, sem se aperceber, absorva o maior número de informação. O diálogo com uma das personagens da ficção, um jornalista amigo de João e Teresa, permite o esclarecimento de várias dúvidas e a aprendizagem de “tudo” o que os jovens, segundo a selecção leitor, necessitam saber²⁸ sobre uma época histórica, nacional, que não viveram e que, por isso mesmo, na opinião de quem narra, não valorizam devidamente. Como se refere também em *O Tesouro* : “ a liberdade é como o ar que respiramos [...] Só quando nos falta, e sufocamos cheios de aflição, é que descobrimos que, sem ele não podemos viver...” (Pina, 2005: s/p).

João e Teresa viveram privados de liberdade, durante a ditadura, e também

²⁷ José Jorge Letria tem a preocupação de explicar, em nota de rodapé, que se trata da Polícia Internacional de Defesa de Estado/ Direcção Geral de Segurança.

²⁸ Como é que os civis tomaram conta do que se estava a passar; como reagiram; qual a participação que tiveram junto dos militares; quais os militares envolvidos; o que os levou a organizar este golpe militar; como se organizaram; como agiram; onde nasceu a ideia...

sabiam muito pouco, quase nada, sobre a forma como tinha sido preparado o Movimento [...] Foi um amigo do casal, que era jornalista num jornal da tarde e que viveu por dentro os acontecimentos, que lhes contou tudo o que sabia, tendo-lhes mesmo anunciado o desejo de um dia, mais tarde vir a escrever um livro sobre o assunto, talvez para crianças (p.17).

Assim, o recurso à ficção e ao diálogo entre personagens “fictícias” afigura-se-nos profícuo na medida em que facilita a compreensão e motiva ao prosseguimento da leitura, pois sabemos que os jovens desta geração se habituaram ao dinamismo da comunicação imediata e envolvente das novas tecnologias.

A obra estrutura-se em cinco partes, com vários recuos no tempo, que permitem ao leitor uma visão do que se passou em vários momentos da vida de João. Esses momentos retratam, com maior verosimilhança, os problemas graves que “enfermavam” Portugal durante a Ditadura. Assim, a narrativa enceta com a situação particular de João e Teresa, um jovem casal que, na manhã do dia 25 de Abril de 74, soube pela rádio que o Movimento das Forças Armadas tinha dado conta da «situação militar e política em todo o país» (p.5).

Esta situação é particular e extremamente importante, na medida em que confronta e alerta o jovem leitor — que hoje pode ler e ouvir todo o tipo de críticas, comentários, opiniões sobre o poder político e as instituições — para a lamentável realidade da censura na comunicação social.

Em seguida, denuncia-se, então, um conjunto de problemas que debilitavam Portugal antes da Revolução de Abril, nomeadamente o drama da guerra colonial, a prisão e o exílio por razões políticas, o analfabetismo, os problemas sociais e económicos devido à emigração e ao isolamento e atraso que existia em relação às outras nações. Note-se que a primeira referência ao “antes” serve como forma de exhibir o presente revelando-se de imediato o sentimento e a atitude “eufórica” do povo anónimo, no que concerne à reconquista dos valores e dos direitos que tinham perdido: o direito à liberdade; o direito ao voto; o direito a ter opinião e a expressá-la publicamente.

A leitura da obra e um pequeno exercício de reflexão permitirão tirar conclusões sobre o que era imposto aos cidadãos que viviam “no país das pessoas tristes”²⁹ antes do 25 de Abril:

Se essas notícias estavam a ser dadas pela rádio, pelos jornais e pela televisão sem qualquer tipo de restrição, isso significava que a informação já não era censurada e que havia finalmente liberdade para se comunicar às pessoas aquilo que elas tinham o direito de saber. [...] João [...] esperando a qualquer momento que o chamassem para a tropa, para ir combater numa das frentes da Guerra Colonial. [...] Se o mobilizassem para a guerra, emigrava para Paris [...] Mas, agora, as notícias que a rádio estava a dar alteravam radicalmente os seus planos, para melhor, certamente, pois tudo levava a crer que já não teria que se sujeitar à dura situação de exílio em que se encontravam muitos milhares de portugueses, longe de casa e da família (pp. 8-9; sublinhados nossos).

É curiosa a atitude de João quando se apercebe que já não existe censura. O simples facto de poder ouvir pela rádio e ver pela televisão notícias do que se estava a passar no seu país transfigura a sua maneira de pensar e permite a perspectivação de um futuro mais tranquilo. Repare-se como é explicada a situação do exílio e como a liberdade de expressão está tão ligada à mudança que tanto se esperava para alterar a vida das pessoas.

As personagens da ficção, embora surjam ao longo de toda a diegese, parecem possuir, no entanto, um estatuto subsidiário, pois não desempenham um papel fundamental na obra. Servem antes para imprimir verosimilhança à presença e ao percurso das figuras históricas. Todavia, o diálogo entre João e Teresa não deixa de ser extremamente importante, pois é através dele que o leitor se dá conta, não apenas dos factos, mas sobretudo das múltiplas emoções e dos sentimentos de dúvida, tristeza, esperança e alegria daqueles que viveram o 25 de Abril.

O presente histórico da narrativa dá-nos conta das dúvidas em relação ao sucesso da Revolução, mas relata sobretudo a força de vontade, o envolvimento o entusiasmo e a participação activa das pessoas anónimas que abarcaram, com convicção, acompanhando a passo e passo a luta pela mudança e pela reconquista da

²⁹Recorda-se aqui a expressão usada no livro de Manuel António Pina, *O tesouro*.

liberdade, no dia 25 de Abril. Veja-se como o relato do narrador, onde o vocábulo “rua” se repete é exemplificativo do movimento popular:

É na *rua* que tudo se vai resolver e nós temos que lá estar, É esse o lugar de quem luta pela liberdade. [...] (p.7). É porque estamos a pensar no futuro do nosso filho que vamos para a *rua* com os militares deste 25 de Abril. Este já não é só um assunto dos militares. É de todos os portugueses e é na *rua* que se tem de defender a liberdade para que o Francisco possa crescer em condições melhores do que aquelas em que nós crescemos — respondeu João sem hesitar . [...] (p.8) Ao longo de todo o dia 25 de Abril, João, Teresa e dezenas de milhares de portugueses não tiveram descanso. Andaram *de um lado para o outro* a dar apoio aos militares. [...] (p.9). O 25 de Abril estava na *rua* e deixara de ser apenas um assunto de militares, para se tornar uma questão de toda a população que acreditava na democracia.» (p.10-12; sublinhados nossos)

Embora nesta leitura seja bem evidente o papel preponderante que os militares tiveram na revolução, não passa despercebido o mérito atribuído ao povo — “Todos os portugueses”, “toda a população”— na concretização deste projecto que teve, segundo a perspectiva sublinhada no livro, a sua origem no meio militar. Contudo, nesta narrativa, não restam dúvidas de que o povo, embora surpreso, foi solidário e cooperante com os militares.

De facto, alguns livros sobre o 25 de Abril de 1974 atribuem apenas aos militares as glórias da Revolução. Joaquim Graça considera que

o 25 de Abril tem sido explicado aos vindouros; na sua parte mais folclórica; considerando que os seus autores, foram só militares; alguns até dizem que vendemos a Pátria aos pretos de África (2004: 13).

Em *Capitães de Abril*, nos momentos coincidentes com a Revolução dos Cravos ou com as possibilidades futuras inauguradas por esse movimento, o discurso aclara-se, entusiasma-se, emociona-se. Esse 25 de Abril é retratado como um dia especial, onde os militares comemoram e “partilham” com o povo a alegria, a felicidade, o sonho da mudança, ou seja, a restituição da liberdade. O narrador evidencia a singularidade desta revolução, pois o cravo reveza a baioneta; a acção ordeira e organizada dos soldados substitui o sangue derramado sempre que existem

conflitos militares. O narrador comprova, recorrendo a um vocabulário entusiástico, a alegria que todos sentiam; a festa que todos faziam nas ruas; a tranquilidade e a confiança que, finalmente, todos sentiam, assim como a “partilha” de sentimentos entre civis e militares. As expressões: “um sorriso largo e confiante”; “o dia mais feliz”; “horas mágicas” ; “dias da euforia e da esperança sem limites” ; “sonho de várias gerações”; “orgulho na sua bandeira” contrastam com “o medo”, “a desconfiança” e o “terror” que o povo sentia no passado.

Leia-se a seguinte passagem, da qual extraímos as expressões acima citadas que tão bem caracteriza o “Agora” em relação ao “Antes”:

Um soldado com um cravo no lugar da baioneta acenou-lhes do alto de um blindado, *partilhando com um sorriso largo e confiante a felicidade de ambos*³⁰. Também para ele já não iria haver guerra nem sofrimento em terras de África. Também para ele, embora não tivesse ainda a noção exacta do que estava a acontecer em todo o país, aquele era já, sem sombra de dúvida, *o dia mais feliz da sua vida*, e quando tivesse filhos havia de lhes contar como tudo se havia passado, acrescentando que tinha a sorte de viver por dentro *essas horas mágicas* (p.14). Esses eram ainda *os dias da euforia e da esperança* sem limites nem reservas (pp.38-39).

As pessoas *voltavam a ter orgulho na sua bandeira* e na beleza intensa das suas cores. [...] Nos olhos dos militares havia sinais de cansaço profundo, mas havia também *marcas inconfundíveis de alegria*. Eles estavam a viver e a fazer História, *realizando pacificamente, sem sangue nem humilhação, o sonho de várias gerações de portugueses*, nascidos e crescidos em ditadura, sem conhecerem outra realidade que não fosse o medo a desconfiança e o terror (p.53; sublinhados nossos).

De facto, a presença de personagens como João e Teresa, que viveram o dia 25 de Abril e alguns anos de repressão e sofrimento, tornam o discurso do narrador mais plausível, mas elas apresentam-se, sobretudo, aos olhos do leitor como testemunhas vivas que “mostram” os factos históricos através do que viram e ouviram³¹. Todavia, mais importante do que isso é perceber o que sentiram, antes da

³⁰ Teresa e João que partilhavam, sempre, todos os momentos.

³¹ É possível visualizar e traçar o percurso físico que os militares fizeram desde a Escola Prática de Cavalaria em Santarém até ao Chiado no Largo do Carmo. O pormenor da descrição, que evidencia a

revolução, no dia da revolução e nos dias e meses que a ela se seguiram. O jovem leitor, sensível à vivência das personagens, poder-se-á identificar com elas e experimentar do mesmo modo, ou de modo diferente, indignação, revolta, ódio, mas também, estupefacção e admiração pela maneira como tudo foi conduzido. A coragem e a ousadia dos Militares assim como o envolvimento dos civis, podê-los-á levar à reflexão sobre o espírito de luta, coragem, organização e solidariedade que foi necessário possuir em momentos críticos da vida nacional. Por outro lado, torna-se visível a preocupação em mostrar a determinação e a emoção dos militares que fizeram desse dia “o 25 de Abril [que] deixara de ser o de 1974. [...] para ser o da nossa liberdade de todos os dias” (p.14).

Por outro lado, a referência a espaços físicos, ainda hoje facilmente reconhecidos, confere ao discurso do narrador uma maior veracidade e credibilidade. Acresce, julgamos nós, que o leitor, revendo esses espaços, que lhe poderão ser familiares, se tornará mais atento e receptivo aos factos da História cumprindo-se o objectivo cívico de José Jorge Letria (cf. texto de contracapa). Este pretende, através da escrita, perpetuar Abril de modo a que esta data, não seja apenas uma data sobre a qual nada se sabe, mas uma referência histórica entendida e revisitada por todos. Assim, fará parte da “memória” de todos os portugueses não excluindo aqueles que, por serem muito jovens, não viveram esses acontecimentos.

A narração desempenha, neste contexto, um papel de documentação e de testemunho, inclusivamente com valor histórico, voltada para a reposição, no «presente», de elementos do «passado», dispendo-os na memória. Verificamos que são frequentes os momentos nesta narrativa onde o narrador denuncia, sub-repticiamente, o desejo de transmitir conhecimentos residentes na sua memória de forma a criar sobre o 25 de Abril um imaginário que não pertence, ainda, a todos os jovens por se ter tornado um assunto pouco abordado quer na literatura quer no contexto das disciplinas escolares, quer nas conversas com familiares ou amigos que viveram e sentiram as represálias de terem nascido ou vivido durante a ditadura.

Assim, a palavra escrita é encarada como uma das formas de “gravar o vivido” e, assim, perpetuar as “fraquezas” da Ditadura e as “esperanças” na Revolução. É

omnisciência do narrador destaca: a manifestação dos jovens no Chiado; a liberdade dos presos de Caxias; o congresso da Oposição Democrática em Aveiro; a Estação de Santa Apolónia e a chegada de Mário Soares; o Aeroporto da Portela e a chegada de Álvaro Cunhal; o Cais de Alcântara e a chegada de militares que tinham estado na guerra.

curiosa a alusão à passagem de testemunho, isto é, Francisco, o filho do casal e ainda bebé, poderá, mais tarde, ler o que foi escrito pelos pais e reviver, na sua geração, o que aconteceu em Portugal:

Teresa, eu hei-de escrever tudo isto num daqueles meus cadernos pequeninos em que tomo apontamentos para mais tarde poder contar ao Francisco como tudo aconteceu (p.40).

De facto, passados 25 anos³², constatamos que não “murcharam” as recordações, de tal modo é manifesto o pormenor das descrições que evidenciam a omnisciência do narrador e conferem ao narrado credibilidade. O narrador demonstra, sobretudo, a sua preocupação em não omitir nenhum facto, por isso, como relator informado, narra ao pormenor situações que julga imprescindíveis para a compreensão do que se passou *antes, durante e depois*, ou seja, como e quando começaram a organizar-se os militares; quais as reuniões que nesse sentido se realizaram; quando e onde se efectivaram; quantos sinais foram dados através da rádio; como foram dados e por quem; quais as canções escolhidas como “senha”; quais as unidades militares que ocuparam as posições chave; quais os nomes dos jornalistas que leram os primeiros comunicados; como se impuseram os cartazes de Vieira da Silva e João Abel Manta; como se manifestaram os jovens no Chiado; como se deu a libertação dos presos de Caxias; o congresso da Oposição Democrática em Aveiro; a chegada de Mário Soares à Estação de Santa Apolónia; a chegada de Álvaro Cunhal ao Aeroporto da Portela; a chegada de militares que tinham estado da guerra, no Cais de Alcântara; as comemorações do 1º de Maio, Dia do trabalhador: a descrição feita pelo amigo jornalista, que estava por dentro dos acontecimentos, quase lhes permitiu [a João e Teresa] ver tudo como num filme a cores e repleto de acção³³ (p.23).

Acresce, como podemos verificar nas passagens que a seguir se transcrevem, que a literatura, para além de relatar factos, tem, com a sua especificidade, o poder de tornar o discurso mais impressionável recorrendo à capacidade de transmitir emoções

³² *Capitães de Abril* foi editado em 1999.

³³ Podemos colocar a hipótese de o jornalista, personagem da ficção, que tudo sabe sobre a Revolução, coincidir com o escritor José Jorge Letria, também ele jornalista.

e sensações. Veja-se neste caso a repetição dos verbos *ver*, *ouvir*, *sentir* e *assistir* cuja expressividade “detém” sentimentos como o *espanto* de ver que algo mudou na atitude dos militares e do povo; a *alegria* estampada no rosto de um militar; a *esperança* e o *júbilo* de quem luta pelos seus ideais; o *ódio* de quem assistiu à violência; a *ansiedade* de quem espera a libertação de um familiar ou um amigo preso.

Por outro lado, o recurso a verbos associados semanticamente a sentidos como a visão, a audição confere credibilidade ao que é narrado, pois o leitor está perante o vivo testemunho das personagens.

Quando a meio da manhã do dia 25 de Abril de 1974, depois de já terem passado pelo Rossio e pelo Terreiro do Paço João e Teresa chegaram ao Largo do Carmo, **viram** uns blindados de meter respeito, vindos da Escola Prática de Cavalaria de Santarém e comandados por um jovem capitão de cujo nome nunca se esqueceriam: Salgueiro Maia. [...] *assistiram* empoleirados num ramo de árvore à rendição de Marcelo Caetano e de Américo Tomás [...]. Um soldado com um cravo no lugar da baioneta acenou-lhe do alto de um blindado, partilhando com um sorriso largo e confiante a felicidade de ambos [...]; João [...] fora para Caxias, *à espera de ver* abrirem-se as portas do presídio[...]. — Liberdade para os presos políticos! Sem liberdade não há democracia — foram palavras como estas que João *viu* escritas em panos com letras vermelhas e negras e *ouviu* serem gritadas por muitas centenas de pessoas que se concentravam junto à prisão de Caxias, exigindo a libertação imediata dos presos políticos. [...]. Na tarde do dia 25, João, deambulando pela cidade para dar vivas aos Capitães de Abril, depois de ter passado pelo jornal “República” [...] *viu* uma manifestação de jovens que subia o Chiado e se encaminhava para a sede da política, exigindo a sua rendição. [...] *ao ver* policia e cães - policia a carregarem sobre milhares de manifestantes indefesos cujo único delito era quererem a liberdade instaurada no seu país. *Vi* pessoas de idade espancadas gravemente à bastonada e jovens, velhos e até crianças mordidos por cães - policia que, por serem irracionais, não sabiam o que estavam a fazer (pp.31-34).

O narrador preocupou-se em mostrar o envolvimento de todos, civis e militares, numa causa comum, a luta pela liberdade. De forma a prestigiar o papel activo das mulheres não podia passar despercebido o interesse de Teresa que em todos

os momentos esteve ao lado do marido. Noutras situações, o narrador refere o caso de mulheres presas por terem reagido às imposições e às injustiças da ditadura e terem lutado pelos seus ideais. É extremamente invulgar no discurso historiográfico a referência a feitos realizados por mulheres do povo. Felizmente, podemos no Ensino Básico abordar a “lenda da Padeira de Aljubarrota” que dignifica um acto patriótico no feminino.

Como podemos constatar nas passagens transcritas, a literatura supera a realidade do discurso da História que tem como principal propósito o relato objectivo e “imparcial” dos factos. Pretende-se valorizar não somente os rostos das personalidades que se destacaram no cenário de Abril, mas reclama-se para o povo um lugar de destaque. Como foi referido, a mulher é representada com uma função activa, isto é, com o papel de mãe e de companheira nos momentos mais decisivos. O narrador esmera-se, quando pretende evidenciar a parceria e a cumplicidade de João e Teresa, talvez com o intuito de criar no imaginário do leitor o espírito empreendedor e de luta que grassava entre os mais jovens (faixa etária próxima do presumível destinatário deste livro): “Andaram de um lado para o outro” (p.10); “Assistiram à rendição de Marcelo Caetano (p.12); “Assistiram à chegada de Mário Soares” (p.36); “Assistiram também ao regresso de Álvaro Cunhal”; “Andaram pelas ruas [...] a gritarem [viram] chegar um navio que trazia militares para quem as guerras de África tinham acabado” (p.39).

A sucessão dos acontecimentos e as anáforas usadas no texto demonstram o entusiasmo e a crença da população na mudança e na conquista de novos direitos, mas atestam, de igual modo, que o 25 de Abril e o tempo que lhe sucedeu foram momentos “sem descanso”; momentos de entusiasmo “à flor da pele”; “horas mágicas”; foram a “euforia” e a “festa”:

andaram pelas ruas indiferentes ao cansaço a gritarem “O povo unido jamais será vencido”. Esses eram ainda os dias da euforia e da esperança sem limites nem reservas. *Todos os dias* iam ao aeroporto ou a Santa Apolónia buscar amigos que regressavam de Paris ou de Bruxelas. *Todos os dias* viam regressar cantores que também tinham estado exilados. *Todos os dias* tinham notícias de que as pessoas começavam a organizar-se em sindicatos livres, em comissões de trabalhadores que

davam voz às exigências e força aos seus legítimos direitos (p.38; sublinhados nossos)

Todavia, nesta escrita contrastam o entusiasmo do presente com “os fantasmas” do passado. O cansaço dos que viviam o “Antes” aflora através das analepses e do discurso de um narrador que deixa transparecer amargura: “todos eles estavam *cansados de guerra*, [...] Também estavam *cansados de prisões*, de *proibições* e de saberem que o melhor da juventude portuguesa estava no *exílio* por não querer fazer a guerra. Era altura de dizer basta, até porque a *ditadura* estava podre por dentro” (p.20).

A leitura que efectuámos levou-nos a determinadas conclusões que resolvemos agrupar num quadro síntese, de modo a tornar mais perceptível a opinião do narrador no que concerne aos motivos que desencadearam a revolução.

SITUAÇÃO DE PORTUGAL DURANTE O ESTADO NOVO “Problemas” que desencadearam a Revolução:	
Ditadura “podre por dentro”	<ul style="list-style-type: none">○ Guerras;○ Prisões;○ Proibições;○ Exílio;○ Gravíssimos problemas económicos.

Fazendo a retrospectiva do percurso de vida da personagem principal, o narrador descreve situações humilhantes que João viveu e presenciou durante a ditadura. Este viu milhares de manifestantes indefesos: velhos, crianças serem espancados, agredidos e mordidos por cães – polícias, apenas por “quererem a liberdade instaurada no seu país”. João sentiu-se

indignado, revoltado e magoado com uma forte bastonada que levou nas costas e que o deixou sem fôlego e cheio de vertigens, decidiu que era altura de fazer as malas e

de se ir embora de Portugal. Estava farto e apetecia-lhe tomar uma decisão que mudasse a sua vida, [mas] sentia um profundo desejo de estar presente no dia em que a liberdade finalmente se lembrasse de Portugal (p.35).

A tripla adjectivação “indignado, revoltado e magoado” torna-se, a nossos olhos, bastante significativa, pois evidencia os sentimentos e as emoções de João, “espelho” do estado de espírito de todos aqueles que viveram situações tão dramáticas e cruéis, durante a ditadura. Com base nesta análise, julgamos perceber a intenção do narrador que quer envolver o público leitor levando-o a partilhar os sentimentos da personagem.

O discurso, de certa forma repetitivo, que se deve aos vários tempos da narrativa, transforma este livro em algo complexo, como se houvesse a intenção de reforçar e conotar de forma cada vez mais negativa as problemáticas mais importantes. As múltiplas informações chegam ao leitor quase de “forma natural” como se elas aflorassem no papel ao mesmo tempo que são presenciadas; ao mesmo tempo que emergem na memória da personagem ou quando são contadas pelo “amigo jornalista”. Assim as analepses permitem aflorar aspectos tão relevantes como a falta de liberdade e democracia; a prisão por razões políticas; as falsas eleições; a agressividade dos polícias, a tortura, a indignação; o medo e o desespero da população etc. em vários momentos da Ditadura, que como todos sabemos se arrastou durante 48 anos.

O leitor, colado à personagem, poderá constatar que apesar de jovem, João conhece a fundo a História do seu país pois participou activamente na Revolução. O seu interesse é de tal forma vincado que tenta saber o que não compreende, informando-se e partilhando dos conhecimentos de colegas e amigos mais velhos. Poderemos considerar que o João é uma “personagem pedagógica”, ou seja, um exemplo cívico para os jovens desta geração.

Sendo este livro um documento essencialmente de cariz, não poderia deixar de abordar a questão do General Humberto Delgado. Assim, este acontecimento é abordado “in media rês”, ou seja, o narrador recua à infância de João quando este, com aproximadamente dez anos, viu na companhia da mãe, no dia 8 de Julho de 1958, a aclamação do “General Sem Medo” pela multidão. A memória de João traz à

tona informações extremamente importantes sobre a ditadura e a ausência de democracia:

um general sem medo *ganhou eleições mas foi derrotado pela mentira da ditadura* [...] O melhor era estar calado, esconder prudentemente o que se passava e deixar as indignações e os protestos bem escondidos[...] já que havia por toda a parte, nos cafés, nas universidades, nos escritórios e nas fábricas, *pessoas que eram pagas para informar a PIDE* do que se passava e do que se dizia. Eram conhecidas pelo nome de “bufos”. [...] Colegas mais velhos falaram-lhe de uma outra crise académica ocorrida em 1962 e que teve como dirigentes pessoas como Jorge Sampaio, [...] em 1969, impulsionado pelo irmão, João participou na movimentação que houve em torno das *falsas eleições promovidas pelo regime* (pp.46-47; sublinhado nossos).

Assim, as “medias res”, as datas que situam no tempo os vários acontecimentos, a repetição dos mesmos problemas que se agravam, mas que são vividos durante 48 anos mostram que se coabitava com uma situação insustentável. As pessoas estavam conscientes da situação em que viviam, ouviam falar da liberdade democrática vivida em outros países, mas continuavam a residir em Portugal apesar de todas as proibições. Todavia, cada vez mais revoltadas e inconformadas com a privação de liberdade, ambicionavam e pressentiam a mudança. Pretende-se, de certa forma, mostrar a coragem daqueles que resistiram enfrentando os graves problemas que assolavam Portugal. A presença desses homens e mulheres, aliando-se aos militares conseguiram mudar o rumo da História.

O episódio do General Sem Medo é secundado por uma descida das condições vividas em Portugal, em particular no que diz respeito à falta de liberdade de expressão. Constatamos que são referidos vários tipos de censura vigentes durante a Ditadura. O uso da hipérbole “até o silêncio era vigiado”, empregue pelo narrador, evidencia a falta de liberdade em que se vivia. Por outro lado, falar da censura significa, neste caso, referir os males que “enfermavam” Portugal:

Censura na	Vida privada (vigilância de tudo e de todos.)	<ul style="list-style-type: none"> • Algumas cartas não chegavam ao destino; • <i>não se podia falar sobre</i> o que acontecia: <ul style="list-style-type: none"> - a guerra colonial; - as causas económicas da emigração; - o grande número de presos políticos; - os mortos em combate; - as centenas de milhares de jovens que tinham escolhido o exílio.
	Vida pública	<ul style="list-style-type: none"> • “Falsas”notícias nos jornais; na rádio; na televisão.

Desta forma, a Revolução como sinónimo de mudança e esperança num futuro melhor, é visível ao longo de todo o livro. São esses ideais e essa “fé” que amalgamam o seu denso discurso. Assim, o uso das analepses e um discurso anafórico surgem como estratégia preferencial para exteriorizar o modo de pensar das personagens sobre o tempo anterior ao tempo da liberdade.

Embora seja evidente, ao longo de toda a obra, o papel preponderante do povo na concretização de Abril, torna-se manifesto o estatuto dos militares, que são vistos e retratados como heróis. Para além do título, que por si só os protagoniza, o vocábulo “militares” surge sete vezes na primeira página da narrativa. Do mesmo modo que se repete a expressão de dúvida “se” para evidenciar a estupefacção de quem ouve e duvida da possibilidade de que tudo esteja a acontecer, o “se” desperta a atenção do leitor para a perspectiva do narrador no que concerne à existência de bons ou maus militares. Por outro lado, as dúvidas expressas nos primeiros diálogos dão-nos conta dos valores defendidos por quem narra, a sua posição face ao que está a acontecer, a sua ‘admiração’ por José Afonso, mas dá-nos, sobretudo, a sua concepção de ‘bons militares’:

Mas que militares? Resta saber *se* são os bons ou *se* são os maus! [...] *se* os militares tomaram o poder, isso pode ser bom ou ser mau, consoante forem a favor da

liberdade ou contra ela. *Se* forem os homens do general Kaulza de Arriaga, o melhor é fazermos as malas. *Se* forem os que estão a favor da democracia, então tudo muda de feição. [...] *Se* estão a passar canções dessas é porque os militares não podem estar do lado errado. *Se* estivessem, podes crer que a música seria outra, talvez uma marcha fúnebre (p.6).

Do mesmo modo, é transmitida ao leitor, desde as primeiras páginas, a ideia de que este não fora o primeiro passo no sentido de reconquistar a liberdade. Pelo contrário o ‘desabafo’ “Pode ser que agora isto vá” denuncia mais uma tentativa, mas sobretudo mais esperança. O destaque concedido a um blindado vindo “da Escola Prática de Cavalaria de Santarém” justifica o apreço do narrador “por um jovem capitão de cujo nome nunca mais se esqueceriam: Salgueiro Maia. Ele era jovem como quase todos os oficiais que estavam a devolver a Portugal, nesse dia, a liberdade que já custara tantas vidas, tantos anos de silêncio e de sofrimento.”(p.9)

Como podemos constatar, Salgueiro Maia, apesar da sua juventude, é um exemplo a seguir por aqueles que possuem ideais e pretendem lutar por eles. O facto de ser jovem, e isso é repetido por diversas vezes, não o impede de protagonizar um feito tão relevante no destino de Portugal e dos portugueses: a devolução da liberdade. Quando se refere aos militares, o autor elogia-os salientando a juventude, a organização, a capacidade de decisão, a coragem, — apesar do controle cerrado feito pela PIDE — a simpatia e o entusiasmo que partilhavam com o povo. São assim, referidos nomes de relevo Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço, Salgueiro Maia, Vítor Alves, Rosa Coutinho, Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Franco Charais, Pezarat Correia e tantos outros. Nomear afigura-se, neste livro, como sendo mais uma estratégia para lutar contra o esquecimento, mas confere ao narrador um estatuto de onisciência que lhe permite a total credibilidade do leitor.

Quem lê pode tirar conclusões sobre o valor dos feitos realizados, mas, na nossa perspectiva, é demasiado evidente a ideologia³⁴ de quem escreve, sendo a

³⁴ “O problema-chave de um texto ideológico é, pois, fazer com que o leitor aceite a posição ideológica que o autor quer que ele tome”(Blockeel, 2001: 139). Susan R. Suleiman, citada por Francesca Blockeel, “salienta que uma narrativa intrinsecamente ideológica requer ou exige uma interpretação sem ambiguidade: a história presta-se o menos possível a uma leitura plural. Os meios narrativos mais importantes que se empregam para que o leitor aceite sem hesitar os valores veiculados no livro são, por um lado, a relação entre leitor implicado e a própria história através da identificação, e, por outro lado, o narrador onisciente” (idem).

escolha dos factos e a repetição constante dos mesmos, “fabricadora” de uma única opinião. Nada nos é dito sobre aspectos positivos que poderão ter ocorrido durante o Estado Novo, tudo aponta para a existência de um poder tirano onde todos se sentiam aprisionados, revoltados, amedrontados, enganados e aterrorizados, sem liberdade de falar ou agir com vontade própria.

Todavia, os heróis da Revolução não têm aqui o mesmo tratamento das figuras míticas e “divinizadas” da ficção histórica que se escrevia durante o Estado Novo. Embora se pretenda *pôr em relevo o valor e a importância dos militares*, não existe nesta narrativa “uma visão romanceada, e ao mesmo tempo apologética, da História” (Bastos, 2002:232). A História é contada de uma forma bastante realista, pois é premente a preocupação em contar ao detalhe, datar e situar todos os episódios de modo a que os leitores saiam elucidados e possam confirmar as informações. Os capitães e os militares de Abril, embora sejam vistos como heróis exemplares, são retratados como “homens comuns”, que só conseguiram vencer por serem muito empenhados, muito organizados e muito bem preparados para reconquistarem os seus direitos e os direitos de todos os portugueses. Assim, a nobre missão de restabelecer a ordem e o sucesso que envolveu todas as suas operações são questões dignas de relevo ao longo de toda a diegese.

O quadro que a seguir propomos tem como intuito mostrar o discurso cada vez mais convincente de “dois narradores” que pretendem atribuir aos Capitães de Abril o protagonismo da Revolução de 1974.

	Descrição dos heróis – nomeação de protagonistas reais
Narrador	“cujo nome nunca mais esqueceriam: Salgueiro Maia. Ele era jovem como quase todos os oficiais que <i>estavam a devolver a Portugal</i> , nesse dia, a <i>liberdade</i> que já custara tantas vidas, tantos anos de silêncio e de sofrimento” (p.9).
Amigo Jornalista	“eram militares treinados para fazer a guerra, e portanto, com sentido de organização e com capacidade de decisão. [...] <i>Se eles estivessem do lado certo</i> , tudo ficaria resolvido rapidamente, <i>e foi o que aconteceu</i> ” (p.18).

Narrador	<p>“Vasco Lourenço ou Melo Antunes [...] eram elementos fundamentais para o Movimento que estava a nascer. [...] o trabalho conspirativo dos militares não parou nem abrandou. Pelo contrário ganhou novo ânimo. <i>Os jovens oficiais</i> elaboraram o plano de operações, combinaram as datas e <i>deixaram criadas as condições para que o Movimento saísse Vencedor</i>” (p.22).</p> <p>[João e Teresa] “bebiam as suas palavras [...] com o entusiasmo emocionado de quem escuta uma história de <i>heróis</i> e de <i>príncipes valentes</i> que erguem as armas <i>em defesa dos que não podem</i> fazer ouvir a sua voz ou fazer valer os seus direitos” (p.23).</p> <p>“E na boca de toda a gente andavam os nomes [...] dos Capitães de Abril, <i>homens comuns, mas corajosos, a quem Portugal devia</i> agora, e para sempre, a euforia e a esperança da liberdade” (p.40).</p> <p>“Nos olhos dos militares havia sinais de cansaço profundo, mas havia também marcas inconfundíveis de alegria. Eles <i>estavam a viver e a fazer História, realizando pacificamente, sem sangue nem humilhação, o sonho de várias gerações de portugueses</i>, nascidos e crescidos em ditadura, sem conhecerem outra realidade que não fosse o medo, a desconfiança e o terror” (p.53).</p> <p>“A terra chamava-se Portugal e os capitães de Abril tinham sido os heróis da sua libertação” (p.54).</p>
----------	--

Tal como “Os jovens oficiais [que] elaboraram o plano de operações, [e] combinaram as datas e deixaram criadas as condições para que o Movimento saísse vencedor”, também lutaram com as suas próprias armas, de forma activa e interventiva, jornalistas, cantores, escultores e populares. O amigo jornalista, uma das personagens da diegese, explica que a canção escolhida para dar o sinal decisivo tinha de ser uma “canção cantada por alguém que simbolizasse os valores da Liberdade. José Afonso era a voz certa para o momento certo, e bem merecia ficar ligado , como de facto ficou , à transformação histórica que se deu na vida dos portugueses.[...] José Afonso escolheu uma canção que falava de amizade e de fraternidade, associando

esses valores a [...] Grândola, [...] ela viria a transformar-se, para milhões de portugueses e para estrangeiros de vários continentes, num verdadeiro hino internacional da liberdade.” As palavras de José Afonso “que diziam tudo o que era preciso ser dito nesses dias de libertação” fazem parte de uma memória que caminhará, sempre, a par da História Nacional. Os livros de História ou os livros de ficção onde se aborda a História podem contribuir para a construção de uma memória colectiva que será transmitida pelas gerações vindouras, se lhes for dado a conhecer os factos que transformaram um povo “aprisionado” num povo livre de ter as suas próprias ideias e delas falar publicamente.

Este livro destina-se, certamente a um público específico, ou seja, terá que ser um jovem ou um adulto com alguma experiência de leitura, pois as várias analepses, que têm com o principal intuito tudo contar, podem constituir um obstáculo à empatia texto/leitor. Não se tratando de uma intriga que progride de forma linear sequencial, não se cumpre a ordem natural de ocorrência. Assim, como existem várias retrospectivas, propusemo-nos construir para cada capítulo uma “linha do tempo” que pudesse atestar vários aspectos:

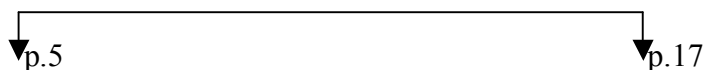
- (1) O dia 25 de Abril e os dias que se lhe seguiram merecem maior destaque;
- (2) O capítulo II trata o período anterior à Revolução e é o amigo jornalista que conta, em pormenor, como tudo foi preparado e organizado. Alguns relatos sobre o que aconteceu “algumas semanas antes” ocorrem fruto da memória do casal;
- (3) O capítulo III aborda alternadamente o *Durante* e o *Antes*;
- (4) O capítulo IV é o mais complexo, ou seja, são recorrentes os “flashback” que surgem ao ritmo das memórias de João.
- (5) O capítulo V remete o leitor para um período actual, *depois* do 25 de Abril de 1974.

Capítulo I

DURANTE o dia 25 de Abril de 1974.

Fase adulta de João (25 anos).

João e Teresa **ouvem pela rádio** e assistem ao que se está a passar em Lisboa:

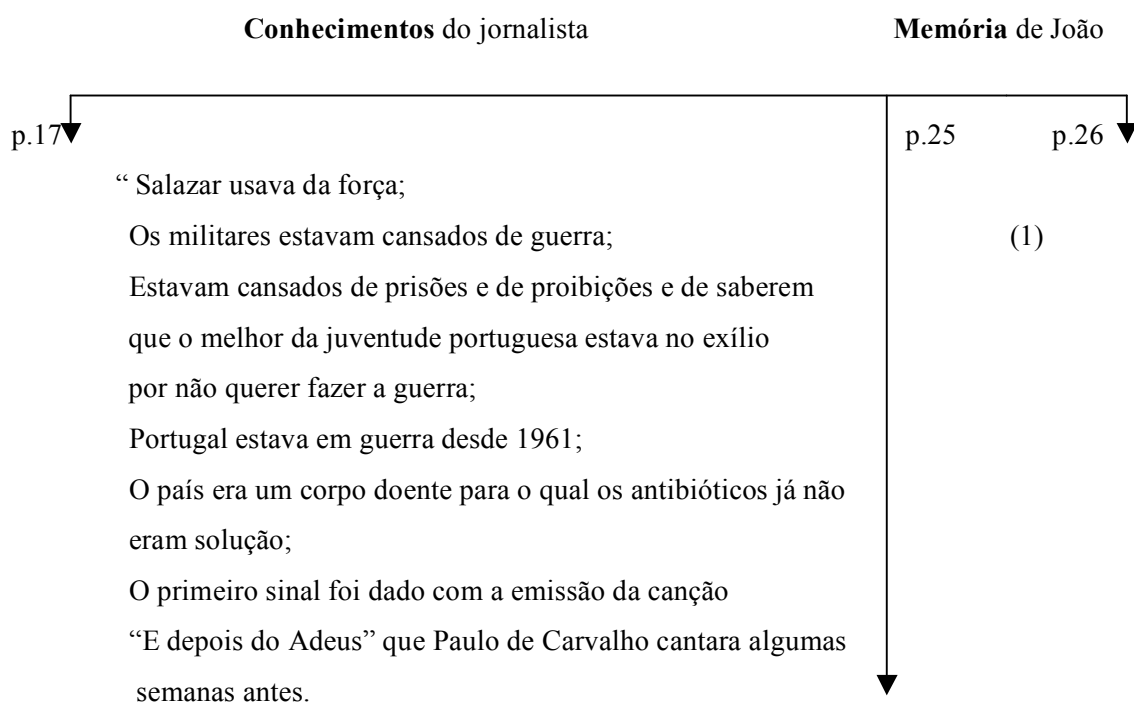


- “Estava a acontecer o 25 de Abril em Portugal” (p.8);
- “O Movimento das Forças Armadas tomou conta da situação militar e política em todo o país” (p.5);
- “Estão a ler comunicados na rádio [...] passar cantigas do José Afonso; p.5
- “a informação já não era censurada” (p.8);
- “*A meio da manhã* do dia 25 de Abril de 1974 [...], viram uns blindados[...] vindos da Escola Prática de Cavalaria de Santarém” (p.9);
- “Rendição de Marcello Caetano, chefe do governo deposto, e de Américo Tomaz, Presidente da República” (p.12);
- “Estavam criadas as condições legais para que uma junta Militar, encabeçada pelo General Spínola, assumisse o poder, tendo como principal apoio o Movimento das Forças Armadas.” (p.12)
- “*Ao fim do dia 25 de Abril*, ainda com as portas das prisões políticas por abrir e com a PIDE a retardar a sua rendição” (p.14).

Capítulo II

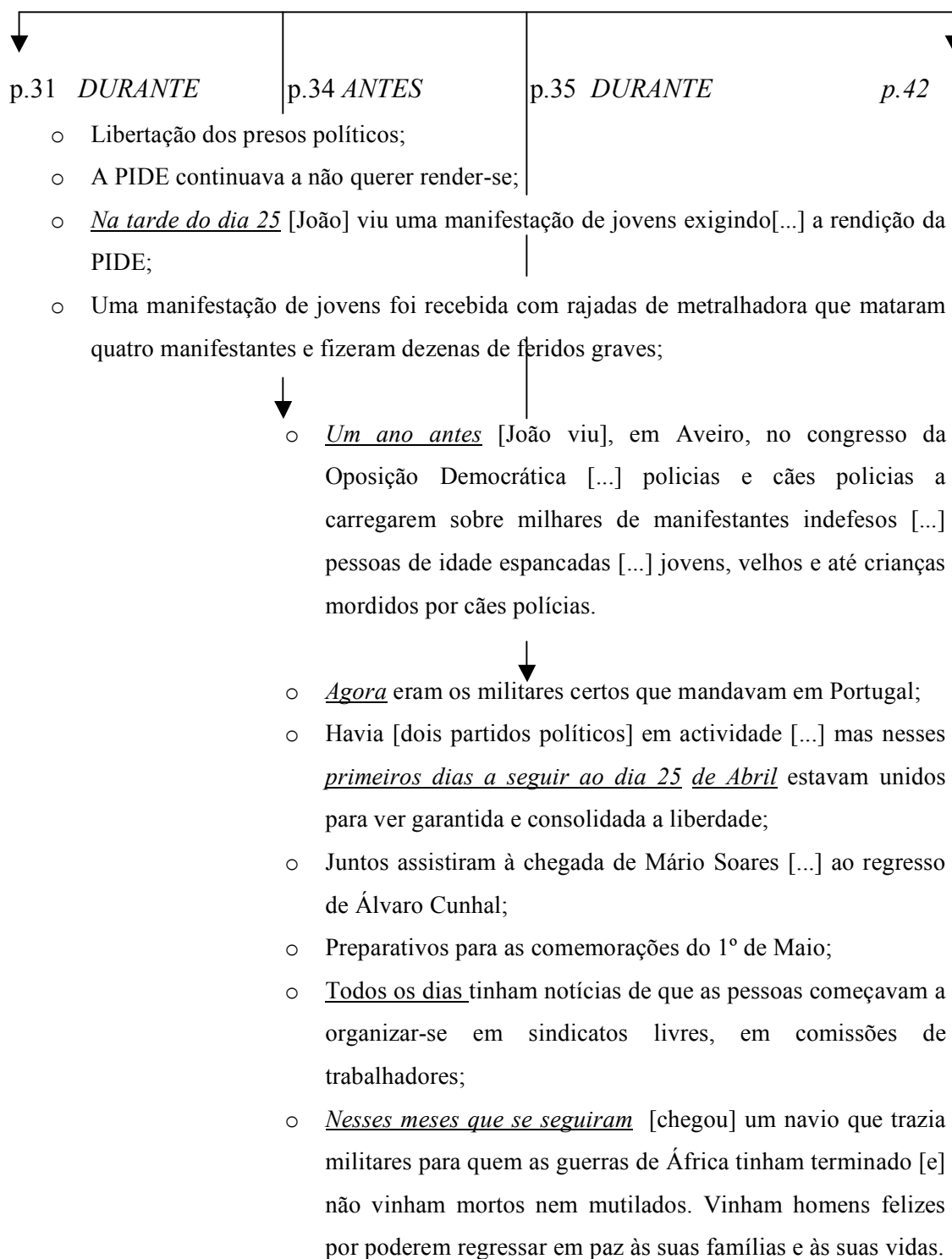
Como se formou o Movimento, quais as razões que levaram à Revolução, como e quando se escolheu a “senha”:

O ANTES

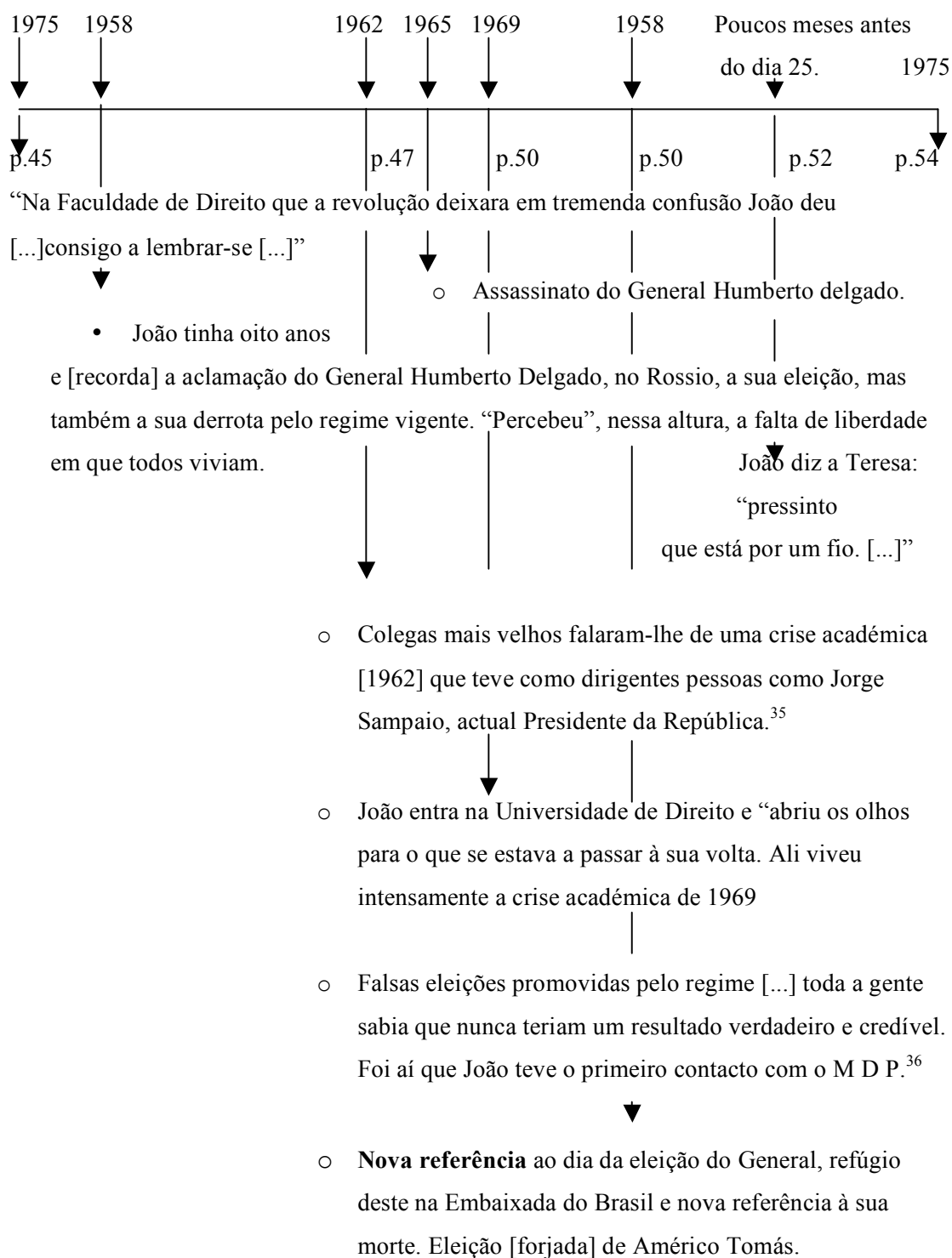


(1) A **memória** de João e de Teresa, permite o recuo de algumas semanas no tempo: “a 29 de Março de 1974. Eles tinham ido ao Coliseu dos Recreios assistir a um espectáculo organizado pela Casa da Imprensa [...]. Até ao último momento, a censura proibira todas as canções [...] Eles tinham a certeza que a escolha dos militares tinha sido feita nessa noite [...] nasceu ali a senha do movimento militar e popular” (pp.25-26).

Capítulo III



Capítulo IV



³⁵ Veja-se como esta referência temporal contextualiza, no tempo, o jovem leitor, face ao que é contado.

³⁶ Movimento Democrático Português. O recuo no tempo evidencia, de novo, o modo de vida dos portugueses num determinado período da Ditadura: a falta de dinheiro; a censura quer na vida privada quer na vida pública; as falsas eleições; a polícia que batia nos estudantes; a PIDE, o medo, a prudência, mas também, a indignação e a revolta.

Repare-se na particularidade do IV capítulo, cujo primeiro parágrafo situa a narrativa “num dia” após a Revolução, “na Faculdade de Direito, que a revolução deixara num tremendo estado de confusão [...] João deu consigo *a lembrar-se* de [...]” (p.45). Como podemos verificar pelo esquema apresentado, a memória traz ao presente vários momentos do passado que configuram situações difíceis, algumas delas já abordadas. No entanto, é importante para o leitor, do ponto de vista informativo, a chamada de atenção para as várias manifestações que iam ocorrendo nos vários sectores. Curiosamente, na página 53, a intriga volta a situar-se no presente pois o narrador retoma a ideia, várias vezes destacada, de que “foram os civis que deram aos Capitães de Abril a força do apoio popular [...]”. A descrição do herói é, do nosso ponto de vista, muito hábil, pois o narrador centra-se nos “olhos” que apresentam “sinais de cansaço” e sendo estes “o reflexo da alma”, como é adágio popular, apresentam-se como uma marca da sua humanização. O enaltecimento do herói deve-se ao facto de terem conseguido ultrapassar as barreiras impostas de uma forma tão singular: “pacificamente, sem sangue nem humilhação, o sonho de várias gerações de portugueses, nascidos e crescidos em ditadura, sem conhecerem outra realidade que não fosse o medo, a desconfiança e o terror” (p.53).

Ao longo de todo o livro, a constante preocupação do narrador em esclarecer o leitor leva-o a pormenorizar e a repetir com bastante rigor descritivo situações dramáticas que ocorriam durante a Ditadura. O olhar e as atitudes de João e Teresa conduziram o jovem leitor pelos meandros de uma peculiar revolução. As memórias do casal e as explicações do amigo jornalista permitiram várias incursões no passado e possibilitaram o conhecimento de um período “negro” da nossa História.

No último parágrafo do quarto capítulo, a título de conclusão de um ciclo que termina de forma bastante positiva, deparamo-nos com uma voz onisciente que se “desprende” da diegese para explicar, como se nunca fosse demais, as razões que conduziram à Revolução.

Atente-se, nos pormenores estilísticos usados na descrição das armas: as metralhadoras são personificadas; as antíteses paz/ guerra, esperança/conflicto mostram a diferença e particularidade do momento vivido, ou seja, a descrição mostra que as armas, ao contrário da imagem que costumam construir, podem servir para restabelecer a paz e a ordem. Procedeu-se assim, em nosso entender, a uma

desmistificação da revolução como um acto negativo e perspectiva-se aos olhos do leitor um incentivo cívico que conduz à luta pela mudança. Repare-se que é bem notória a subjectividade do narrador, ou seja, sente-se a sua emoção quando compara as armas a “um cravo de Abril”:

as metralhadoras já não precisavam de ir para África para cumprirem o seu destino negro[...] As armas e os blindados que estavam nas ruas do país eram de paz e não de guerra, eram de esperança e não de conflito.[...] Cada uma dessas armas era tão bela como um cravo de Abril a anunciar um tempo *novo* de direitos iguais e também de *novas* responsabilidades e *novos* desafios (p.54).

É bem evidente quando se mostra a diferença entre o “Antes” e o “Agora”, o orgulho na mudança e em quem a tornou possível: “E assim nasceu um novo dia em que, como cantava José Afonso, havia em cada esquina um amigo na terra da fraternidade” (p.54).

Sentimos a força de um discurso por vezes explicativo, mas acima de tudo apologético e engajado, como se tentasse cumprir uma missão envolvendo e comprometendo civicamente o público alvo: “A História é sempre assim: nunca é um facto isolado, é uma sequência deles que se explicam entre si, por vezes ao longo de décadas. As coisas nunca acontecem por acaso. Têm uma lógica e uma razão de ser” (p.54).

Como se as entidades nomeadas e os locais referidos não fossem o bastante para situar o leitor na História, este pode confirmar: “A terra chamava-se Portugal e os Capitães de Abril tinham sido os heróis da sua libertação. Abril deixava assim de ser apenas mais um mês no calendário para se transformar em sinónimo de liberdade.”

No último capítulo da obra, o discurso do narrador transfigura-se, surge carregado de amargura e desencanto, como se os ideais que defendia não se tivessem concretizado e Abril não se tivesse cumprido na totalidade. Todavia permanece o desejo de perpetuar Abril, constatando que se mantém a memória desse dia nas comemorações que continuam a realizar-se pela geração que viveu Abril.

A vida do casal tornou-se, em muitos aspectos, semelhante à de muitos outros casais da mesma geração. Tiveram ilusões e perderam-nas. Tiveram sonhos e conseguiram realizar alguns, enquanto outros ficaram para sempre adiados. [...] Mas, mesmo nos momentos de maior desencanto com a política e com os políticos, numa deixaram de se *recordar* daquela noite de Abril que tão profundamente transformou as suas vidas e de todos os jovens da sua geração” (p.59).

Mais uma vez, servindo-se das personagens da acção, pretende-se deixar nos jovens leitores uma intenção concreta, a vontade de que Abril seja reconhecido pelas novas gerações como algo de importante, como um acontecimento responsável pela conquista da liberdade, mudança fundamental na vida dos portugueses. Neste caso, com a atitude de Francisco, filho de João e Teresa, que entretanto cresceu e está na faculdade, procura-se mostrar que o 25 de Abril não pode passar despercebido e que os jovens deveriam, do mesmo modo que seus familiares, valorizar e perceber Abril.

Neste livro que tem o passado e o presente por matéria, o narrador “descreve” a relação familiar de Francisco, a atitude de todos face às convicções que possuem, o papel dos pais e da família na informação transmitida e a veiculação de “novos valores” sociais e culturais, tais como a liberdade e a democracia:

Na véspera do 25.º aniversário do 25 de Abril, o pai deixou-lhe uma mensagem na mesa de cabeceira, dizendo o seguinte: “*Francisco, não te esqueças que amanhã temos uma data importante para comemorar. Gostava que viesses comigo e com a mãe à manifestação popular que festeja o 25 de Abril. Não faltes.*”[...] Francisco [...] hesitou [...] Ele sabia que a data era importante, mas achava que não lhe dizia respeito [...] não lhe apetecia participar em festejos que achava serem de outra geração (p.60).

Do diálogo entre pai e filho surge a defesa de dois pontos de vista: a opinião dos que viveram a diferença e a opinião daqueles que não tomaram ainda consciência do valor da conquista que se efectuou, constatando apenas o que vivem e como vivem. Parece-nos, neste caso, que o narrador, apesar de não esconder a desilusão dos que realizaram e viveram Abril, pretende valorizar a liberdade conquistada, como uma garantia de que só por esse motivo valeu a pena a Revolução. Neste sentido, o pai apresenta ao filho vários argumentos que poderão convencê-lo, a ele e à sua

geração, a valorizar e a perpetuar Abril como uma mais valia, pois eles “são os beneficiários dessa liberdade” (p.63).

Têm, por isso, obrigação de lembrar esse dia guardando-o na memória para poderem, sempre, transmitir às gerações vindouras a feitura de uma Revolução histórica que trouxe novos valores de liberdade e democracia:

Vocês fizeram e viveram o 25 de Abril, mas a verdade é que eu não consigo arranjar emprego para poder ter casa e uma vida independente, cada dia vejo os ricos mais ricos e os pobres mais pobres e vejo também manifestações de racismo que achava que seriam possíveis com esta democracia. [...]

— Tens razão em muito do que dizes, [...] mas deves pensar que *a liberdade que hoje tu e a tua geração têm é fruto do 25 de Abril de há 25 anos*. Vocês [...] É verdade que há muitas coisas para resolver, mas também *é verdade que haveria muitas mais e seguramente mais graves se os Capitães de Abril não tivessem derrubado a ditadura*[...] O importante agora é que vocês percebam que esta data também é vossa e que façam vossos os valores que ela representa. [...] A única coisa que te peço é que faças sempre teus os valores e os princípios que o 25 de Abril apresentou e que, um dia, contes aos teus filhos tudo aquilo que eu várias vezes te contei, quando te levei a visitar os lugares onde o 25 de Abril aconteceu e se tornou vitorioso (pp.63-64).

Constatámos, ao longo da obra, que a História e a Memória caminharam lado a lado havendo sempre, por parte do autor, a preocupação de evidenciar os factos mais marcantes, no sentido de mostrar e explicar, aos mais jovens, o que de facto aconteceu. Percebemos, do mesmo modo, uma inquietação constante no sentido de mostrar, através da escrita, a importância de preservar, transmitir e perpetuar os valores e os princípios que levaram tantos homens e mulheres a lutar por uma causa que à partida parecia impossível de concretizar. Assim, tornou-se relevante o papel que o autor atribui à família na transmissão de experiências que teve, por as ter vivido, quer através de relatos do que ouviu contar, quer no envolvimento activo em comemorações³⁷ “mais populares, alegres e viradas para a juventude”.

A este propósito achamos curiosa a opinião de José Matoso: “Para mim a História não é a comemoração do passado, mas uma forma de interpretar o presente.

³⁷ A referência às comemorações parece-nos intencional, pois pensamos deslindar uma crítica ao modo como se comemora o 25 de Abril de 1974.

Ao descobrir a relação entre o ontem e o hoje, creio poder decifrar a ordem possível do mundo, imaginário, por ventura, mas indispensável à minha própria sobrevivência, para não me iludir a mim mesmo no caos de um mundo fenomenal, sem referências nem sentido” (1997: 22).

No que concerne ao papel fundamental da memória, quer individual quer colectiva, em nossa opinião “mentora de uma identidade”, Ricoeur propõe que a interpretação entre “memória colectiva” e “memória individual” está assegurada por um “lien transgénérationnel”, tal como a ampliação do horizonte temporal, que consagra a noção de memória histórica, assenta numa medida destacada no papel dos relatos recebidos dos antigos da família” (2000: 517).

Julgamos perceber que José Jorge Letria se identifica com João. Tal como ele, orgulha-se dos jovens, mostra confiança neles e os incentiva-os a “viver Abril” quando escreve: «acredito na juventude e sei que ela vai continuar a manter esta memória viva, pois ela é a garantia de que a liberdade e a democracia estão de boa saúde em Portugal» (p.65).

Após a leitura e análise deste “conto”, atrevemo-nos a classificá-lo de “histórico” porque consegue, em nosso entender, e como diria João Medina a propósito do romance histórico, «evocar, com autenticidade, justeza e efectiva compreensão do passado, o que foi vida colectivamente vivida num dado tempo, porque logra reconstruir, como cenário, espírito, atmosfera, mentalidade, ou mera vivência epocal, o que foi realidade» (1993:40).

4.4. 25 de Abril, Quase como um Conto de Fadas — Terras e gentes do Alentejo

Este pequeno conto inicia-se, deliciosamente, com a voz de um “eu” que descreve o lugar onde se encontra, na companhia do pai, da mãe, do avô e dos irmãos. A descrição do ambiente em que as personagens convivem possibilita várias interpretações, contudo o jovem leitor fará certamente uma leitura mais linear, mais inocente e concluirá, apenas, que a história se passa num lugar quente, com muito sol, isto é, um lugar onde os “corpos fazem desenhos no muro. Uma dança de roda sobre o muro.”, mas um leitor mais experiente, poderá, pelo contrário, ler nas entrelinhas e perceber a intenção comunicativa do texto. Este deliciar-se-á com o simbolismo das palavras, com o sentido e a expressividade das metáforas, das enumerações e das antíteses que conduzem, indubitavelmente, a uma outra interpretação:

saímos da sombra e expusemo-nos ao sol, eu, meu pai, minha mãe, meu avô e meus irmãos. O sol no prado, junto ao muro, na erva nova, no silêncio que parece um pasmo. Pasmado de como crescem aqui estas flores de ouro, como abrem ali aquelas tão vermelhas e como os nossos corpos fazem desenhos no muro. Uma dança de roda sobre o muro.[...] Brincámos toda a tarde, entrar e sair da sombra e expor o corpo ao sol no prado. Quando as nossas sombras se juntam no muro, ao fim da tarde, lembram-me um cravo vermelho (s.p).

A relação antitética sombra/sol pode significar a passagem de um regime a outro, ou seja, a mudança na vida das pessoas, que a “Revolução dos Cravos” proporcionou. O sol, o prado, a erva nova, o silêncio, as flores de ouro e sobretudo a associação que o “eu narrador” faz quando associa as sombras ao “cravo vermelho” transportam-nos para um tempo novo e um lugar apazível onde a “memória do 25 de Abril” exuberava para se transformar numa “verdade” e numa harmonia partilhada por três gerações representadas, neste conto, pelo avô, o pai e a mãe, o menino e os irmãos. Quando falamos em “verdade”, referimo-nos à credulidade que transborda do texto através da repetição dos deícticos pessoais e possessivos da primeira pessoa do singular ou através do diálogo entre o narrador e o leitor: “— Sorrindo e acariciando os *meus* cabelos, o *meu* avô *pôs-se a recordar*” (s.p).

A situação geográfica onde se encontram as personagens e o apontar para determinados lugares identificando-os com os sítios onde, no passado, a acção ocorreu confere consistência e verosimilhança ao que é narrado: “num monte como *aquele além* [...]” (s.p). Amplia esta “verdade” o valor da expressão “pôs-se a recordar”³⁸ que concede ao discurso do avô/narrador uma indubitável credibilidade. Por outro lado, a construção da personagem que transmite o saber, o avô, faz-se de forma bastante positiva, pois é uma pessoa que sorri e acaricia os cabelos do neto como se houvesse a intenção de mostrar o papel protector dos mais velhos, assim como a sua responsabilidade na construção e preservação de um futuro melhor e mais tranquilo. Neste sentido, julgamos que não é por mero acaso que se destacam situações de afecto e confiança quando o menino, tranquilo e feliz, se entrega às palavras dos contadores da história: “- Deixa-me deitar a cabeça no teu colo e conta-me um conto dos teus.” ou “Enrolei-me no corpo de meu pai como a noite se enrola, na terra, num xaile de erva sobre o prado, e o meu pai, comigo nos braços começou: -Ao romper do lindo sol, era uma vez [...]” (s.p).

Estamos, assim, perante dois tempos narrativos: o tempo das lembranças do narrador criança, que serve de suporte à diegese principal, e o tempo das memórias do avô e do pai, os contadores da “História na história”.

Deste modo, a mudança dos tempos da narrativa concretiza-se, sobretudo, ao nível do espaço psicológico, pois o avô começa por salientar a diferença entre aquela noite, após Abril³⁹, e a longa noite que serve de palco à história da História, ou seja, as noites antes da Revolução. Para mostrar a diferença entre essas duas realidades, parece-nos extremamente significativa a comparação estabelecida pelo avô, logo no início da sua exposição:

Era assim, numa noite em nada igual à de hoje. [...] o teu avô aguardava estirado no meio da seara, num monte como *aquele além*, a chegada do mensageiro [...] Um naco de pão, meia dúzia de azeitonas e as oliveiras carregadinhas. Era assim naquele tempo. Ainda me lembro! no dia anterior, a tua avó dera à luz o Joaquim! Meia hora

³⁸ Para o que pretendemos analisar, parece-nos importante salientar os significados do verbo recordar: reviver, lembrar, evocar, memoriar...

³⁹ Veja-se a beleza desta noite, depois de Abril: “Quando a lua se vestiu com cristais de sol a noite ficou numa imensa manta de brilhantes retalhos”.

antes do menino nascer, ainda estava no arroz atascada até à cintura. [...] — Ainda a ouço, aqui nos meus ouvidos” (s.p).

Por isso, a pergunta anteriormente formulada pela criança: “Porque é que há tantas estrelas no céu? Umas pequenas, outras grandes, agora que a noite avança são tantas, tantas, tantas...é uma para cada um de nós, avô?” afigura-se-nos bastante expressiva e com o forte propósito de evidenciar um tempo presente onde a tranquilidade e a bonança parecem ter imperado.

Ultrapassada esta fase introdutória, a história do 25 de Abril, perpetuada por esta família⁴⁰, surge aos olhos do jovem leitor de uma forma bastante singular, pois é a única obra do nosso *corpus* que aborda a questão situando a diegese no espaço rural.

A preferência pelo campo, que facilmente identificamos como sendo o Alentejo, e a escolha da figura do avô como o “primeiro contador”, servem com proficuidade o propósito de quem resolveu “abordar Abril”, evidenciando a vida difícil dos mais humildes em terras onde abundavam “as searas, os montes e as oliveiras carregadinhas”.

O que percebemos ao longo desta escrita, é de certa forma a mágoa da aspereza da vida, mas sobretudo a memória dos momentos de esperança associados aos actos de coragem dos homens que ousaram arriscar-se em prol dos seus ideais: “[...] aguardava estirado no meio da seara, num monte como aquele além, a chegada do mensageiro que transportava um tesouro dentro de uma caixinha de madeira.”

Como todos sabemos, o mensageiro foi uma figura fundamental no “palco de Abril”, mas o nosso estudo permitiu-nos constatar que apenas aparece retratado, em *25 de Abril como um conto de fadas*. Na opinião do narrador, o avô, eram “*Grandes homens aqueles*, durante anos a fio esconderam-se e aproveitavam a noite para nos ensinar a pensar a nossa vida.[...] *Grandes homens! Eles bem diziam* que um dia não haveríamos de precisar da noite para nos escondermos” (sublinhados nossos). A construção anafórica e a superlativação evidenciada através da colocação do adjectivo antes do nome atribuem aos mensageiros um lugar de destaque nesta história de Abril, pois foram homens valorosos que lutaram com perseverança, “anos a fio”, escondendo-se para transportar “um tesouro dentro de uma caixinha de madeira”. A

⁴⁰ Como se pode verificar nos textos abordados, é recorrente a ideia de que cabe à família a missão de “perpetuar Abril”.

constatação do avô, “Eles bem diziam...”, permite mostrar a passagem do tempo e provar que esses homens tinham razão, pois graças à sua coragem e persistência, a censura e a manipulação das vontades fazem parte do passado. Os mensageiros são, aos olhos do narrador/avô, heróis que lutaram sem trégua pela conquista da liberdade.

Algumas das realidades retratadas neste texto são para os jovens de hoje verdades apenas virtuais, todavia a palavra escrita tem a capacidade de as renomear, de as trazer ao presente e mostrar a que custo elas deixaram de nos pertencer. Assim,

as chamadas conquistas de Abril, as mil vezes celebradas liberdade e democracia, só serão suficientemente apreciadas e entendidas se percebermos que elas não são um dado natural, que nem sempre existiram como uma espécie de fatalidade. Foram uma conquista; nasceram de uma ruptura violenta com um regime que sufocou esses valores e, por isso mesmo, têm também uma história e um passado (Cruzeiro e Monteiro, 2000: 79).

Neste momento, parece-nos importante salientar que a liberdade é um dos valores que trespassa todas as obras da literatura Infanto-Juvenil que têm por tema o 25 de Abril. Tal como a liberdade — em *O Tesouro*, vista por todos os habitantes como um bem valioso a reconquistar — também aqui o direito de pensar, o direito às notícias de luta e resistência, o direito de ler os jornais “que traziam dizeres” e que aproximavam a “terra ao abandono” do resto do país eram um tesouro para “esta gente” que aguardava com ansiedade notícias e ecos de solidariedade. O uso do diminutivo em “caixinha de madeira” e “malinha cheia de jornais” expressa bem o carinho que esse povo sentia pelo mensageiro, tão esquecido quando se pretende transmitir aos jovens o significado da Revolução de Abril.

Por se tratar de um texto para um público mais jovem, a questão da PIDE é abordada de uma forma bastante singela, pois apenas é dito que o António, o mensageiro, “tinha sido preso pela PIDE, mas os mensageiros continuaram a chegar com a malinha cheia de jornais, traziam dizeres, notícias que se a gente não lera nunca houvera de saber o que se passava por esta terra ao abandono”. Apreende-se, todavia, o essencial, percebe-se que a PIDE prendia quem podia informar ou podia ensinar a pensar a vida e “pensar a vida”, neste contexto, remete-nos para algo de extremamente proibido, pois constatamos pela leitura de outras obras que o que se

pretendia era levar as pessoas a pensar que, neste país, tudo corria bem e sem problemas:

logo de pequenos éramos ensinados a dizer bem. E a obedecer. Se a aprendizagem não começava na família, iniciava-se nos bancos da escola. Dizer bem da Pátria que tão importante papel tinha no mundo; dizer bem dos heróis exemplares que fizeram de Portugal uma nação tão grande [...]era ela [a censura] que, ao fim e ao cabo, tinha o perverso e ilimitado poder de filtrar, separar, organizar, e finalmente nos devolver, da própria realidade, aquilo que lhe convinha. Como uma gigantesca central, ela decidia da verdade e da mentira... (Cruzeiro e Monteiro, 2000: 27).

Na sua história, para relembrar Abril, o avô selecciona a questão da guerra em África. A dura realidade, contada pelos mais velhos, surge aos olhos desta criança como algo de estranho: “— conta-me a história dos homens que pareciam cavalos que voavam no escuro, naquela madrugada em que eu nasci.” Será certamente com espanto e dúvida que muitos jovens entenderão esta parte da nossa História Nacional, mas é indubitavelmente o confronto entre o passado e o presente que permite a justa valorização do que foi conseguido.

Assim, mais uma vez, a História é contada tendo em conta os sentimentos e as motivações de quem a viveu. Sucintamente, são abordados aspectos fundamentais: a solidão, a desertificação da terra e o desamparo da família, o medo e a dor de quem tinha familiares na guerra, a impotência perante a situação criada pelos governantes, ou seja, ao nascer os jovens estavam predestinados a cumprir uma guerra imposta, com a qual não concordavam:

Na aldeia, toda a mocidade abalara para a guerra. Em navios partiam de Lisboa. O teu pai também por lá andou durante três anos. Desde o primeiro dia a tua mãe e a tua avó bordaram a colcha de renda com o pensamento em África, cada laçada uma lágrima e a colcha ficou cheia de soluços. [...] todos os meses no escuro, para me entreter falava com as formigas, as flores, as pedras . [...] Assim, o tempo passava mais depressa e os sustos ficavam mais levezinhos (s.p).

Constatamos, uma vez mais, que a Literatura tem um contributo fundamental na transmissão da História e na forma como a mensagem pode ser compreendida e

sentida pelo leitor. Também neste excerto, como ao longo de todo o livro, a beleza da linguagem contribui para mostrar a posição e os sentimentos do narrador que pretende transmitir a dimensão da tragédia. O leitor, mais ou menos sensível à beleza estética do texto, fará a sua leitura e criará a sua própria imagem e entendimento do que aconteceu. Por isso, quando no texto se fala da colcha de renda e se interpreta a metáfora soluços/altinhos da renda, a criança poderá verificar, visualizando a colcha, que os altinhos que constituem a peça de renda são inúmeros e assim poderá perceber e “medir” o tamanho da dor sentida pela mãe e pela avó.

Por outro lado, quando visualizamos, através da enumeração, a atitude do avô que brincava com as “formigas, flores, pedras” para passar o tempo e não pensar tanto na desgraça julgamos perceber a impotência do avô perante a autoridade e a prepotência de quem tem o poder. Indubitavelmente são muitas as interpretações possíveis acerca da postura do avó, estirado no chão a aguardar notícias, poderá ser encarada por cada leitor de formas diferentes. Tratando-se de um livro para um público jovem, este terá certamente outras interpretações, mas importante será o envolvimento do leitor. Louise Rosenblatt refere-se a este tipo de leitura, com preocupações estéticas, como aquela que de alguma forma comove. Na sua opinião, “Un propósito estético requerirá que el lector preste más atención a los aspectos afectivos. A partir de la mezcla de sensaciones, sentimientos, imágenes e ideas se estructura la experiencia que constituye la narración” (1995: 60).

Em determinado momento da narrativa, quando recorda a ida do filho para África, o avô adormece. Curiosamente, a pedido do menino, a história prossegue com um novo narrador. Parece ter havido uma passagem de testemunho, como se houvesse memórias partilhadas pela família, uma cumplicidade na “obrigação” de transmitir o passado. O pai “pega na ponta do fio” e conta a História acrescentando algo de novo, enfatizando o facto dos soldados serem jovens e quererem acabar com a guerra: “— Há dez anos, era uma vez um menino soldado, muitos meninos soldados que quiseram acabar com a guerra e com o medo” (s.p).

Repare-se que a cada passo da história, à medida que se seleccionam os factos da narrativa, “sobrevivem” sentimentos que parecem “galgar” gerações para assim mostrarem a verdadeira dimensão do vivido: a esperança, o medo, a dor da ausência.

Um outro aspecto, que nos pareceu relevante para mostrar à criança/crianças leitoras a veracidade do “contado” e a importância do fim da guerra em África, prende-se com a localização no tempo, “dez anos após o 25 de Abril”, e com a exclamação do menino ouvinte, “— Pai, eu tenho dez anos como a história do soldadinho! [...] — Eu já não vou à guerra, pai?”, que constata que o acto desses soldados modificou o seu futuro. Percebemos que é possível, por pertencer à mesma faixa etária, que o jovem leitor se identifique com a personagem, é possível que este se interrogue e chegue à conclusão que deve algo a esses militares e a todos aqueles que mudaram o rumo da História do seu país.

Para mostrar a acção dos soldados (curiosamente, o protagonismo é atribuído aos mais fracos hierarquicamente e não aos capitães), o discurso do narrador torna-se hiperbólico:

os soldadinhos ficaram no coração da nossa memória. Foi com a força daqueles que pudemos tomar as terras e organizar a nossa cooperativa, transformámos o mato em lindas searas, abrimos a estrada que nos leva à vila, fizemos festas, construímos a creche onde tu andaste e arranjámos a escola primária. Havia trabalho e comer para todos.

O uso da primeira pessoa do plural e a predominância de verbos no pretérito perfeito do indicativo evidenciam as várias acções empreendedoras do povo que desejava, há muito, concretizar a “reforma agrária”, no Alentejo. Contudo, é bem evidente que só se passou do desejo à concretização graças ao 25 de Abril de 1974, ou seja, graças aos soldados que deram forma aos sonhos que há muito fermentavam naqueles que tinham “um naco de pão, meia dúzia de azeitonas”, mas viam “as oliveiras carregadinhas”.

Verificamos que predominam neste conto aspectos que se prendem com a memória e a sua transmissão a outras gerações, ou seja, as lembranças do avô, uma autoridade incontestável, são apresentadas através de repetições anafóricas (“Era assim...”; “Ainda me lembro!”) ou através de expressões que mostram que as sensações visuais e auditivas podem permanecer ao longo dos anos, de forma muito intensa: “Ainda a oiço, aqui nos meus ouvidos” (s.p).

Deste modo, apuramos que o afecto está intrinsecamente ligado ao acto de contar, pois existe a preocupação em mostrar que este menino tinha o hábito de se “enrolar” no colo do avô e do pai para ouvir histórias. Essa simbiose entre o contador e o ouvinte permite que a imaginação e a criatividade se tornem excelentes e úteis muletas quando se pretende transmitir a verdadeira dimensão do real. A magia da palavra, oral ou escrita, cativa o pequeno ouvinte/leitor para histórias que nunca deixaram de estar fortemente ancorada na realidade: “— Pai conta-me a história dos homens que pareciam cavalos que voavam no escuro, *naquela madrugada em que eu nasci*”. E é nesse desprendimento que a criança se disponibiliza para ajuizar sobre o que foi dito retendo na sua memória a verdadeira mensagem do texto. É o que acontece com *25 de Abril quase como um conto de fadas* : o jovem leitor contacta com a beleza do texto literário, mas apercebe-se através da intriga que o seu país nem sempre foi o que hoje é e foi preciso a coragem de muitos para que a mudança se fizesse.

Retomando a ideia conduzida pelo título, “quase como um conto de fadas”, talvez possamos constatar que se pretende passar a imagem que a Revolução de Abril trouxe, mudanças positivas na vida das pessoas mais desfavorecidas. Afloram-se aspectos que se prendem com o fim da censura, o fim da guerra em África, a reforma agrária e a construção de creches, escolas, cooperativas e estradas. Todavia, o vocábulo “quase” vem destabilizar o excesso de optimismo e mostrar algum desencanto que aflora dez anos após o 25 de Abril de 1974: “nem tudo depois foi como um conto de fadas”.

O texto termina como se se fechasse um ciclo, ou seja, como se a memória tivesse a capacidade de desenhar e desvendar a realidade tal como o sol no muro. A família reaparece junto ao muro e a sombra, que mostrava inicialmente um cravo vermelho, apresenta agora um soldadinho com uma espingarda carregada de cravos e um menino pela sua mão: “o sol fez desaparecer o desenho, [...] desenha novamente os nossos corpos no muro, o meu, o de meu pai, minha mãe, do meu avô e dos meus irmãos” e tudo volta ao presente.

A imagem do “Soldadinho com a espingarda carregada de cravos” será certamente, num texto como este, a metáfora que expressivamente simboliza a paz e a singularidade de uma revolução como a nossa. Não foi de modo algum esquecido o

valor da metáfora e da imagem na configuração do mundo, quando se trata de um texto e de uma mensagem destinada a um público mais jovem.

4.5. *Vinte Cinco a Sete Vozes* — Visões entrecruzadas

É referido, na página que antecede o frontispício de *Vinte Cinco a Sete Vozes*, de Alice Vieira, que este volume faz parte da Coleção Caminho de Abril e que “resulta de uma iniciativa da Editorial Caminho com vista a assinalar o 25.º Aniversário do 25 de Abril. Para o materializar, convidou a editora um conjunto de autores, quase todos publicados pela Caminho a escrever um texto de ficção que tivesse como tema, de forma directa ou indirecta, o 25 de Abril de 1974”.

Este livro estrutura-se em sete capítulos que configuram sete “vozes” que falam de Abril. Deparamo-nos com sete “narradores” que testemunham, na primeira pessoa, o seu conhecimento sobre Abril a uma jovem que tem como pretexto recolher informações para uma teste sobre a Revolução dos Cravos.

O 25 de Abril é sem dúvida o assunto fundamental, mas é também a linha condutora que permite abordar outras questões como: o desconhecimento que os jovens possuem sobre um acontecimento histórico que tanto contribuiu para mudar o quotidiano dos portugueses; os hábitos de leitura; as relações familiares e o papel que a família desempenha na aprendizagem dos filhos; a escola e o seu contributo na formação cívica dos alunos; o empenho e o envolvimento de alguns professores ...

Esta narrativa, como já foi referido, centra-se num período importante da História de Portugal e “coloca-nos o problema da representação ficcional da História e do diálogo passado/presente para a reelaboração do imaginário cultural” (Pires, 2005: 249). Configura-se uma forma curiosa de abordar Abril, ou seja, sete personagens da ficção são levadas a dar o seu testemunho sobre Abril. Assim, cada um dos aspectos escolhidos para falar desse período constituiu uma peça fundamental para melhor se compreender o descontentamento dos portugueses e os motivos que desencadearam a Revolução. É a memória dos que viveram Abril que permite a incursão dos leitores no passado, levando-os à análise crítica do que aconteceu e à avaliação desse acontecimento histórico como um marco que estabelece fronteiras entre o que fomos e o que somos enquanto portugueses.

Se reflectirmos sobre a escolha das personagens da ficção, (o Paulo Jorge; a Madalena, a professora de Inglês; o pai do Paulo Jorge; a professora mais velha; a

Sónia e o avô da Madalena) verificamos que todas elas foram “construídas” tendo em conta uma estratégia narrativa. O facto de as personagens pertencerem a faixas etárias e classes sociais distintas contribui para que se tenham várias focalizações, vários pontos de vista e conseqüentemente uma visão mais alargada e plural do modo de pensar e sentir de uma sociedade, em determinado momento. Curiosamente, verificamos que as figuras femininas, neste caso em maior número, contribuem, tal como as figuras masculinas, para o conhecimento de Abril de 1974.

Neste texto, a ficção serve de palco à História, são os factos que se desvendam através das emoções, dos sentimentos e dos afectos, mas se “ a leitura histórica, feita por via do romance, chegar a ser uma leitura crítica, não do historiador mas da História, então essa nova operação introduzirá, digamos, uma instabilidade, uma vibração, precisamente causadas pela perturbação do que poderia ter sido, quiçá tão útil a um entendimento do nosso presente como a demonstração efectiva, provada e comprovada do que realmente aconteceu” (Reis, 1995: 501).

Vinte Cinco a Sete Vozes destina-se a um público jovem, por isso realiza, recorrendo a diversas estratégias para envolver o leitor, “um meio fundamental para a transmissão de representações e imagens, meio que se torna tanto mais eficaz quanto actua de maneira mais informal que lhe permite transmitir normas, comportamentos e valores, sem que o público-alvo percepcione os seus objectivos encobertos” (Proença, 2000: 11).

Esta narrativa constrói-se tendo como ponto de ancoragem o espaço escolar e a família, meios privilegiados à permeabilidade e troca de ideias e conhecimentos. Uma jovem estagiária, que pretende fazer um trabalho sobre o 25 de Abril, começa por abordar um jovem que nada sabe sobre o 25 de Abril de 1974 e é a partir daí que de personagem em personagem, todas elas heterogéneas, se descobre o que elas sabem, o que elas pensam e o que elas sentem.

Todavia, não podemos olvidar que é o “conhecimento sobre o 25 de Abril” que serve de motivo para um percurso curioso, pois a informação avoluma-se, a emoção adensa-se à medida que se vão ouvindo os mais velhos. A procura de respostas permite que se ouçam várias “testemunhas” que afluam o tema contando as suas histórias individuais, ou seja, trata-se de avivar as memórias de cada um, pois trata-se de uma herança colectiva que compete a todos perpetuar.

O primeiro capítulo deste livro cumpre indiscutivelmente vários objectivos, mas mostra, acima de tudo, uma grande habilidade para atrair um público jovem, ou seja, “a autora tem uma extrema facilidade em sugerir ambientes bem conhecidos dos jovens de hoje [...] As personagens dos seus livros lidam com os mesmos problemas que preocupam todos os adolescentes, as mesmas aspirações, os mesmos devaneios, tudo o que caracteriza a juventude. Desta maneira, os leitores aderem à intriga e identificam-se com as personagens” (Blockeel,2001: 67). Não podemos descurar outros aspectos que constituem uma mais valia, quando se trata de motivar os jovens a prosseguir a leitura, ou seja, o discurso oralizante que percorre todo o texto, a estranheza perante situações caricatas, as constantes perguntas retóricas que orientam o discurso dos “falantes”.

Assim, os dois primeiros capítulos constituem-se como um incentivo para o prosseguimento da leitura, ou seja, o leitor é surpreendido com uma linguagem e um ambiente que lhe são bastante familiares:

Bruto gravador, minha! Isso é para quê? Para um trabalho que queres fazer? [...] Gramava bué aparecer num programa de televisão [...] A minha mãe havia de gostar” (p.9);

Ela é vidrada em televisão, minha! [...] A setôra de Português viu o programa e veio para a aula furiosa, a dizer que ele devia ter vergonha na cara, e que ao menos escusava de dizer o nome da escola onde andava” (p10);

tás a ver a cena, [...] as nossas chavalas são tão ignorantes nós” (p.11).

Curiosamente, acresce verificar que a cada tipo de falante, dependendo do estrato social a que pertence, se adequa uma linguagem que lhe é própria. Se lembrarmos o mérito atribuído a Gil Vicente ou a outros artistas por terem conseguido retratar as várias classes sociais do seu tempo, distinguindo-as, também, pelo modo como falavam, não podemos deixar de valorizar o mesmo feito, tão perceptível, em *Vinte Cinco a Sete Vozes*. Julgamos que se trata de uma estratégia narrativa que tem por virtude “aproximar” os jovens dos livros, pois é conhecida a dificuldade em conquistar adeptos numa sociedade onde impera a televisão, o cinema, o computador, a Internet. Se pensarmos no mal estar que o silêncio impõe, nas camadas mais jovens, podemos conceber a dificuldade de concentração perante a mensagem escrita onde as

“cenas estáticas” prevalecem. Por isso, nesta história/História sobre Abril, o dinamismo está patente na multiplicidade de vozes; na pluralidade de abordagens, mas sobretudo na panóplia de sentimentos que por si só retratam Abril. Repare-se que o pai do Paulo Jorge explana com facilidade as suas inúmeras recordações sobre o que passou antes da revolução, mas ao tentar descrever o dia 25 de Abril encontra uma frase que resume a grande mudança “ E quando me falam do 25 de Abril, cá para mim digo sempre:«Foi o dia em que o meu pai deixou de bater na minha mãe»” (p.42).

Assim, em *Vinte Cinco a Sete Vozes* as personagens espelham com rigor o espaço social a que pertencem, ou seja, a sua forma de pensar e de agir confere-lhes traços psicológicos que as integram num determinado “tipo social”. Ao criar estas personagens com vozes tão heterogéneas, Alice Vieira não necessitou de “explicitar críticas na voz de «narradora primeira» porque consegue exercer uma crítica social, política [...] «por dentro» dos próprios acontecimentos e através da postura que cada personagem assume” (Pires,1999:47).

Neste aspecto, os dois primeiros capítulos mostram-se, de igual modo, extremamente importantes se compararmos os seus protagonistas, o Paulo Jorge e a Madalena, a aluna que sabe muito sobre todas as coisas. O primeiro adolescente, cujo nome só é referido dezoito páginas mais tarde, personifica os jovens com outros interesses que não a escola, os jovens onde a família se descarta do seu papel formador, os jovens que se deixam influenciar pelos grupos que vêm com maus olhos os alunos estudiosos e com bons resultados. Assim, os leitores poderão rever-se nestes dois adolescentes, mas poderão acima de tudo reflectir com quem se identificam e o que fizeram para estar de um lado ou de outro:

A Madalena é que sabe, de certeza que sabe, a Madalena sabe sempre tudo. Por isso é que a malta diz que ela é beta. Invejas podes crer. Até eu, às vezes, também alinho. Sabes como é, se a malta começa a gozá-la, eu tenho de gozar também, senão os tipos voltam-se contra mim, isto é assim mesmo, se a gente pertence ao grupo tem de alinhar com eles em tudo (p.14).

O Paulo Jorge assume a sua ignorância, assume que desconhece o significado da efeméride quando se fala do 1º de Dezembro, do 5 de Outubro, do 25 de Abril ou de qualquer outro feriado Nacional, mas aponta também a ignorância dos colegas⁴¹:

A setôra de História também nos perguntou hoje se a gente sabia o que era o 25 de Abril, e nós, tás a ver a cena, nós todos a olharmos para o parceiro do lado, e para o de trás, e a darmos cotoveladas uns aos outros, «ó pá, diz tu , que é que sabes», «sei nada, tas a sonhar?», «então o teu pai tem uma data de livros na estante, que eu bem vejo quando lá vou», «ó pá, aquilo é só para enfeitar!», e as miúdas também se encolheram todas [...] as nossas chavalas são tão ignorantes como nós. Então a setôra, já sem paciência, «mas o que aconteceu no 25 de Abril de 1974?» e de repente, o A.Xis, que desde essa história da televisão tem a mania que é artista, levanta-se e diz «foi o 5 de Outubro, setôra! », e a setôra até parecia que rebentava, e saiu da sala (pp.11-12).

É inquestionável o conhecimento da realidade por parte de quem escreve, só alguém habituado a lidar com os jovens tem uma percepção tão real do que de facto acontece no meio escolar e da mensagem sobre a escola e os professores, por vezes negativa, que a família passa, sem pejo, para os seus educandos. Por tudo o que nos é dado ler, torna-se inquestionável que por detrás do jovem narrador, transparece, nas entrelinhas, a voz de um narrador experiente, omnisciente, que não se inibe de “levantar” questões, ou mostrar a sua posição quando, em parte, tenta desculpabilizar os jovens pouco atentos e “ignorantes”, atribuindo a terceiros (talvez à escola, mas certamente à família e à televisão) uma grande parte da responsabilidade na formação cívica e cultural dos jovens.

As primeiras páginas deste livro levam-nos a perceber que algumas famílias, que pertencem a um extracto social mais baixo, delegam na escola toda a formação dos seus filhos. Desfasados dos novos desafios do ensino, ou julgando que a

⁴¹ Talvez possamos deduzir que estamos perante uma consequência da alteração dos programas, na disciplina de História. Vislumbramos alguma crítica face às orientações que os programas de História propunham, após o 25 de Abril de 1974, ou seja, “quanto à disciplina de História, a preocupação fundamental era a de que devia habilitar o aluno a *compreender* a realidade humana para poder intervir conscientemente. Considerava-se que o passado se tornava inteligível pelos processos globais, pelas estruturas e conjecturas em detrimento das personagens, das datas e dos acontecimentos” (Henriques, 2000).

disciplina de História deveria ter, como nos antigos programas, um papel de destaque na formação dos jovens, alguns adultos desvalorizam a aprendizagem actual achando que o que antes se ensinava preparava de melhor forma os seus alunos.

Como podemos constatar, existe a preocupação em mostrar que se trata da opinião de um membro da família, um pai, curiosamente mais preocupado com os seus afazeres e lazeres do que com o dia a dia escolar do seu educando. Tanto ele como a esposa, absortos com programas televisivos, delegam a educação do filho, exclusivamente, na escola. Este ambiente tenso e pouco dialogante não passa despercebido à narradora, que descreve com rigor e veracidade uma realidade que germina em algumas famílias:

Ontem à tarde entrei em casa e contei que lá na escola ninguém sabia o que tinha sido o 25 de Abril, e vai o meu pai disse logo, como eu já estava à espera, que *a culpa era da escola*, e que ele se fartava de trabalhar todos os dias e que quando chegava a casa queria paz e descanso e que eu não viesse com complicações, que ele não tinha cabeça para elas. [...] *Como estás a ver, não dá muito jeito falar do 25 de Abril à hora do jantar, sobretudo agora, com o meu pai preocupadíssimo em saber se o Benfica tem ou não dinheiro para pagar o Rui Costa ao Fiorentina*, e a minha mãe preocupadíssima em saber se foi ou não a Ângela que fez explodir o *shopping*. Não é pelo meio disto que uma pessoa tem lata para perguntar, «mas afinal o que é que aconteceu no dia 25 de Abril» (p.14-15).

Na mesma linha de pensamento, verificamos que a televisão, tão apreciada e vista por todos, não deixa de ter responsabilidades na ignorância que os jovens apresentam sobre um episódio tão marcante na vida nacional e na História de Portugal, a Revolução dos Cravos. Assim, tece-se uma crítica, alertando para o papel formador que a televisão poderia ter, e não tem, sobre o significado de Abril:

O quê? Se eu nunca vi nada sobre o 25 de Abril na televisão? Se queres que te diga, assim de repente, não me lembro. Eu vejo pouca televisão, tas a ver. Ainda quando eles davam o Dragon-Ball, eu via. Mas agora é tudo a mesma chachada, a não ser quando há futebol, isso é que eu gramo. E também aquele programa sobre os

desportos radicais, com duas garinas bué da simpáticas, e que passa lá pelas três da matina. Documentários? Vejo pouco (p.15).

Talvez não seja de todo descabido, ver por detrás da voz da mestranda a voz de uma «narradora primeira» que se pode identificar com Alice Vieira. A voz, que apenas se faz ouvir pelas perguntas retóricas, que servem de deixa às respostas dos entrevistados, mostra uma grande sabedoria quando se trata de abordar uma questão tão séria como o interesse e o conhecimento que os jovens possuem sobre a História do seu país. Surpreende-nos o à vontade com que a narradora se move no mundo dos adolescentes, pois conhece os seus problemas, os seus interesses, as barreiras que têm de enfrentar...

Por outro lado, o facto de serem referidos em *Vinte Cinco a Sete Vozes* assuntos que coincidem temporalmente com o tempo cronológico da diegese — a aquisição de Rui Costa pelo Fiorentina; a novela onde a Ângela faz explodir o shopping; o Dragon-Ball — prendem, em nosso entender, o leitor levando-o a “confundir” a ficção com a realidade. “Embalado” e sem compromissos pedagógicos impostos, o narratário estará disponível para apreender, sem enfado, as informações dos vários narradores/personagens da diegese que têm como principal função explicar Abril.

A Madalena é uma “voz” muito rica do ponto de vista da narrativa, ou seja, tanto ela como os seus familiares contribuem para a reconstrução do passado, do “antes”, do “durante” e do “após” o 25 de Abril. A Madalena é uma aluna exemplar, serve de modelo aos seus pares, escreve artigos no jornal da escola, representa o “agora” e dá a sua opinião sobre o Paulo Jorge: “Mas o que é que o Paulo Jorge lhe disse a meu respeito? Que eu era alguma enciclopédia, não? Ele é que fazia bem melhor se lesse um bocadinho mais e não fosse tão idiota e tão ignorante” (p.22).

A jovem aluna, ao contrário do Paulo Jorge, tem uma família com quem pode dialogar e trocar ideias. As informações que os pais lhe transmitem são objectivas, factuais e “desprendidas” de emoções, pois eram muito jovens na altura. A Madalena ouve-as como se fossem informações “colhidas” em qualquer jornal ou livro de história: “O que é que os meus pais contam? *Ora, contam o que aconteceu.* Os soldados na rua, os tanques ali no Largo do Carmo, diante do quartel, onde estavam escondidos o Américo Tomás e o Marcelo Caetano, que era quem governava nessa

altura, e as pessoas a mandarem cravos para cima dos tanques e dos chaimites, as pessoas a gritarem” (p.22).

Pelo contrário, os testemunhos do avô estão “carregados de emoção”, pois este repete as mesmas coisas como se fossem marcas, cicatrizes, “entranhadas” na memória, talvez por razões que se prendem com o envolvimento que teve enquanto observador e actuante na Revolução. O discurso emocionado do avô, a comoção que sente quando recorda o passado (que ele representa), o facto de repetir vezes sem conta a mesma coisa, causa na Madalena um grande impacto, levando-a certamente a imaginar as tragédias que poderão ter ocorrido para que as pessoas fossem presas e tratadas como o avô conta. Repare-se, para o efeito, na riqueza estilística da expressão “Agora o meu avô coitado”, que mostra bem a diferença entre o testemunho dos pais e o testemunho do avô.

Curiosamente, ao longo do livro surgem reflexões que se prendem com a ausência de diálogo, ou seja, perdeu-se o hábito de recordar em voz alta e contar, conversar, falar do passado tal como acontecia antigamente, ao serão, à volta da lareira ou ao Domingo quando as famílias se reuniam e contavam histórias (para que a memória não se perca) que todos conheciam por serem contadas tantas vezes. Embora transbordassem de criatividade e se descobrisse nelas sempre algo de novo, permaneciam ancoradas num passado comum, conhecido de todos, por ser tantas vezes revisitado:

O que eu acho mais importante nem é tanto *falar* desse dia, mas do que acontecia antes, para eles perceberem. E às vezes é disso que as pessoas não querem *falar*. Ou porque lhes recordam tempos que preferem esquecer, ou porque preferem não *falar* mais nesses assuntos, dizem que os tempos agora são outros e que não vale a pena *recordar* (p.29);

O tempo separa muito as pessoas, e a memória vai-se gastando também (p.59);

Temos de contar estas coisa muitas vezes, para as pessoas não esquecerem, para as pessoas estarem sempre atentas e não deixarem que coisas destas voltem a acontecer (p.68).

Tal como anteriormente, temos de novo a voz do adulto que é referida como suporte da História. Neste caso, trata-se da voz de um avô que viveu a Ditadura e que se sensibiliza com as recordações desse tempo.

Assim, as repetições “o meu avô diz”, “o meu avô repete”, o uso do deíctico possessivo “meu” e a valorização do verbo “dizer” no presente conferem ao que é narrado uma carga emocional muito grande, mas mostram, acima de tudo, a necessidade que este familiar tem em transmitir as suas experiências para que elas possam ser partilhadas e lembradas por quem não as viveu:

o meu avô diz que mil anos que viva nunca há-de esquecer que naquela fortaleza foram torturados muitos homens e mulheres, e que não pode passar por ali sem pensar nos dias em que ia visitar os amigos, e que só podia falar com eles com um vidro a separá-los, e que para se despedirem espalmavam as mãos contra o vidro, como se se estivessem a tocar. *O meu avô fica sempre com as lágrimas nos olhos* quando conta isto, mesmo que conte isto todos os dias.[...] Para mim são apenas celas brancas e vazias, mas *o meu avô diz que está sempre a ouvir as vozes dos amigos, os gritos dos amigos.* [...]«Nunca há-de ser um museu qualquer», *diz o meu avô.* Mas *o meu avô disse* que com essas coisas não se brincava, ficou ofendido (p.20; sublinhados nossos).

Concluimos que a Madalena está bem informada sobre o significado das comemorações que se fazem no 25 de Abril: partilha ideias com os pais; ouve com frequência o avô que lembra com emoção o que se passou; ouve a “setôra de Inglês [que] sabe muito sobre o 25 de Abril” (p.23). Em suma, tal como acontece num verdadeiro artigo jornalístico, em poucas linhas é dito o essencial sobre o que se passou, mas sobretudo por que aconteceu. Num discurso objectivo, surgem as respostas às perguntas: o quê? Uma revolução. Quem? Os capitães.

Quando se pretende explicar o porquê da revolução, recorre-se à descrição do que aconteceu antes:

as pessoas estavam descontentes, pois não havia liberdade no país e a polícia prendia quem pensava de maneira diferente. Nas prisões, as pessoas ficavam presas muito tempo e eram torturadas e muitas delas ficavam presas muitos anos. Às vezes ficavam dentro de uma cela muito pequena, sem luz, durante muitos dias. Muitos foram

mortos na prisão.[...] Portugal tinha colónias em África e não lhes queria dar a independência. Então mandavam muitos soldados para lá.[...] Morreram muitos soldados portugueses e africanos que lutavam pela sua liberdade (p.24).

É curiosa a abordagem desta questão, ou seja, adivinha-se um “comentário” crítico à forma como Portugal teimava em manter um império ultramarino que só trazia malefícios. Não se esconde o lado negativo deste episódio da nossa História, nem o custo que ela representava para as famílias portuguesas. Mostra-se que era uma guerra indesejada, injusta e sem sentido. Os soldados portugueses e os soldados africanos lutavam, ambos, por ideais justos, a sua liberdade. Como se pode verificar, não se toma partido nem dos Portugueses nem dos Africanos, apenas se põe em causa a guerra, a morte e o sofrimento. O 25 de Abril é valorizado por ter acabado com essa guerra terrível e infrutífera: “Se não tivesse havido o 25 de Abril em 1974, se calhar a guerra de África ia continuar por muitos mais anos, e muitos mais soldados tinham morrido” (p.24).

É muito interessante a posição que a narradora assume, ou seja, em vez de relatar o que aconteceu, discurso próprio de um jornal, imagina o que poderia ter acontecido se não fosse o 25 de Abril. Tendo em conta o público a quem se destina este livro, e percebendo a necessidade que os jovens têm de ter exemplos concretos aplicados à vida real, transitamos (no artigo de jornal redigido pela Madalena) de um discurso de terceira pessoa para um discurso de primeira pessoa. Passamos de uma situação geral para uma situação muito particular, isto é, a narradora assume-se como possível protagonista e envolve no relato o jovem leitor que poderá, na posição de “colonizador” ou de “colonizado”, engendrar várias situações possíveis nas suas vidas se não tivesse havido o 25 de Abril em 1974:

Se calhar a guerra de África ia continuar por muitos mais anos, e muitos mais soldados tinham morrido. *Se calhar* o meu pai podia ter ido para a guerra e podia lá ter morrido. *Se calhar* o pai da Íris, que é minha colega de carteira e nasceu em Cabo Verde, também. *Quem sabe* até se um deles não poderia ter morto o outro. *Se não tem* havido o 25 de Abril, eu *nunca* poderia estar a falar destas coisas num jornal, porque a censura não deixava (p.25).

Cada capítulo termina conduzindo o leitor a um novo testemunho, a um olhar diferente sobre a mesma questão. O fio condutor mantém-se e o terceiro enfoque é dado pela professora de Inglês. A referência ao Topas, o jornal da escola onde a Madalena escreveu o artigo sobre o 25 de Abril, estabelece a ligação entre o que foi dito e os testemunhos da professora.

O que se pretende, neste livro, é falar do 25 de Abril, mas existem outras questões que afloram o texto, por estarem ligadas ao tema e ao conhecimento da realidade escolar, familiar e social. Aborda-se a questão do envolvimento dos alunos na escola e na ligação que deve existir entre esta e a família. Embora se foque o maior ou menor envolvimento dos professores na abordagem de certos temas nas suas aulas, pretende-se justificar a postura da escola e reflectir criticamente sobre atitude de certos Encarregados de Educação face a esta questão. Contudo, o que nos parece pertinente nesta abordagem é mostrar a importância do diálogo sobre Abril; mostrar o interesse em lembrar aos jovens que foi um acontecimento histórico muito importante, que teve implicações directas e indirectas nas suas vidas.

Parece que queria falar sobre o 25 de Abril, não era? Mas isso é que não é mesmo comigo, e eu não quero interferir com as aulas das outras colegas. Se falam ou não falam, não sei. Mas a escola às vezes é um lugar complicado, *lembro-me uma vez*⁴² ouvir uma colega minha lamentar-se de que tinha falado sobre o 25 de Abril numa aula, e depois o Conselho Directivo chamara-a, porque tinha havido queixas de pais de alguns alunos, a dizer que ela estava a fazer política na aula. Está a ver? Falar do 25 de Abril é falar de política? Claro que é falar de política, como tudo é falar de política (p.28).

Mas, qual é o contributo desta professora/narradora para a aprendizagem de Abril? É sem dúvida mais um reflexo da visão plural que devemos ter sobre as coisas, mas ela evidencia a importância em informar as crianças e os jovens, falando-lhe dos assuntos. Para além disso, concorda que é importante mostrar o que “acontecia antes, para eles [os jovens] perceberem” (p.29)

⁴² Repare-se que se trata, uma vez mais, de um discurso de primeira pessoa. O verbo lembrar surge para apresentar mais um exemplo do que poderia ter acontecido, algo de concreto que tem como finalidade captar a atenção do leitor que reage bem a este tipo de estímulo.

Contudo, constatamos que a distância temporal que nos separa dos factos faz com que estes sejam vistos de modo diferente, com maior ou menor dramatismo, com maior ou menor subjectividade e emoção: “para mim o passado está tão presente! Para vocês, que têm pouco mais de vinte anos, o 25 de Abril parece que aconteceu há eternidades. Para mim parece que aconteceu ontem” (p.29). Por isso, o relato de alguém que viveu Abril, os relatos de vivências, mais ou menos criativos, não podem ter o mesmo impacto no leitor que a enumeração factual, ou seja, o discurso da História onde os acontecimentos aparecem desligados dos afectos. O que nos parece importante é indubitavelmente a capacidade de transmitir a verdadeira dimensão da mudança, os sentimentos, as emoções que estão por detrás de cada tomada de posição.

Por isso, dizer aos jovens, hoje, que os estudantes fizeram greve em 1962 não é “nada de especial” (p.30), mas descrever as dificuldades, as consequências e as circunstâncias em que ela ocorreu, pode surpreender e criar estranheza. Transmite-se, assim, a verdadeira dimensão do ambiente opressor em que se vivia “naquele tempo” e mostra-se a diferença, entre o *antes* e o *depois* da Revolução, no que concerne ao direito à greve e ao direito de ter opiniões divergentes:

mas naquele tempo não se podia fazer greve, era ilegal, a polícia podia prender — e prendia mesmo! Ainda hoje quando passo na Alameda da Universidade, lembro-me sempre dos carros da polícia a subir por ali acima, e nós a enchermos aquele espaço, a falarmos de tudo o que estava mal, a falarmos nas manifestações para celebrar o Dia do Estudante, que não nos deixavam fazer, da falta de liberdade, da importância que deviam ter os estudantes no ensino deste país, e depois lá saltavam os polícias de dentro dos carros «cremes néveas» [...] Desatavam a bater a torto e a direito, e lá fugíamos nós pela Alameda abaixo, e eles atrás de nós a bater em quem apanhavam, [...] E depois a gente procurava nos jornais — e não aparecia nada! Era como se nada tivesse acontecido, [...] Estudantes presos todos os dias, muitos a fazerem greve de fome, ninguém a ir às aulas, plenários dia e noite, a polícia toda mobilizada, pancadaria dia sim dia sim — e nos jornais a censura não deixava sair nem uma palavra sobre o assunto. Nem na televisão, evidentemente. Parecia um filme de ficção científica, sabe?, a gente a viver coisas que para outras pessoas não existiam (p.30-31).

As palavras que resolvemos destacar mostram, na nossa opinião, o desgosto daqueles que lutavam em vão para denunciar e mudar as coisas, através da greve. É assim espelhada a ausência de democracia e a censura na comunicação social

O quarto capítulo tem como protagonista o pai do Paulo Jorge que se refugia no trabalho e no futebol esquecendo o diálogo familiar, tão frutífero na formação dos mais jovens. A justificação para a falta de abertura sobre esta questão é revelada nas últimas linhas do capítulo e traduz, indubitavelmente, o modo de pensar de alguns pais.

Mas não falo dessas coisas com o miúdo. Para quê? Os tempos dele são outros, e se calhar nem acreditava. [...] E, se quer que lhe diga, sempre pensei que essas coisa os professores é que devem ensinar. Eles é que sabem explicar bem. Para isso é que lá estão (p.42).

Uma vez mais, a abordagem do “conhecimento sobre Abril” faz-se tendo em conta o conhecimento da realidade escolar e o conhecimento das relações entre pais e filhos. Inserida no seu ambiente de trabalho e numa linguagem que lhe é própria, esta personagem, que mostra relutância em falar de Abril por falta de tempo, acaba por espelhar, preciosamente, uma das grandes mudanças que se operaram com o 25 de Abril de 1974, pois compara a sua vida, dura e árdua, com a vida menos amarga e facilitada do filho. O uso anafórico do advérbio de tempo “agora” em oposição à expressão “no meu tempo”, o recurso às exclamações e às frases curtas enumeram um conjunto de realidades que evidenciam algum espanto face a um tempo novo, ou seja, um tempo presente bastante diferente do tempo em que era criança:

Então o que é que quer de mim? O 25 de Abril?! Ó minha senhora, deixe-me é trabalhar, que para conversas não sirvo. Isso é bom para quem não faz nada, para quem passa a vida no parlapié e no bem-bom. Aqui onde me vê, já alombei muito saco de batatas, muita arroba de farinha. Aqui onde me vê, já ando nesta lida desde os dez anos. Vocês *agora* sabem lá o que é trabalhar! Vão para a escola, vêm da escola, querem é andar na boa vai ela, sempre com a música em altos berros, sempre a pedir dinheiro para tudo, é para botas, é para mochilas, é para roupa e roupa, muita roupa se veste *agora!* *No meu tempo*, a gente tinha de suar muito para conseguir comprar uma samarra, ou um sobretudo, e tinha de durar muitos anos, era mesmo até ficar no fio,

até quase se desfazer no nosso corpo. *Agora? Agora* começam a dizer que já não está na moda, que a moda *agora* é assim e assado, e vá de pedir mais dinheiro, e aqui o moiro que entre com o cacau (p.34).

Este é certamente um discurso que é familiar a muitos jovens, embora não haja uma opinião objectiva sobre o “antes” e o “agora”, as palavras proferidas neste excerto podem conduzir o leitor a formular opiniões sobre a vida que têm e a vida que teriam se vivessem “no tempo” desta personagem. O tom da “conversa” altera-se quando o pai do Paulo Jorge é confrontado com uma ideia com a qual discorda, ou seja, a ilegalidade, hoje, do trabalho infantil.

Com a idade dele . [do Paulo Jorge] já eu trabalhava na mercearia do meu tio há três anos! Ilegal? Ilegal! Está a senhora a dizer? Ilegal é não fazer nenhum, é andar por aí na vadiagem, feito um madraço. Isso é que é ilegal (p.35).

Como já referimos, o pai do Paulo Jorge retrata Abril falando da sua infância e, assim caracteriza com bastante realismo a sociedade do seu tempo. Usando a expressão “naquele tempo”, retrata um quotidiano que lhe é familiar: a pobreza das classes mais desfavorecidas; o trabalho árduo desde a mais tenra idade; a vontade que a professora Quitéria tinha que ele continuasse os estudos; a dificuldade económica dos pais que não podiam mantê-lo a estudar em Lisboa “naquele tempo havia muito pouco dinheiro lá em casa” (p.36); o papel que a igreja por vezes assumia na educação daqueles que a frequentavam assiduamente; a qualidade do ensino; o seu gosto pela escola e o seu orgulho na capacidade que tinha em aprender e memorizar os nomes dos rios, reis e serras ...

Assim, deambulando de recordação em recordação, este narrador fala do “depois”, do “antes” e do “durante”. O seu discurso nunca é desprovido de emoção, ou seja, apesar de transparecer nas primeiras pai e elogia a professora Quitéria. É essa emoção que transborda quando descreve com tanto realismo episódios tão marcantes.

Curiosamente, é com entusiasmo que aborda o passado, pois em tom de conversa, as lembranças surgem em catadupa e estão tão presentes que recorda tudo com estranha precisão.

Repare-se como são significativos todos os testemunhos das personagens, ou seja, como mostram o grande entusiasmo em contar o que sabem. Veja-se como a escolha desta estratégia narrativa, a entrevista, se adequa ao propósito de colher informações, todas elas diferentes e iguais sobre um acontecimento da História de Portugal, que se passou há muitos anos, mas ainda num tempo que pode ser recordado por testemunhas vivas que relatam, com exagerado entusiasmo, o que viveram ou o que viveram pais, mães, tios, amigos... Constata-se, neste caso, que o Pai do Paulo Jorge refere dez vezes, em poucas linhas, a expressão “o meu pai diz...”

Em relação ao dia 25 de Abril, o Pai do Paulo Jorge reconhece que para ele foi um “dia igual aos outros” e que no dia da Revolução “estava tão cansado do trabalho na venda, que nem [deve] ter dado por nada” (p.41). Este alheamento é, para nós, extremamente significativo do ponto de vista da mensagem que se pretende transmitir, ou seja, o leitor chegará rapidamente à conclusão que se tratou de uma Revolução singular, sem derrame de sangue ou consequências nefastas para a população.

De facto, pouco é dito sobre o “durante”. O “contador da História” lembra, apenas, que foi a tia que trouxe a notícia ouvida na rádio, lembra que o tio ficou surpreso e renitente em acreditar na existência dessa revolução e lembra cada palavra do tio, proferida na altura. “«Nem quando o Salazar morreu houve uma revolução, havia de ser agora?»;«Se calhar é algum folhetim, e tu pensaste que era a sério! », disse ele e riu-se muito para mim e para o Xavier, que era outro empregado, e nós rimos muito com ele” (p.37).

Tal como acontece no livro de Manuel de António Pina, *O Tesouro*, é mencionado o facto de que era uma revolução feita pelos militares, mas o mais curioso é verificarmos que existe, nestes dois livros, a preocupação em evidenciar a desconfiança que as pessoas sentiam face aos militares, não sabendo de que lado eles estavam: “[o meu pai] não estava muito certo se era para bem, se era para mal, porque isto a gente com a tropa nunca tem a certeza. O meu pai não gostava muito de militares” (p.38).

Neste capítulo, tal como em todo o livro, fala-se essencialmente do “antes” e para isso abordam-se questões como a censura, a PIDE e a forma engenhosa como apanhavam os desprevenidos que “não tinham tento na língua”, a prisão daqueles que manifestavam opiniões diferentes e a guerra em África. Para enfatizar os sentimentos,

o sofrimento e o azedume de quem vivia nessa altura, o narrador relata um episódio que lhe é muito próximo, ou seja, como eram vividos esses problemas no seio familiar. Assim, recorda a preocupação e o desespero da mãe quando o pai se envolvia em problemas, na tasca por falar demais. O sofrimento da mãe e as diversas tentativas para o livrar o pai da prisão merecem, por parte de quem recorda essas confissões, um carinho especial.

Umás vezes detido no posto da guarda. [...] A minha mãe estava sempre a dizer-lhe, «ó homem, tu tem-me tento na língua, senão ainda vais preso!» *Coitadinha*, a minha mãe passou muito por causa do meu pai.» [...] A minha mãe, *coitadita*, passou muito com o meu pai. Ele não era má pessoa, sabe, eu acho que era aquele tempo que fazia as pessoas assim. [...] os pides andavam por lá disfarçados, metiam-se com os homens nos cafés e nas tascas, puxavam-lhes pela língua, ofereciam uma cervejita [...] e passado um bocadito caía tudo na armadilha e lá estavam todos a dizer que a vida era uma miséria, meses e meses sem trabalho, que não havia nem um posto de saúde [...] Limpinho: cinco minutos depois estavam alguns a entrar num carro e a marcharem com os pides para Lisboa, para serem interrogados, e por lá ficavam presos muitas vezes (pp.39-40).

Em poucas linhas, o leitor contacta com a realidade da época e pode constatar que, hoje, ninguém é preso por dizer o que pensa. A ajuizar pela forma emblemática como este assunto é tratado e pelo lugar de destaque que imperiosamente frui na literatura Infanto-Juvenil,— quando se aborda o 25 de Abril de 1974 — aferimos que é unânime a mensagem que perpassa: a liberdade, em todas as suas vertentes, foi a maior conquista de Abril.

É inequivocamente tocante a forma como, neste livro, se aborda a questão da guerra em África. Sempre do ponto de vista humano, tratando-se de portugueses ou africanos, salienta-se a quantidade de jovens que aí perderam a vida ou ficaram inutilizados. Em *Vinte Cinco a Sete Vozes* são três as personagens que enfatizam o assunto: a Madalena, no artigo do jornal, refere o lado político da questão, todavia coloca a tónica no fim da guerra e no papel que o 25 de Abril desempenhou no desfecho dos acontecimentos; o Pai do Paulo Jorge que reporta o azedume e a forma como o povo encarava o envolvimento nessa guerra. “*os homens só serviam era de*

carne para canhão, ainda por cima numa guerra que não tinha nada a ver com a gente, a gente nem sabia onde é que ficava a guerra!, e depois ainda vinham fazer discursos a dizer «Angola é nossa! Angola é Nossa!» nossa? só se for deles” (p.41); e o avô da Madalena “Quando a minha Sónia nasceu, eu até disse, « ainda bem que é uma rapariga!», e quando a minha Carminda ficou outra vez grávida, uns quatro anos depois, eu dizia sempre, «Deus queira que seja outra rapariga!» Não é que eu não gostasse de ter um rapaz, claro que gostava, todo o homem gosta de ter um filho, não é?, mas eu só pensava que depois, quando ele acabasse de estudar tinha de ir para a guerra em África, como todos, e ainda me *podia lá morrer*, ou *vir sem uma perna*, ou *numa cadeira de rodas*, ou *maluco da cabeça* depois de por lá ver tanta desgraça” (p.65).

Contudo, o último comentário sobre este assunto é o mais denso do ponto de vista emocional, isto é, o leitor é indubitavelmente levado a concluir que os portugueses viviam amedrontados com o peso de uma guerra que os assombrava. Temiam pelo futuro dos filhos e chegavam a exilar-se noutros países. Pretende-se que o leitor fique impressionado com estas imagens e que reflita sobre as consequências desta guerra, levando-o a perceber que a queda da ditadura terminou com o estigma da tragédia. Este relato é, inquestionavelmente, uma achega preciosa para o conhecimento do período que antecedeu a Revolução.

Concluimos que é fundamental, para compreender a Revolução, que os leitores percebam os motivos que a originaram e *Vinte Cinco a Sete Vozes* tem tido essa preocupação, mas não esquece, para mostrar a linha do tempo, a referência ao “depois”. Voltando ao pai do Paulo Jorge, este salienta a forma como o pai reagiu:

logo no dia a seguir ao 25 de Abril, quando a televisão, no café mostrava tudo o que estava a acontecer⁴³ [...] e a gente só ouvia marchas e mais marchas [...] nessa noite o meu pai entrou no café, pediu uma garrafa de vinho e depois outra, e ali esteve a beber, zuca, zuca, zuca, e a minha mãe, «ai homem, que hoje é que tu te desgraças!», mas ele ria, continuava a beber e dizia, «qual desgraças, qual carapuça!», e zuca, zuca, zuca, e a minha mãe, «ai que é o fim do mundo!», e o meu pai, «mas qual fim do mundo, mulher!, isto é mas é o princípio do mundo!», e o meu pai a cair de bêbado mas muito feliz, e a minha mãe só a pensar na pancada que a esperava,

⁴³ O leitor atento poderá constatar que é o fim da censura.

quando ele voltasse para casa. Coitadinha da minha mãe! Eu estava tão cansado do trabalho da venda, que nem devo ter dado por nada. *Ela é que está sempre a contar a mesma história.* [...] e remata sempre a conversa: «Depois do 25 de Abril, o teu pai nunca mais me bateu.»” (p.41; sublinhado nosso).

Repare-se como esta descrição, tão impressionante do ponto de vista afectivo, pode misturar registos antitéticos, ou seja, o fim/princípio do mundo mas também a felicidade do pai que contrasta com a aflição da mãe que não sabia o que se passava. Por outro lado, a comicidade do discurso não passa despercebida aos jovens que recordarão esta passagem como a mais divertida do livro. Note-se que esta mãe, tal como o avô da Madalena, repete o que mais a magoou.

No quinto capítulo, temos o testemunho da professora Quitéria. Como já foi referido, não estamos perante testemunhos isolados, pelo contrário existe sempre a ligação com algo que foi dito anteriormente de modo a que haja coerência e coesão entre as várias células narrativas. No caso desta professora, já reformada, ela confirma o que foi dito pelo pai do Paulo Jorge, confere verosimilhança e aguça o interesse do leitor que procura saber mais, mas vem demonstrar, essencialmente, que existem mais dissemelhanças entre o passado e o presente:

Para mim ele há-de ser sempre o Paulito... Olhe que foi dos melhores alunos que eu tive. Uma pena não ter continuado a estudar, uma pena! Se fosse hoje, nada disso tinha acontecido, mas naquele tempo... E eu lembro-me que a família dele passava muitas dificuldades, o pai ora estava empregado ora desempregado, e além disso sofria do coração. [...] A gente bem lhe dizia para ir ao médico, mas onde é que havia médico, e onde é que havia dinheiro para médico (p.44).

Esta personagem, professora do ensino básico fornece conhecimentos objectivos que conferem a *Vinte Cinco a Sete Vozes* um estatuto informativo e utilitário do ponto de vista do conhecimento das figuras que representavam o poder, durante o regime fascista. Todos poderão confirmar os dados e constatar que eles são verídicos. O facto de serem mencionados os nomes de Carmona, Craveiro Lopes e Américo Tomás como presidentes da República e de Salazar como presidente do Conselho durante mais de quarenta anos confere ao narrado uma maior credibilidade.

Por outro lado, existe a situação temporal e espacial da história, pois é referido que o 25 de Abril já se passou há 25 anos, que a revolução foi realizada pelas tropas e que estas prenderam o governo, no largo do Carmo em Lisboa.

Para além destas factos, confirmados pelo leitor, a personagem dá a conhecer, através do que conta, o interesse que era dispensado ao ensino e como funcionava o Ministério da Educação. Abril de 1974 é certamente o dia em que foi ouvida, o dia em que finalmente, recebeu, sem qualquer utilidade, os retratos de Marcelo Caetano e Américo Tomás que, por mérito dos militares, já não iriam ocupar o seu lugar na parede da escola. A Professora recorda, ainda, as más condições que as escolas possuíam; recorda que em todas elas, tinham, na parede, o retrato do presidente da República e do presidente do Conselho e recorda um episódio bastante curioso: “Um dia, em 1969, [...] o Salazar caiu de uma cadeira abaixo, bateu com a cabeça no chão e teve de ser substituído pelo Marcelo Caetano, que ficou até ao 25 de Abril” (p.45).

Estes dados tornam-se úteis do ponto de vista informativo pois os jovens leitores desconheciam, certamente, o nome da maioria dos presidentes, mas o principal objectivo é mostrar porque razão esses retratos eram tão importantes e como é que o regime impunha junto das crianças a imagem do poder que, na parede, “supervisionava”.

Pois lá em Vale de Muge [local onde a professora leccionava] Nem o retrato do Marcelo Caetano nem o do Américo Tomás havia. Nem isso, *que o Ministério queria sempre que não faltasse, para os pequeninos saberem quem é que mandava em todos* (p.46; sublinhado nosso).

O descontentamento da professora em relação ao regime é bem evidente, quando salienta a situação tão caricata por que teve de passar. É curioso constatar como a alusão aos retratos podia solucionar a entrega do material. A descrição do acontecimento é tão exemplificativa que consegue representar, com extremo realismo, os sentimentos da personagem que o viveu, retrata perfeitamente o quão difícil, absurda e caricatural foi a situação. Um relato da História, por mais preciso que fosse, nunca conseguiria, em nosso entender, transmitir a angústia e a tenacidade desta professora. É facto que, o caso retratado faz parte da ficção, mas sabemos que ele retrata, com extremo realismo, o que poderia ter acontecido. É essa realidade, o

abandono a que eram votadas as regiões mais afastadas do governo central, que os leitores precisam conhecer, para que possam perceber que alguma coisa mudou.

Não é que os retratos dos homens me fizessem falta. [...] aquela escola era desprezada. Olhe que nem um pau de giz! Nem sequer um mapa de Portugal! Eu queria dar aritmética e geometria, e nem uma caixa com os pesos ou com as figuras geométricas lá havia. [...] Então eu, pacientemente, escrevia uma carta para o Ministério e explicava que a escola não tinha material [...] e para ver se os comovia, que a escola nem os retratos do senhor presidente da República e do senhor presidente do Conselho tinha nas paredes, e que era uma vergonha para o país uma escola naquele estado. E o Ministério, nada. [...] Foram anos terríveis. Eu já não sabia como ensinar os miúdos [...] Mas nunca desisti todos os meses lá ia a carta para o Ministério. Isto durante anos. [...] Até que um dia, já eu desesperava de tudo, apareceu-me junto da escola uma carrinha, a trazer, finalmente, material que o Ministério mandava.[...] e eu a abrir os pacotes cheia de alegria, e a dar de caras com os retratos do Américo Tomás e do Marcelo Caetano! Nem um pau de giz, nem um mapa, nem formas geométricas, nada de nada, a não ser o retrato daqueles dois para pendurar na parede (p. 47- 48).

Este testemunho é curioso e bastante formativo do ponto de vista da perseverança que todos devemos ter. Por outro lado, leva-nos a reflectir sobre a importância dos recursos humanos que se sobrepõem aos recursos materiais

O relato desta professora permite-nos visualizar como reagiram as pessoas quando tomaram conhecimento que estava a acontecer no seu país, em Lisboa, uma revolução. Podemos constatar, através das reacções descritas, que foi uma surpresa para todos, pois as pessoas não estavam habituadas a que houvesse manifestações discordantes. Repare-se como é emblemática a expressão “qualquer coisa esquisita” para descrever a situação. Este testemunho salienta que foi uma revolução com “muita tropa”, uma revolução feita pelos militares:

Estava tão feliz, mas tão feliz, que nem estranhei a pressa que o chofer tinha em despachar aquilo, e nem liguei, quando ele disse que em Lisboa tinha havido *qualquer coisa esquisita*, tinha encontrado muita tropa na rua quando de lá saíra, e

aquilo não lhe aparecera normal.[...] na rádio se falava de uma revolução, de um Movimento das Forças Armadas que tinha ido prender o governo todo (pp.48- 49).

A coincidência entre o estado de felicidade da professora perante a chegada dos retratos, por sinal no chão por terem acabado de chegar, e a prisão e queda do governo é extremamente importante, pois talvez queira mostrar a vitória desta professora face à queda daqueles que nunca tinham respondido aos seus apelos. Esse dia, o dia 25 de Abril, foi o dia em que ela deixou de ser humilhada, mas foi também o dia em que ela deixou de acreditar “naquele poder” que tinha chegado tarde demais, não conseguindo impor, nem à professora nem aos alunos, a sua imagem de poder e vontade “«e agora, o que é que eu faço *a estes dois?*»” (sublinhado nosso)

Repare-se como este acontecimento marcou a professora pois “Ainda hoje, que já se passaram 25 anos, de cada vez que vejo, na televisão, documentários sobre o 25 de Abril, com o chaimite que levou o Marcelo Caetano e o Américo Tomás do Quartel do Carmo, *só me lembro* do retrato deles, no chão, à entrada da escola, e do meu espanto no meio de tudo” (p.49; sublinhado nosso).

Podemos concluir da análise deste capítulo que também havia descontentamento quanto à forma como o Ministério da Educação geria os recursos económicos nas escolas mais afastadas. Essas escolas estavam votadas ao esquecimento, pois ignoravam-se, completamente, os pedidos dos professores.

No sexto capítulo, constatamos que a entrevistada é a mãe da Madalena. Esta personagem tem por objectivo retratar o que se passou depois do dia 25 de Abril, ou seja, como reagiram as pessoas, nos dias seguintes. Então a Sónia relata o que se passou quando foi com os pais visitar os amigos presos, em Caxias.

Mas lembro-me, para aí uns dois ou três dias a seguir, de os meus pais se terem metido comigo e com o meu irmão no carro, e de termos seguido [...] para Caxias. [...] E o meu pai disse que íamos buscar uns amigos, e então chegámos ao pé de uma *casa enorme e feia*, de paredes brancas e com *janelas cheias de grades, e arame farpado* no alto e *polícias à volta*, e o meu pai disse que aquilo era uma prisão, e que os nossos amigos estavam lá dentro mas não tardariam a sair (p.52).

Repare-se na conotação da linguagem que consegue descrever com precisão o estabelecimento prisional, mas que reproduz, sobretudo, a visão negativa que a criança captou e reteve na memória. Por outro lado, existe a preocupação em desmistificar a ideia, que hoje temos, que os homens só ficam presos quando agem erradamente. Esta é uma situação que é esclarecida, pois pode causar alguma estranheza no jovem leitor que desconhece que as pessoas podiam ser presas por terem opiniões diferentes.

O jovem leitor terá, neste capítulo, pressentido, tal como esta criança, alguma dúvida em relação à “bondade” destes presos e terá dificuldade em encontrar uma explicação para o que estava a acontecer. A situação é tão absurda que era difícil perceber como é que pessoas boas, como os pais diziam, podiam estar presas. Não era fácil, para os adultos, explicar o que estava a acontecer: “o meu pai [...] só disse que os nossos amigos eram muito bons, e que gostavam muito de nós, e eu lembro-me de aquilo me ter feito muita confusão, nas prisões deviam estar os homens maus, pelo menos era o que eu ouvia dizer e o que acontecia nas histórias” (p.52).

É extremamente curiosa a forma como é narrado o episódio da libertação dos presos, em Caxias, nos dias que se seguiram ao 25 de Abril de 1974. Assistimos à transfiguração do sujeito, ou seja, o “eu” adulto transporta-se para esse tempo e transforma-se no “eu” criança que viveu esse momento. A figura do adulto relembra, assim, com extrema minúcia o que se passou e o que sentiu. O uso exagerado das orações coordenadas copulativas (26 vezes a conjunção copulativa “e”) reproduz, com todo o realismo, o discurso oralizante de uma criança que tenta dizer muitas coisas no menor tempo possível. Esta estratégia discursiva retrata a impaciência, a desilusão, a confusão e o bulício que se geraram quando todos esperavam a tão desejada libertação dos presos. Veja-se que os laços afectivos, que são referidos, para unir as pessoas presas às pessoas que as esperavam, eram de amizade. Em nosso entender, isso reforça a ideia de que as pessoas continuavam a ter muitos amigos, por isso existe verosimilhança, aos olhos do leitor, quando se diz que eram pessoas boas:

Mas os nossos amigos nunca mais saíam, e as pessoas felizes começaram a ficar menos felizes, e já não riam tanto, e havia carros que partiam e carros que chegavam, e cada pessoa dizia a sua coisa, e então lembro-me de ouvir alguém dizer que afinal os nossos amigos não iam sair, e logo toda a gente gritou muito, e correu ainda para

mais perto da casa de janelas com grades, e começaram a gritar, «o povo unido jamais será vencido». Foi então que o meu irmão, que era muito pequeno, começou a chorar, e nunca mais parava, e a minha mãe teve de vir com ele para o carro, e o meu pai disse, «leva também a Sónia», e lá fomos os três, e quando estávamos mesmo a chegar ouviram-se tiros e eu tive muito medo, e acho que a minha mãe também mas fez-se forte, e só dizia, «o teu pai já vem!» Mas o meu pai nunca mais aparecia, e eu já chorava tanto como o meu irmão, e havia muita gente que também vinha a correr, e lembro-me de ouvir alguém dizer que havia feridos, e que um dos tiros tinha atingido uma menina da idade do meu irmão, e eu a gritar pelo meu pai, até que o meu pai acabou por aparecer e lá voltámos para casa . «Não devem sair hoje», dizia o meu pai, e tinha uma grande ruga a meio da testa ⁴⁴... (pp.53-54).

Este capítulo afigura-se-nos bastante significativo pois reforça a ideia, já abordada em outros livros, de que o dia 25 de Abril foi “a festa” para os portugueses. Repare-se que não é uma festa qualquer, mas “a festa”.

Foi sempre assim que os meus pais se referiram ao 25 de Abril: *a festa*. A minha mãe morreu há dois anos, mas o meu pai continua a falar assim do 25 de Abril: *a festa*. E ainda hoje os olhos se lhe enchem de um brilho [...] Quando penso nisso, fico com muita pena de não ter sido mais velha nessa altura, de ter falhado *a festa*. Quando comecei a perceber realmente as coisas, onde é que *a festa* já ia (p.35).

Veja-se que tal como outros intervenientes da narrativa, a mãe da Madalena pouco tem a dizer sobre o dia 25 de Abril: “Do dia, propriamente dia, lembro-me muito pouco” (p.52).

Contudo, constatamos que muito é dito. Embora as lembranças façam parte da sua memória como se fossem flashes, elas podem ser para o leitor bastante significativas, pois reconstroem um dia totalmente diferente, mesmo no seio de uma família. A criança rememora momentos de ansiedade quando associa esse dia ao avô: momentos de alegria, confiança e solidariedade; quando associa esse dia à mãe: momentos de tolerância quando se revê, nesse dia, com o irmão e recorda que não

⁴⁴ Repare-se na semelhança entre este episódio e aquele vivido por João e Teresa em *Capitães de Abril*, de José Jorge Letria.

teve que fazer coisas que eram obrigatórias em dias normais. Para esta criança o dia foi totalmente diferente dos outros, visto que a rotina foi quebrada até nas mais pequenas coisas. Para os adultos as pequenas preocupações do dia a dia ficaram para segundo plano pois parecia que todos os sonhos e ideais se iam concretizar.

Repare-se como a expressividade da linguagem e os recursos expressivos (sobretudo a anáfora do verbo lembrar), tão frequentes neste excerto e em *Vinte Cinco a Sete Vozes*, podem contribuir para mostrar a dimensão do que foi vivido e como foi sentido por cada um:

Lembro-me de não ter ido à escola.

Lembro-me do meu avô o dia inteiro com o rádio colado ao ouvido e a repetir, «desta é que é!, desta é que é!»

Lembro-me de a minha avó Teresa telefonar muitas vezes e a minha mãe sem paciência nenhuma para falar com ela.

Lembro-me da minha mãe a fazer café e a encher muitas garrafas termos e sair porta fora a gritar para o meu avô, «tome conta da Sónia e do João, pai que eu vou levar café aos soldados!»

Lembro-me de ninguém me ligar nenhuma.

Lembro-me de o João entornar a papa na carpete e de ninguém lhe ralhar.

Lembro-me do meu pai a dar-me um cravo e a pôr um cravo entre as grades da cama do meu irmão. *Lembro-me* de o ver abraçar o meu avô durante muito tempo.

Lembro-me de não haver desenhos animados na televisão.

Lembro-me de ir muito tarde para a cama.

Lembro-me de não ter lavado os dentes.

Lembro-me de adormecer a pensar, «Deus queira que amanhã também não haja escola» (p.60; sublinhados nossos)

Os testemunhos da Sónia são singulares e bastante elucidativos pois trazem um contributo diferente para o conhecimento do período anterior ao 25 de Abril de 1974. Repare-se na forma curiosa como é abordada a questão da censura:

Lembro-me do meu avô sempre de ouvidos colados ao aparelho de rádio, e eu a dizer, «põe mais alto avô!, põe mais alto!», e ele a mandar-me calar, e a dizer, «não pode

ser, tem de ser baixinho para ninguém ouvir» e eu sem perceber, porque noutras alturas o avô até tinha a música em altos berros (p.57).

Não podemos esquecer, aquando da nossa leitura, que *Vinte Cinco a Sete Vozes* se destina a um público jovem, embora a sua inegável qualidade literária e sócio-cultural possa cativar outras faixas etárias. Está bem patente uma grande preocupação com a quantidade e qualidade da informação, não descurando nunca o valor estético e significativo da linguagem. Assim, torna-se evidente que este livro foi escrito a pensar num leitor capaz de analisar e interpretar as múltiplas leituras que se escondem por detrás dos relatos mais comuns. Repare-se no que é dito pela Sónia no início do excerto: “lembro-me de coisas que não têm importância nenhuma, e que não devem servir para o seu trabalho.”, contudo constatamos que a tentativa de isolar Portugal do resto do mundo era algo extremamente castrador e muito negativo se pensarmos na visão que tínhamos do outro e da visão que os outros tinham de nós⁴⁵. A abertura para o mundo e a inclusão na Europa só foi possível por ter acontecido o 25 de Abril de 1974.

Um outro aspecto bastante importante, e pouco abordado nos livros que estudámos, é a solidariedade prestada por algumas famílias àqueles que, perseguidos pela ditadura, abandonavam clandestinamente o nosso país:

*E também me lembro de ver a minha mãe abrir o sofá-cama que tínhamos encostado a uma das paredes da sala e pôr lençóis, cobertores e almofadas e dizer, «é para um amigo que chega muito tarde», eu já estava deitada, e no dia seguinte, quando perguntava por ele, a minha mãe dizia que ele já se tinha ido embora. Às vezes havia outros amigos que se demoravam mais, e era estranho porque *nunca saíam do quarto, nem iam à rua, nem abriam a porta, nem atendiam o telefone. Viviam dias e dias fechados* na nossa sala transformada em quarto de dormir, com o sofá sempre aberto. *Depois o amigo desaparecia*, e o meu pai ficava com uma cara muito séria e dizia que o amigo tinha ido viajar para muito longe e que não devia falar dele a ninguém (p.58; sublinhado nosso).*

⁴⁵ Repare-se em *O Tesouro*, de Manuel António Pina, como viviam enclausuradas as “pessoas tristes”. Os seus desabafos surpreendiam, pela negativa, “os turistas”, com quem falavam às escondidas.

Ao fazer a leitura desta passagem, e não prosseguindo por ter ficado tão expectante e surpreso, o que pensará o leitor? Qual será a sua interpretação? Sem dúvida ficará curioso, poderá constatar que havia algo estranho e que não se podia estar bem assim, mas terá que imaginar os motivos que levavam a esta situação. É este espaço de meditação, por muito curto que seja, em que se criam expectativas, esse tempo de reflexão que *Vinte cinco a Sete Vozes* permite.

Veja-se que só algumas linhas mais tarde se abre a ponta da cortina e se descobre que esses amigos eram exilados políticos e, então, tudo faz sentido se lembrarmos o episódio da libertação dos presos em Caxias. Para o leitor, que desconhece a nossa História recente, tudo se desvenda aos poucos pois as “peças” relatadas encaixam-se, completam-se e auto-credibilizam-se:

Quanto ao amigo, muitos anos depois, num 25 de Abril em que a televisão se lembrou de transmitir a reportagem da libertação dos presos políticos, reconheci-o quando saía da prisão no meio dos outros. Mas nunca mais o voltei a ver. O tempo separa muito as pessoas, e a memória vai-se gastando também (p.59).

A Sónia, ainda muito jovem, dos dias a seguir lembra o ambiente vivido nos dias que seguiram ao 25 de Abril. O seu discurso mostra, através da repetição do advérbio de quantidade e da sucessiva enumeração de acções, o entusiasmo excessivo e a euforia dos populares e dos estudantes que exultavam e expressavam, livremente, os seus pensamentos. Da mesma forma, os verbos no pretérito imperfeito do modo indicativo sugerem que as acções dos populares não eram esporádicas, mas pelo contrário, já faziam parte do seu dia a dia:

as manifestações que se organizavam todos os dias, os partidos políticos que se faziam hoje e se desfaziam no dia seguinte; as paredes pintadas com os slogans e palavras de ordem, «o sol quando nasce é para todos!», «nem mais um soldado para as colónias», «unidos venceremos!»[...] Lembro-me de ir com os meus pais a *muitos* comícios. Havia sempre *muita* gente, *muitas* bandeiras, *muitos* cartazes, *muita* música, falavam todos *muito* alto e as pessoas *cantavam*, *batiam* palmas, *gritavam* *slogans* em coro, *davam* grandes abraços umas às outras... (p.56).

O último entrevistado é o avô da Madalena, aquela personagem que repetia muitas vezes as mesmas coisas e que vivia o episódio da prisão de Peniche com tanta emoção que não conseguia perceber a “ligeireza” da neta que pensava na feitura de um filme, nesse lugar, para perpetuar a memória de Abril. Como podemos constatar, mais uma vez, o avô da Madalena está sempre disponível para contar o que aconteceu. A própria filha, a Sónia aconselha a entrevistadora a abordá-lo: “se você precisa de referências concretas sobre o 25 de Abril, o melhor é falar com o meu pai, esse é que lhe conta tudo, com todos os pormenores” (p.55).

Apesar do seu entusiasmo, quando conta o que se passou, nota-se que permaneceram marcas do passado no que se refere à censura:

Tenho muito prazer em conversar consigo. Conto-lhe tudo [...] Só quero é que me garanta que depois não vai mudar nada do que eu disse, nem cortar nada do eu disse (p.61).

Na conversa com a estagiária/entrevistadora, o avô vai comparando o Antes e o Agora:

Antes	Agora
“nem podíamos estar os dois como estamos agora...”	“estamos agora, aqui no café, a menina a perguntar, eu a responder, o gravador a gravar.”
“Nem a menina tinha coragem de fazer perguntas, porque ao seu lado podia estar um informador da PIDE a ouvir e [...] ser chamada à António Maria Cardoso”	
“as pessoas eram interrogadas dias e dias seguidos, sem poderem dormir. Algumas eram obrigadas a estarem de pé dias inteiros até desmaiarem ”	

⁴⁶ Questão abordada por Mário Castrim, em *O Caso da Rua Jau*.

<p>“havia a censura e por isso os jornais não diziam nada, a rádio não dizia nada...”</p> <p>“a minha irmã namorava um rapaz e um dia ele teve que ir a França fazer não sei o quê, e à volta, ela foi esperá-lo ao aeroporto. Depois vinham por aí abaixo</p> <p>a conversar, novitos os dois [...] e vá de darem um beijo. Pois logo nessa altura passou um polícia que os levou para a esquadra!”</p> <p>“Essa foi comigo. Estava eu e a minha Carminha ali num café que havia no Rossio, ainda éramos namorados, claro, e vou eu e ponho o braço à volta dos ombros dela [...] pois veio logo o empregado dizer que não podíamos estar assim, que as pessoas estavam a reparar, se a gente queria que passasse por ali um polícia e nos levasse para a esquadra.”⁴⁶</p>	<p>“Ao menos agora, podemos dizer tudo!”</p> <p>“A menina e a gente que tem a sua idade sabe lá, faz lá ideia do que é viver sabendo que estamos a sempre a ser vigiados nas coisa mais banais!”</p>
--	--

Todavia, o mais curioso é constatar que o avô vem confirmar e explicar tudo o que foi dito, anteriormente, pela Madalena, pela Sónia e até pelo pai do Paulo Jorge. Nota-se, assim, que existe uma grande preocupação em mostrar a veracidade do que foi contado. O próprio avô constata a dificuldade que os jovens têm em compreender uma época tão diferente daquela em que vivem. O que é contado é por vezes tão absurdo que se torna difícil acreditar: “Sabe, eu às vezes, quando conto estas coisas a gente assim da idade da menina ou mais novos, até tenho medo que eles pensem que

sou eu a inventar, e que essas coisas terríveis não aconteceram. O pior é que aconteceram mesmo” (p.63).

As passagens que descrevem o ambiente social de cada personagem são tão ricas do ponto de vista cultural que pintam primorosamente o tapete social do Estado Novo. Esse tapete, genuinamente português, começa a ser exposto, mas precisa de uma maior divulgação junto das crianças e jovens, para que estes possam visualizar o passado e compreender as mudanças que se efectuaram. Como diria o avô da Madalena “temos de contar estas coisas muitas vezes, muitas vezes, para as pessoas não esquecerem, para as pessoas estarem sempre atentas e não deixarem que coisas destas voltem um dia a acontecer” (p.69).

É curiosa a forma como as personagens são tratadas. O facto de nos serem apresentadas sem um nome que as identifique pode querer mostrar que representam o pensamento de um grupo de pessoas, ou seja, personificam a maneira de pensar de toda uma classe. No caso do Paulo Jorge, cujo nome só é revelado no segundo capítulo, representa o estudante pouco aplicado; a professora de Inglês representa as professoras que, apesar de não leccionarem a disciplina de História ou Português, se empenham na formação cívica dos seus alunos e tentam passar para os outros um pouco do que sabem; o pai do Paulo Jorge personifica as pessoas “ancoradas” no passado que, como muitas pessoas da sua geração, não acredita nas capacidades dos mais novos. O pai do Paulo Jorge desconfia de tudo e de todos e representa aqueles que tiveram que batalhar muito para sobreviver; a professora mais velha simboliza as pessoas persistentes e perseverantes, mas também o saber das professoras mais velhas; a Madalena e a sua família são exemplos a seguir pois dialogam entre si, partilham pontos de vista e conhecimentos.

É notória, em *Vinte Cinco a Sete Vozes*, a preocupação em divulgar Abril, ou seja, aborda-se uma questão que se prende com os meios físicos ou culturais que permitem a propagação, a “aprendizagem” e a memória da Revolução dos Cravos: a criação de museus como o museu de Peniche; o contributo da televisão, ainda muito reduzido e insuficiente, apresentando filmes ou comentários; a cooperação das escolas, mas sobretudo das famílias que têm obrigação de manter viva a memória de uma época importante da nossa História recente. Tal como foi habilmente sugerido nesta narrativa, é indubitavelmente urgente que os jovens compreendam o significado da Revolução de Abril, para que possam conhecer as suas raízes, mas sobretudo para

que possam valorizar o presente através das conquistas que se fizeram. E porque “O tempo separa muito as pessoas, e a memória vai-se gastando também”(Vieira, 1999: 59) é indispensável o contributo de todos os testemunhos.

Os quadros sinópticos que a seguir apresentamos pretendem evidenciar a pertinência dos relatos sobre o passado, quando uma das personagens pretende “redigir uma tese de mestrado sobre o 25 de Abril de 1975”. Seria impossível conhecer Abril sem enxergar, em primeiro lugar, o período histórico anterior — o Estado Novo:

	ANTES							Du- rante	Depois
	Censura	PIDE	Prisão política	Guerra Colonial	Tortura	greve de 1962	Atitude da polícia		
Paulo Jorge a)								X	
Madalena b)	X	X	X	X	X			X	
A professora de Inglês c)	X					X	X		
O pai do Paulo Jorge d)	X	X	X	X				X	Refere-se à vida facilitada dos jovens de “hoje”.

a) O Paulo Jorge só sabe que “uns militares se meteram nuns tanques e andaram de madrugada pelo Terreiro do Paço” (p.16), mas não sabe explicar porquê.

b) A Madalena: “Sei aquilo que os meus pais contam. Aquilo que os meu avô está sempre a repetir” (p.19).

c) A professora de Inglês: “O que eu acho mais importante nem é tanto falar desse dia, mas do que aconteceu antes [...] para mim o passado está tão presente!” (p.29).

d) O pai do Paulo Jorge: “Mas praticamente não me lembro de nada. Tinha 14

anos em 1974 [...] Esse dia para mim foi praticamente igual aos outros” (p.37).

	ANTES							Durante	Depois
	Censura	PIDE	Prisão política	Guerra Colonial	Tortura	Greve de 1962	Atitude da policia		
A profes-sora mais velha e)								Xf)	
A Sónia	X g)							X	X Lembra-se sobretudo <u>dos dias a seguir.</u>
O pai da Sónia h)	X	X	X	X	X		X	X	

e) Recorda as más condições da sua escola, o isolamento e o silêncio do Ministério da Educação quando de tratava de melhorar as condições das escolas.

f) Quem lhe contou o que se estava a passar em Lisboa, foi a funcionária que ouviu na rádio e o chofer que disse que: “ tinha havido qualquer coisa esquisita, tinha encontrado muita tropa na rua ...” (p.48).

g)O avô ouvia a rádio às escondidas; lembra-se, também, daqueles que se escondiam na sua casa e que depois fugiam para o estrangeiro.

h) Confirma o que disse a Sónia sobre os que fugiam: “Cheguei a ter alguns a dormir lá em casa, enquanto não arranjavam papéis para se irem embora...”⁴⁷ (p.66).

⁴⁷ Este é o único livro de ficção, que lemos e analisámos, que refere os que fugiam à guerra, eram albergados por famílias solidárias que resolviam ajudá-los a sair do país clandestinamente. Como é sabido, eram situações penosas, recorrentes no Portugal de então.

Verificámos, após a análise destes quadros, que podemos “classificar” os entrevistados em três tipos: o avô e o pai e do Paulo Jorge; a Sónia e o avô da Madalena; o Paulo Jorge e a Madalena. O pai do Paulo Jorge e a Sónia pertencem à mesma geração, eram ainda muito jovens quando se deu a revolução. O pai do Paulo Jorge tinha catorze anos e refere que esse dia foi “igual aos outros” soube pela tia e pelo pai o que estava a acontecer em Lisboa. A mãe da Madalena, a Sónia, tinha sete anos e lembra a agitação que viveu com os pais nos “dois ou três dias a seguir”, sobretudo quando aguardava, com eles e muitos outros portugueses, a libertação dos presos políticos. Os testemunhos de ambos baseiam-se sobretudo nas vivências dos pais, ou seja, naquilo que ouviram contar. O pai do Paulo Jorge, vai contando o que sabe pronunciando com “demasiada” com frequência os vocábulos “o meu pai”, ou seja, parece guardar na memória, com orgulho, o que este viveu e lhe transmitiu. Do mesmo modo, a Sónia diz “ter falhado a festa” e remete a entrevistadora para o pai que lembra tudo “com todos os pormenores”.

O avô da Madalena representa a figura do adulto que, por estar ainda vivo, testemunha e confirma tudo o que foi dito. É ele que confere maior credibilidade e veracidade à história, conferindo a esta narrativa num um “estatuto Histórico”, com “referência a acontecimentos [e] pessoas reais”. Assim, pensamos que a autora pretende, com esta personagem, marcar em relação aos factos narrados, “uma distanciação suficiente não só para criar uma boa perspectiva crítica, mas também para afastar o momento da enunciação (que idealmente seria também, *grosso modo*, o da leitura) do tempo em que decorre a acção” (Marinho, 1999: 11).

Repare-se, por outro lado, que é a professora de Inglês e não a professora de História que “aproveita” as suas aulas para falar do que “aconteceu antes”, como podemos constatar, através da análise do quadro síntese, nada diz sobre o dia 25 de Abril. A professora mais velha dá-nos a sua própria visão da Ditadura, mas fala-nos, apenas, das necessidades materiais da sua escola e do isolamento a que estava votada. Repare-se que quando se refere ao seu conhecimento sobre o dia 25 de Abril fá-lo como se a esse lugar pouco ou nada chegasse.

A alusão aos testemunhos de cada uma das professoras não é, do nosso ponto de vista, aleatória, pois retrata, com a professora mais velha, o valor que era dado ao ensino primário. A falta de meios materiais não impedia a aprendizagem dos bons princípios morais e, como é sabido, não era, nessa altura, muito importante a

formação cultural das crianças. Por outro lado, a referência à professora *de Inglês* remete-nos para a reflexão sobre a postura de alguns docentes que encaram, à sua maneira, o ensino e o seu envolvimento activo e responsável na formação cívica dos seus alunos. A professora de Inglês verbaliza um facto bastante pertinente, isto é, para os nossos jovens o 25 de Abril de 1974 continua a ser um acontecimento que desconhecem, “que não lhes diz respeito” porque como diz a professora de Inglês: “Para vocês, que têm pouco mais de vinte anos, o 25 de Abril parece que aconteceu há eternidades” (p.29).

No que concerne aos mais jovens, o Paulo Jorge e a Madalena, podemos visionar, através dos quadros síntese, o saber de cada deles. A leitura que efectuámos permitiu-nos constatar que a família de um e de outro contribuiu para a postura e a cultura geral de cada um deles.

É sabido que, “a mudança [...] de focalizadores, relatando cada um a sua versão da História, dá a medida exacta da precária verdade do passado” (Marinho, 1999: 41), no entanto concluímos desta história que as personagens, embora fictícias, relatam factos comuns, relatos entrecruzados, mas todas elas reconstituem, com singular definição, o ambiente social da Ditadura. Acresce em credibilidade quando existe a nítida preocupação, por parte do narrador, de situar a diegese num tempo e em lugares referenciados.

Segundo Maria Natividade Pires, “o que os romances de Alice Vieira centrados na História de Portugal trazem até nós é a dimensão humana, as emoções, as dúvidas, incertezas e coragem [...]. O fluir da vida, a evolução das personalidades desses homens e mulheres ganha consistência e faz-nos perceber como os grandes acontecimentos que mudam o curso da História podem estar dependentes não só das figuras que a sociedade ou o Estado consagram mas também do *papel de muitas figuras anónimas*” (1999: 61).

4.6. *O 25 de Abril Contado às Crianças ... E Aos Outros* — Da Memória à História

Se atentarmos, em primeiro lugar, no título deste livro de José Jorge Letria, e nos detivermos na intenção do autor em “contar” “às Crianças... e aos Outros”, percebemos que o autor não é de todo alheio ao papel que a literatura de tradição oral desempenhou e ainda desempenha enquanto elemento cultural.

Existe ainda hoje uma forte relação entre o conto, relato da tradição oral, e o interesse que os indivíduos nutrem pelas histórias ou “estórias”. Como George Jean esclarece: “O poder dos contos para as crianças, os adolescentes e os homens de hoje reside em parte no facto de eles construírem, num modo imaginário, por antecipação, repetição ou recorrência «cenos ou, melhor», cenários existenciais” (1981: 37).

Embora saibamos que este texto em pouco se assemelha ao conto tradicional, podemos descortinar, por parte de quem narra, a intenção de contar como se se tratasse de um texto com características semelhantes. O que se pretende, pensamos nós, é prender o leitor a um relato de acontecimentos que exige um forte envolvimento e um poder imaginativo que o possa transportar para um mundo totalmente estranho e, por vezes absurdo, como foi o universo ditatorial do Estado Novo.

É possível encontrar em *O 25 de Abril Contado às Crianças ... e aos Outros* leves reminiscências da tradição oral onde o contador da história “surpreende” e “convence” o leitor. Repare-se que não é por acaso que surge a expressão “Era uma vez ...”, quando se pretende iniciar o relato do passado.

Estamos, indubitavelmente, perante um hábil “contador da História” que escolhe com determinado objectivo, sagas reais que fazem parte da sua vivência e do seu imaginário: “Eu tenho a certeza que a casa ou na escola já te falaram do 25 de Abril, mas não sei vou contar-te esta história. Uma história pessoal como todas as histórias, mas que envolve muito do que é a minha memória sobre esse dia...” (p.5). Na opinião de Torgal, “a verdade da História está em como cada um a conta, escolhendo determinadas realidades, omitindo outras e interpretando o fio condutor da forma que entende mais correcta.” (1989:198).

Se até aqui nos defrontámos com narrativas onde a ficção completava uma História apologética do passado, onde se imaginava, sobretudo, o que ela poderia ter sido, agora deparamo-nos com uma escrita totalmente singular que retrata, com bastante realismo e pormenor, uma fase crucial da nossa História recente e que ainda faz parte do imaginário de muitos viventes. Acresce a particularidade de podermos “confiar” num narrador onisciente, um autor em plena actividade, que relata de forma empolgante o que viveu com convicção e entusiasmo. Por isso, estes testemunhos, se assim lhe podemos chamar, não revelam neutralidade ideológica, por não se tratar, na nossa perspectiva de “um jogo descompromissado”. Prevalece, todavia, uma escrita profícua com um propósito formativo, pedagógico, cívico e cultural onde os conhecimentos e as emoções são transmitidas em doses “pouco equilibradas”, mas procurando, sempre, estimular o envolvimento e a curiosidade do leitor. Aliás, como bem podemos constatar, o título sugere uma narrativa dirigida a um destinatário diversificado, ou seja, às crianças, mas também a um público cujos conhecimentos acerca do 25 de Abril de 1974 são restritos.

É curiosa a capacidade comunicativa e sedutora deste narrador, pois “não podemos esquecer que, sem estarmos motivados para a descoberta, nenhuma informação, por mais completa e importante que seja, conseguirá nos interessar ou será retida em nossa memória” (Coelho, 1984: 27).

Assim, deparamo-nos com uma escrita que flui em tom de conversa, num discurso próximo do narratário/leitor, numa constante interpelação de quem lê, o que torna o relato vivo e emotivo sem ocultar, na narração dos factos históricos, uma sobeja dose de subjectividade, emoção e “orgulho”. Esta estratégia discursiva parece-nos bastante eficaz, pois para além de prender e seduzir o leitor, numa interpelação directa, espicaça-o com algumas perguntas retóricas que o levam a reflectir e a manter a curiosidade sobre determinadas questões: “foi um dia especial para os Portugueses. *Porquê?*” (p.5); “Muitos milhares de pessoas passaram pelas prisões: operários, escritores, políticos, cantores, músicos, artistas de teatro e até padres e freiras. *Porquê?* Só porque pensavam de uma maneira diferente e tinham a coragem de o dizer” (p.18); “O tema da emigração era outro que a censura não deixava tratar nas páginas dos jornais. E *porquê?* Hás-de tu perguntar” (p.20); “Agora que comesças a perceber um pouco mais do que se passava antes do 25 de Abril de 1974, é natural

que queiras saber nomes e *porque* agiam dessa maneira” (p.15); “Calculo também que estejas a perguntar: e afinal *o que é* a revolução?” (p.30).

Veja-se que ao longo da narrativa, o sujeito de enunciação parte do princípio que o seu destinatário/leitor evoluiu na sua aprendizagem, havendo, assim, uma constante interpelação, quase como se houvesse um diálogo: “começas a perceber” (p.15); “E é natural *que tu perguntes*” (p.19); “Penso que neste momento já estás em condições de perceber” (p.30); “Mas não penses que tudo foram rosas” (p.20); “E o que quer isto dizer?” (p.21).

Assim, tal como acontece em *Outras Maneiras de Contar a Mesma História* de Manuela Cruzeiro e Augusto Monteiro, percebemos que “não estamos perante um simples livro de divulgação histórica. [...] os contributos do literário são extremamente importantes na composição do discurso [...] que ajudará, por certo, a perceber que os exemplos de dignidade, solidariedade e inconformismo do passado são as bases da construção de um futuro para todos” (pp.10-11). E esta missão de dar a conhecer, perpetuar, remunerar está bem presente neste livro: “Eu acho, mesmo que me digam o contrário, que é importante que *tu* saibas tudo isto, pois o País que hoje é teu foi feito com a coragem dessas pessoas de que quase ninguém fala. Elas ajudaram a construir a liberdade que hoje tens para brincar, para falar, para escrever e para pensar da maneira que achas mais justa. *Nunca te esqueças que elas existiram*” (p.18; sublinhados nossos).

Apesar de não estarmos perante um livro de ficção, onde o leitor se possa colocar na “pele” das personagens, o sujeito de enunciação coloca o leitor perante situações difíceis, que não fazem parte do seu quotidiano, mas que o podem levar a reflectir e a tomar uma posição crítica:

Imagina o que seria, na *tua* escola, teres uma opinião diferente dos *teus* professores e dos *teus* colegas e, por isso, seres fechado numa sala escura ou numa arrecadação como uma forma de castigo por pensares de maneira diferente [...] será que podes imaginar o que é tocarem à porta da *tua* casa às seis da manhã e levarem preso o *teu* pai ou a *tua* mãe, só por terem defendido uma opinião diferente da que tinha o professor Salazar? (p.16);

Sinceramente, não consigo imaginar-te hoje, de braço esticado, [...] acreditavam que, se orientassem o pensamento dos mais jovens a partir dos bancos da escola,

manteriam o regime no poder durante mais tempo do que ele, de facto durou. O 25 de Abril, quando chegou, feito pelos homens que andaram nas fileiras da Mocidade Portuguesa⁴⁸, mostrou até que ponto eles estavam enganados (p.24).

Deste modo, compreendem-se os inúmeros exemplos que percorrem todo o texto, pois pretendem promover sentimentos de repulsa ou discordância, criando no leitor a verdadeira dimensão de uma realidade que dificilmente poderia aceitar como verdadeira, ou seja, “ce n’est que lorsque le lecteur doit constituer, au cours de sa lecture, le sense du texte — et ceci non pas à ses propres conditions (en faisant des analogies), mais bien dans des circonstances qui ne lui sont pas familières — que quelque chose s’exprime en lui qui met en lumière un élément de sa personnalité dont jusqu’alors il n’avait pas conscience” (Decréau, citado por Glória Bastos, 1999:154).

Percebe-se que um fio condutor perpassa toda a obra, “abre as portas da memória” e expõe o quotidiano amargo e sofrido da Ditadura, contrapondo-o ao dia de festa que foi o 25 de Abril de 1974. Repare-se que o livro se estrutura em três partes significativas: uma primeira parte introdutória, que esclarece, prepara e o situa o leitor face a uma invulgar narrativa; uma segunda parte constituída por cinco capítulos com títulos bastante significativos a nível semântico: “Era Uma Vez Uma Guerra”; “As Palavras Proibidas”; “O Sol Para Além Das Grades”; “Este Parte, Aquele Parte”; “«Lá Vamos Cantando e Rindo»”; “O Poder, e a Forma como Funcionava” e uma última parte que se refere exclusivamente ao dia 25 de Abril, ou seja, “Um Dia Que Abalou a História”.

O narrador começa por “falar” da Revolução de 1974 comparando-a com a Revolução de 5 de Outubro de 1910 e com a Revolução de 28 de Maio de 1926, mas considera-a “a mais importante mudança política no séc. XX” porque esse dia “teve uma dimensão e uma projecção nacional e internacional muito maiores, não só porque fez a promessa de acabar com as guerras que havia em África, nos territórios que ainda pertenciam a Portugal...” (p.6).

Assim, a descrição desse dia pretende mostrar ao leitor as emoções vividas pelos portugueses, mas pretende, acima de tudo, torná-lo conhecido e com verdadeiro

⁴⁸ Dos livros que lemos e analisámos, este é o único que aborda o tema “A Mocidade Portuguesa”.

significado. As constantes interpelações ao leitor informam um discurso com forte pendor informativo e imperativo, apelando a uma participação e a um contributo cívico por parte dos mais jovens, que têm por dever, na opinião do narrador, manter viva a memória do 25 de Abril de 1974.

esse dia foi um dia de festa e de grande esperança que trouxe para as ruas e para as praças, em todo o País, gente de todas as idades. As pessoas queriam saber o que estava a acontecer, mas, mesmo antes de o perceberem, chegaram a uma conclusão importante: os militares estavam na rua em nome da paz e não da guerra, em nome da liberdade e não da falta dela, em nome da compreensão e do dialogo e não em nome do silêncio e do ódio. [...] Eu sei que nesse dia tu ainda não tinhas nascido e que se calhar, os teus pais ainda nem sequer se conheciam. Mesmo assim, posso dizer-te que esse dia foi feito a pensar em ti. [...] Por isso, este dia também é teu, e é importante que o sintas dessa maneira ao longo da tua vida. E, quando chegar a altura, será bom que possas falar dele aos teus filhos e aos teus netos, porque dias como o 25 de Abril só se mantêm vivos se nos lembrarmos do seu significado e lhe dermos sentido nas nossas vidas. O 25 de Abril é sinónimo de liberdade, como as plantas e as flores, acaba por murchar se não as regares com frequência (p.6).

É notória a preocupação em mostrar o que se passou num período “negro” da nossa História, são fortes as críticas ao regime e surpreendentes os maus exemplos apontados. Tal como acontece em outras obras sobre o mesmo tema, não são esquecidas as explicações e os exemplos, por vezes “emocionados”, sobre as enfermidades que transformavam Portugal num “país doente”. Mas “Era Uma Vez Uma Guerra” explana em pormenor um aspecto, segundo o narrador, primordial: “a esta distância, posso garantir-te que a guerra foi uma das principais causas do 25 de Abril. [...] foram os militares que quiseram acabar com a guerra que saíram para a rua em 25 de Abril de 1974 e devolveram a liberdade e a paz ao nosso país” (p.10).

O estatuto onisciente que o narrador assume, não ocultando a sua “visão das coisas”, e a familiaridade com que se dirige ao leitor transformam um “assunto polémico” num relato muito realista com afirmações consolidadas: “Os anos de guerra foram tristes, longos e duros. Trouxeram muito luto e muita angústia aos Portugueses. O 25 de Abril acabou com este pesadelo, e só isso bastaria para falarmos dele com orgulho” (p.11).

O 25 de Abril Contado às Crianças...e aos Outros é o livro que trata com mais ênfase a guerra do ultramar, evidenciando as suas consequências nefastas, por isso resolvemos apresentar toda a informação dividindo-a em três pontos fundamentais: “Uma guerra indesejada”; “Quem partiu e em que número” e “Quais as consequências”.

“Uma guerra indesejada”
“uma guerra que obrigava a [...] combaterem” (p.8); “Salazar disse: «Para Angola, rapidamente e em Força!»” (p.9); “Os portugueses gostam pouco de falar dessas guerras” (p.9); “pessoas ausentes do País para não terem de combater nela” (p.8); “Abandonavam o serviço militar [...] abandonavam o País [...] não por medo e cobardia faziam-no apenas porque não concordavam com essa guerra” (p.9); “Não penses que alguma vez nos perguntaram se estávamos ⁴⁹ de acordo ou não” (p.10); “A maioria dos militares não estava disposta a bater-se por territórios que não lhe pertenciam, que tinham populações e culturas próprias” (p10).

As expressões que seleccionámos permitiram que chegássemos à conclusão que a guerra era indesejada. Repare-se, para o efeito, na escolha dos verbos e expressões de conotação negativa: obrigar a combater; gostar pouco de; não ter de combater; abandonar; não perguntar se estávamos de acordo; não estar disposto a bater-se, etc.

“Quem e em que número”
“milhares de jovens a combater em África” (p.8). “Quase todos os portugueses tiveram familiares envolvidos” (p.8). “rara foi a semana em que não partiram barcos e aviões com tropas” (p.8). “foi necessário chamar centenas de milhares de jovens, os milicianos” (p.10).

⁴⁹ Repare-se que o narrador assume o seu envolvimento na guerra. Essa experiência torna o discurso mais real e emotivo.

“Quais as consequências”

“*custou a vida a mais de oito mil portugueses e um número indeterminado de Africanos*”⁵⁰;

“De África voltavam todas as semanas navios e aviões com caixões de militares e com jovens atingidos para sempre por graves ferimentos de guerra”

“o país perdeu o melhor da sua juventude e da sua inteligência [...] estudantes universitários não puderam concluir os estudos”

“Imagina os engenheiros, os arquitectos, os professores, os artistas, os operários que se perderam em África”

“Essas guerras que lhe deixaram marcas terríveis no corpo e na memória”

“dezenas de milhares de jovens voltaram [...] com marcas da guerra com braços e pernas amputadas, com pedaços de metal metidos na carne [...] com a vista perdida para sempre [...] passaram a dormir mal, a ter medos indefinidos e a não suportar o estrondo de um foguete”

“O país perdeu o melhor da sua juventude”

Obviamente, a guerra, do ponto de vista humano, traz sempre consequências negativas, mas como mostrá-lo ao jovem leitor, que pode interrogar-se sobre a veracidade dos factos? Sendo um assunto que considera fundamental para o conhecimento do Estado Novo e das suas ideias imperialistas, o contador da História tece um discurso anafórico e persuasivo, repleto de palavras com conotação negativa: caixões; mortos; ferimentos graves; marcas terríveis; marcas da guerra; amputadas; não suportar, etc. Acresce, de forma a tornar as suas palavras mais convincentes, o apelo à memória de episódios reais, que possam ser confirmados: “Talvez os teus pais se lembrem de ver na televisão, todas as semanas, um programa chamado «Ao

⁵⁰ Veja-se que o narrador não se refere apenas à morte dos portugueses, pelo contrário transmite a ideia, tal como Mafalda em *Vinte Cinco a Sete Vozes*, de Alice Vieira, que a morte dos Africanos é igualmente indesejada. Esta perspectiva permite transmitir aos jovens uma visão anti-racista e mais humanitária.

Serviço da Nação», em que apareciam soldados muito jovens a dizer às famílias distantes: «Adeus, até ao meu regresso». Muitos deles nunca chegaram a regressar, e alguns, quando essas imagens eram transmitidas, já tinham mesmo morrido em combate. [...] O 25 de Abril acabou com esse pesadelo, e só isso bastaria para falarmos dele com orgulho” (p.11).

Perpassa todo o capítulo, a opinião de um narrador manifestamente contra a posse de um império ultramarino que os governantes da época teimavam em manter, ou seja, prolifera as mensagens “políticas” e “ideológicas”. A panóplia de adjetivos disfóricos, que associa a essa guerra, não poderiam demonstrar outra coisa. Veja-se como é conseguida a imagem de uma guerra “das mais terríveis”:

“Caracterização directa da guerra ultramarina”
“Foi uma guerra inútil e indesejada”
“Foi das mais terríveis que os portugueses tiveram de travar em toda a sua história”
“guerra que não fazia qualquer sentido [...] causa injusta”
“o <i>fantasma</i> da guerra”
“ <i>banho de sangue</i> ”
“os anos das guerras foram tristes e longos, trouxeram <i>luto</i> e muita <i>angustia</i> ”
“o 25 de Abril acabou com esse <i>pesadelo</i> ”.

O último capítulo é, indubitavelmente, muito importante, se tivermos em conta a visão apologética que se pretende transmitir do “Dia D”. O narrador, em nosso entender, não pretende “incutir valores”, mas pretende que os jovens os adquiram a partir de várias deduções, ou seja, a partir da comparação crítica entre o *Antes* e o *Agora*:

Penso que neste momento já estás em condições de perceber que o 25 de Abril de 1974 não foi apenas uma data e um acontecimento. Foi uma viragem na nossa História do séc. XX, que explica muito daquilo que hoje somos e das condições em que vivemos. [...] não havia liberdade e passou a haver, não havia democracia e passou a haver, já havia esperança e a esperança foi correspondida (p.30).

Achamos que o autor conseguiu mostrar que o 25 de Abril não é uma realidade virtual e que “as chamadas conquistas de Abril, as mil vezes celebradas liberdade e democracia, só serão suficientemente apreciadas e entendidas se percebermos que elas não são dado natural, que nem sempre existiram como uma espécie de fatalidade. Foram uma conquista; nasceram de uma ruptura violenta com um regime que sufocou esses valores (Cruzeiro e Monteiro, 2000: 79).

Sem endeusar os heróis de Abril, pois afirma que “o homem não é um ser perfeito, e as suas obras também raramente são perfeitas” (p.38), o narrador menciona com entusiasmo os “seus” capitães, ou seja, retrata um herói colectivo valorizando a sua juventude, a sua vontade, a sua coragem, o seu desejo de partilha e a sua experiência de guerra:

Tinham famílias, mas quiseram correr riscos. Tinham sonhos e esperanças e quiseram que todos esses sonhos e esperanças fossem de todos os portugueses na hora de os verem concretizados. [...] eram oficiais com grande experiência da guerra em África[...] cito só alguns para nunca te esqueceres dos seus nomes: Vítor Alves, Almada Contreiras, Vítor Crespo; Martins Guerreiro, Salgueiro Maia, Marques Júnior e tantos outros que a História se encarregará de recordar quando já não estiverem vivos (p.32).

Como é consabido, nomear é lutar contra o esquecimento e é, sem dúvida, a memória que aqui se pretende preservar. Não foram esquecidos nomes importantes como “Zeca, ou Zeca Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire, Francisco Fanhais” que lutaram por Abril com uma arma poderosíssima, a palavra.

4.7. *Catarina de todos nós* — Heroína alentejana, baluarte da Liberdade

Gostaríamos de referir o livro *Catarina de todos nós*, de Sidónio Muralha, publicado pela Editorial Caminho em 1979, cinco anos após a Revolução de Abril.

Se atentarmos no título, criamos de imediato a expectativa de que Catarina deve ser um personagem de relevo na história, visto que, como refere Carlos Reis: “a relação do *título* com a narrativa estabelece muitas vezes em função da possibilidade que ele possui de realçar, pela denominação atribuída ao relato, uma certa **categoria** narrativa, assim desde logo em destaque. A **personagem** é justamente uma das categorias, talvez a que com mais frequência é convocada pelo título, sobretudo em períodos literários interessados no percurso (social, ético, ideológico, artístico, etc. da pessoa humana” (2000: 415; sublinhados no original). Neste caso, Catarina foi uma personagem que teve um percurso social e ideológico de interesse no “contexto de Abril”, Sidónio Muralha refere-se a ela como uma vítima do Estado Novo.

No entanto, passados trinta e dois anos, duvidamos que o leitor a quem se destina este texto — uma chamada de atenção, no canto superior direito, indica o nome da editora e faz questão de frisar que se trata de um livro “infantil e juvenil” — possa deduzir que Catarina é Catarina Eufémia, camponesa, “companheira de luta” com ideologia comunista. O segundo termo, “de todos nós”, remete, talvez, para alguém que, por algum motivo, faz parte da nossa História. Todavia, os elementos paratextuais acrescentam alguma informação, embora insuficiente, mas não conseguimos descortinar nem o tema nem o assunto tratado no livro. Na capa, pode ver-se um rosto de mulher, ainda jovem e olhar triste, e um busto, simbolicamente representado por uma seara, que remete para uma ação passada no Alentejo. Na contracapa, podemos ler a seguinte “dedicatória”, escrita por Sidónio Muralha:

E agora aqui estou, Catarina,
simples escritor e homem simples,
para contar quem tu foste
às meninas e meninos da minha terra.

A acompanhar o texto temos a imagem de Catarina, ainda menina, passeando num campo verdejante, feliz e com um ramo de espigas e papoilas na mão. Se

reflectirmos um pouco sobre a diferença entre esta imagem e a imagem da capa, podemos pensar que a menina feliz se transformou numa mulher triste por algum motivo. É este mistério e a procura da verdade que pode criar expectativas e incentivar à leitura.

A história inicia-se com um narrador de primeira pessoa, ou seja, um “eu” que se impõe encetando a diegese, mas trata-se apenas de um pretexto para contar uma outra história: a história de uma menina — filha de um amigo do narrador, cujo nome é Catarina — traz à memória do narrador a vida de Catarina Eufémia. Só na vigésima primeira página o narrador de primeira pessoa reaparece num texto em verso que quase constitui um hino à figura de Catarina Eufémia. O sujeito de enunciação torna-se um “eu” que assume o seu papel de escritor, um sujeito que se dirige constantemente a um “tu”, Catarina, invocando-o como símbolo de orgulho alentejano e português:

E agora aqui estou, Catarina,
simples escritor e homem simples,
para contar quem tu foste
às meninas e meninos da minha terra.
Tu, Catarina, orgulho do Alentejo,
do Alentejo onde meu pai nasceu.
Tu, Catarina, orgulho dos portugueses
Que não tem um mealheiro no lugar do coração... (p.21).

Passado o impacto das primeiras linhas, percebemos que este livro é, sobretudo, a biografia de uma mulher alentejana que se destacou pela “ousadia” de lutar pelo seu trabalho e pelo trabalho de todos. Traça-se, assim, resumidamente, o seu percurso de vida:

Catarina, Catarina, murmura o vento quando faz ondular as espigas de trigo que as mulheres e os homens semearam com o trabalho e o amor que será o pão de amanhã. Foi aqui que ela nasceu, se fez mulher, casou, teve filhos, lutou em defesa do seu povo. Mataram-na os fascistas, quando tinha apenas vinte e seis anos. Assassinará-na com aquelas balas que podem matar as pessoas mas não conseguem matar as verdades” (p.7).

Como podemos constatar através do discurso do narrador, o tempo que medeia o acontecimento e o tempo da escrita não conseguiu apagar todos os ressentimentos ao ponto de se detectar, nesta escrita, o traço ideológico do autor. Repare-se como um discurso tão poético e ao mesmo tempo tão ideológico consegue retratar, através das metáforas, a perseverança o espírito de luta e a coragem dos que lutaram pelos seus ideais:

as verdades são sementes lançadas à terra, trazem o sol dentro, rebentam, crescem, frutificam, transformam-se em searas imensas no coração da gente.[...] É proibido pensar! — exigia o patrão de todos os fascistas. — Prendam o pensamento. — gritava ele para os colaboradores que o serviam com uma fidelidade canina. E milhares de progressistas eram presos porque pensavam, mas o pensamento deles atravessava as grades e continuava na rua, nas praças, nos campos, ninguém o podia prender” (p.8).

O discurso hiperbólico e a enumeração retratam primorosamente o ideal dessas pessoas, pois *Catarina de todos nós* aborda um aspecto da História de Portugal pouco tratado na Literatura Infanto/Juvenil, ou seja, a vida difícil no Alentejo, antes da Reforma agrária. A vida de Catarina e de tantas outras mulheres espelham um *antes*, isto é o seu percurso de vida é a amostra de um passado que se modificou com a Revolução. Esse período descreve as condições de vida dos alentejanos que viviam oprimidos sendo obrigados a obedecer curvados e subjugados por senhores que possuíam a terra: “Vinte anos de fascismo, de torturas, de mortes” (p.21). Toda esta “miséria alentejana” constitui, indubitavelmente, mais uma das causas da revolução, mas o tema só foi abordado, tendo em conta o nosso *corpus*, por Sidónio Muralha, em 1979 e por Conceição Lopes e Carlos Barradas, em 1984.

A passagem do *antes* ao *depois* concretiza-se, neste livro, apenas, pelo regresso de Catarina Eufémia à sua terra:

E assim se chegou ao 25 de Abril, quando o passado triste foi queimado numa labareda de cravos vermelhos. E todos se lembraram de Catarina, avançando corajosa a caminho da morte, levava um filho nos braços, trazia um outro filho no ventre.

Na manhã de domingo 19 de Maio de 1974 mais de cinquenta mil pessoas, vindas de toda a parte do país, chegaram a Baleizão, cidade Alentejana que viu Catarina nascer

e onde hoje repousa para sempre. Para sempre amada, para sempre lembrada, só vinte anos após a sua morte o povo conseguiu devolvê-la à sua terra natal (p.8).

Depreende-se pelo discurso “magoado” do narrador e pela minuciosa biografia apresentada, que está patente o forte intuito de preservar a memória de Catarina Eufémia, apresentando-a a um público jovem como protagonista de um livro que lhe é destinado. Assim, num processo de aproximação ao leitor fala-se da sua infância, mas uma infância marcada pela negatividade dos tempos vividos: “Brinquedos? Não nunca brinquedos [...] cresceu sem mesmo saber que fora criança”. E prossegue a sua história de vida difícil.

A vida árdua de Catarina e as injustiças sociais que os mais desfavorecidos sentiam, são mostradas ao jovem leitor estabelecendo-se a seguinte comparação:

O Senhor Nunes, o proprietário	Catarina e os camponeses
“O Senhor Nunes, lá em cima, sem trabalhar e com a mesa farta” (p.12).	“e os camponeses, em baixo, trabalhando horas a fio para ganhar uns poucos tostões” (p.12).
“Alguém, chamado proprietário, tinha tudo, mesmo sem trabalhar” (p.13).	“e os camponeses não tinham nada, apesar de trabalharem de madrugada ao anoitecer” (p.13).

Outras estratégias adoptadas são as perguntas retóricas, que despertam a atenção do leitor para determinados aspectos, e as opiniões/explicações, discurso avaliativo do narrador, que surgem ao longo de todo o texto:

A terra pode ter dono? Os homens e as mulheres podem ter dono? A resposta, como todos sabem é não. Ninguém pode ser dono de uma pessoa e não é possível comprar com dinheiro a terra que só se entrega a quem a trabalha, a semeia, faz dela a grande alegria das flores, das árvores, do trigo, do centeio, do milho, de tudo o que não devia

pertencer a um indivíduo que não trabalha a terra, só a explora, só quer receber o que ela produz. [...] A terra devia ser de quem a trabalha, nesta geração, nas gerações futuras, e não a quem olha da janela. [...] Pode haver injustiça maior? (pp.12-13).

Repare-se, na estratégia usada para elevar a figura de Catarina e denegrir a imagem do Tenente Carrajola. A caracterização desta personagem mostra bem a simpatia que o narrador nutre por esta personagem, tentando, de igual modo, fazer passar uma imagem extremamente negativa dos feitores. Por outro lado, por contraste, a figura de Catarina Eufémia sobrepõe-se pela positiva angariando a simpatia do leitor que pode indignar-se face à descrição de tamanha injustiça. É essa tomada de posição que o narrador procura no “seu leitor”. O tenente Carrajola, a mando de José Vedor, feitor do Senhor Fernando Nunes “fazia relatórios para os seus superiores e assegurava que os camponeses que exigiam apenas liberdade, pão e trabalho, teriam como resposta a violência, a prisão, o desemprego e a fome” (p.14).

A Natureza é apresentada de forma apologética, como a “maior de todas as festas. Mas a natureza também se engana. E foi assim que nasceu e cresceu um ser humano, que nada tinha de humano e que mais tarde seria o tenente Carrajola, pago pelos fascistas para amedrontar e perseguir os trabalhadores do Alentejo” (p.14).

O tenente Carrajola	Catarina
“andava bem armado, cumpria as suas ameaças, maltratava os camponeses, olhava com vaidade as suas botas luzidias...” (p.15).	
“Carrajola, o tenente Carrajola, era o egoísmo, a ambição pessoal, a hipocrisia e a maldade” (p.15).	Catarina, Catarina Eufémia, era a generosidade, a coragem, a participação na luta de seus companheiros para que conquistassem dias melhores” (p.15).
“Carrajola só merecia repúdio, desconfiança e menosprezo, tudo sentimentos que rastejam e envergonham” (p.15).	“Catarina era olhada com simpatia, amor, consideração e estima, tudo sentimentos altos como as montanhas onde as águias fazem os ninhos” (p.15).

<p>“Carrajola só tinha como ferramentas um revólver e uma metralhadora e com eles intimidava os homens e mulheres da região em nome do fascismo.”(p.15)</p> <p>“Mas quando nasceu Carrajola, a Natureza estava distraída e só mais tarde percebeu que tinha deixado vir ao mundo um monstro...” (p.18).</p>	<p>“Catarina tinha como instrumentos de trabalho as mãos nuas, a foice e a enxada” (p.15).</p> <p>“A Natureza, no dia em que nasceu Catarina, andava toda enfeitada e o seu equilíbrio era perfeito” (p.18).</p>
---	--

Após a caracterização das personagens, narra-se o drama vivido pelo povo alentejano: “Catarina ia à frente das companheiras a caminho do Monte Olival. Tinham estado em greve e quando pediram aumento da jorna o Senhor José respondeu, em nome do patrão, que poderiam voltar ao trabalho mas as condições seriam as mesmas. [...] *Estávamos* no dia 19 de Maio de 1954, numa quarta-feira que deveria ser diferente de todas as outras”(p.19). O narrador apresenta-se, de novo, como um narrador autodiegético e mostra lembrar-se, em pormenor, como testemunha, de tudo quanto aconteceu, o que acrescenta credibilidade ao discurso. A narração do que aconteceu põe em evidência a postura indefesa de Catarina em contraste com a arrogância e o poder do feitor, tornando o acto cometido mais criminoso. O uso do pretérito perfeito e a sucessão dos factos narrados mostram que tudo aconteceu sem que houvesse tempo para pensar, pois o tenente Carrajola não via os trabalhadores como seres humanos:

De repente Carrajola, de metralhadora em punho e seguido dos seus homens, saltou do esconderijo onde se encontrava e *gritou* para as mulheres e para Catarina:

— Que é que vocês querem suas burras?

— Nós queremos, respondeu Catarina Eufémia *calmamente*, pão para os nossos filhos, trabalho e paz.

Então o tenente Carrajola *esbofeteou* Catarina, a criança que ela trazia no colo começou a chorar, e a camponesa olhou o tenente nos olhos com tal firmeza e decisão que Carrajola *perdeu a cabeça, apertou o gatilho, estreou a*

metralhadora que recebera de Lisboa e com três tiros *assassinou Catarina* enquanto berrava para os seus subalternos:

— Matem todas essas burras! Matem todas essas burras![...]

Só vinte anos depois o corpo de Catarina deixou o cemitério de Quintos e voltou a Baleizão (pp.19-21; sublinhados nossos).

Esta leitura poderá levar os jovens à conclusão que algo mudou na nossa sociedade e que essa mudança resultou da coragem que alguns tiveram para se impor e protestar. Abril está, assim, bem presente em *Catarina de todos nós*.

5. Conclusões

O percurso que efectuámos permitiu que percorrêssemos um trilho, para nós totalmente virgem, pois desconhecíamos à partida que fosse possível encontrar um número tão significativo de livros sobre o 25 de Abril de 1974. Tornou-se uma tarefa árdua, na medida em que estávamos a lidar com um tema muito pouco trabalhado na Literatura para crianças e jovens. Sendo escassos os elementos teóricos em que pudéssemos apoiar o nosso estudo, restava-nos desenvolver um trabalho de análise mais minucioso no sentido de alcançarmos conclusões com algum significado. Defrontámo-nos com um leque de obras distintas, mas todas elas surpreendentes, quer pela mestria com que se dirigem ao público jovem quer pela qualidade literária que, na nossa opinião, todas apresentam. Contudo, o facto de lidarmos com o mesmo tema tratado por autores diferentes trouxe alguma dificuldade, na medida em que alguns aspectos eram recorrentes em todos eles. Por outro lado, essa similitude permitiu que tirássemos algumas conclusões que julgamos pertinentes.

A primeira grande dificuldade surgiu quando tentámos “arrumar” o nosso *corpus* segundo uma determinada tipologia. Tratando-se de livros que retratam um período bastante significativo da História de Portugal, fomos tentados a classificar alguns deles de “Romance Histórico”, mas a pequena extensão das obras, a simplicidade do enredo e o número reduzido de personagens não nos permitiu fazê-lo. Assim, resolvemos agrupá-los em três grandes grupos: *a História na ficção*; *a História ficcionada* e *Obras predominantemente informativas*. Consideramos que estas três categorias caracterizam, de forma adequada, a maneira como a História é apresentada nos livros que analisámos.

Nos parágrafos seguintes procuraremos destacar e sintetizar os elementos mais relevantes que fomos identificando ao longo do nosso trabalho.

Constatámos que em várias obras, sobretudo as dedicadas a um público jovem, prevalece a preocupação cívica dos seus autores que lutam contra a ignorância e o esquecimento de um acontecimento histórico do século XX, tão importante para todos os Portugueses. Talvez o façam, como refere José António Gomes, “por dever de historiadores, de divulgadores e de pedagogos, é certo que o fazem também por dever

de memória, para projectar no presente e no futuro as lições do passado e para afirmar essa memória, perante os branqueadores da ditadura salazarista e marcelista. Nobre é o desígnio dos autores, porque assim procedem a pensar nos mais jovens” (2001:9).

Percebemos que existe, por parte de quem escreve, a plena consciência do desconhecimento dos jovens sobre o dia 25 de Abril de 1974 e o desinteresse e a ignorância destes sobre o significado da data que se comemora nesse dia. Segundo Alice Vieira: “para aqueles que andam agora na escola, trata-se de um tempo verdadeiramente pré-histórico: dinossauro ou “chaimite” são bichos estranhos que lhe provocam o mesmo ar de espanto e incredulidade. [...] Liberdade? Democracia? Já nasceram nelas, e nem lhes passa pela cabeça que alguma vez as coisas pudessem ter sido de outra maneira” (Freire, 2006: s.p). É contra esta ignorância que, hoje, muitos autores têm lutado, por isso não podemos continuar a ignorá-los como se nada tivessem feito contra o esquecimento de Abril.

Verificamos que alguns deles atribuem à família o dever e a obrigação de transmitir aos filhos, aos netos e aos mais jovens os seus conhecimentos e as suas memórias sobre o que se passou em 1974. Por isso, é recorrente identificarmos, na maioria dos textos, narradores — o avô, o pai, a mãe — que contam episódios de repressão, vigilância, imposições, vividos durante a Ditadura, para que filhos ou netos possam compreender o mal - estar que grassava entre civis, mas sobretudo nas forças armadas.

De igual modo, é notória a responsabilidade atribuída à Escola, pois, na opinião de muitos autores cabe aos professores a tarefa importante de mostrar, de testemunhar e incentivar a procura do saber: “em especial junto daqueles que muito ignoram dessa revolução que, durante breves (mas exaltantes) meses, fez de Portugal notícia de primeira página em todo o mundo e, em especial, na Europa” (Monteiro, 2001: 11). Nalguns casos, verificamos que existe a preocupação de evidenciar o papel de alguns professores que conseguem, apesar da indiferença inicial dos seus alunos, o interesse sobre o 25 de Abril de 1974. É curioso, também, observar que geralmente, o método apontado e privilegiado para a aprendizagem sobre este assunto é a leitura e a pesquisa, de modo a que eles possam tirar as suas próprias conclusões e ajuizar sobre o que de facto aconteceu.

Curiosamente, são várias as situações em que o ponto de partida para a escrita da “história de Abril” se concretiza num ambiente escolar que estabelece a ponte com

a família. Por vezes, é um trabalho de investigação, orientado por professores de determinada disciplina, que envolve pais e filhos na descoberta de um passado comum, ou seja, ainda muito próximo para os primeiros e muito longínquo para os últimos. Não podemos esquecer que o interesse e a “aprendizagem” do leitor ocorrem em paralelo. O relato da História é normalmente concretizado, como se se tratasse de um conto ou uma história que “nasce”, por exemplo, no sonho de uma personagem. Segundo Cecília Schmidt-Branco, “Não há talvez ciência mais própria para entusiasmar os jovens do que a história, mas a história animada, plástica, cheia de personagens vivas, que pensem, falem, gesticulem, obrem, se agitem, perante os olhos fascinados do neófito, em uma corrente viva e rápida, consoante com o pulsar juvenil do se coração” (1981: 30).

Constatámos, de igual modo, que o ambiente onde se desenrola a “história sobre Abril” é, nalguns casos, um ambiente familiar ao jovem leitor, quer pela linguagem utilizada quer pelo tipo de personagens que interagem entre si. Assim, torna-se certamente mais fácil seduzir e captar a atenção de quem lê .

Os protagonistas da ficção são, em quase todos os casos, jovens com os quais os leitores se podem identificar. No caso da narrativa *Vinte Cinco a Sete Vozes*, de Alice Vieira, a jovem Madalena é uma aluna atenta, interessada, estudiosa e um modelo a seguir. Em contrapartida, o Paulo Jorge é retratado como um mau exemplo pois nada sabe sobre a História recente do seu país. Em *O Caso da Rua Jau*, na “crónica do quotidiano”, de Mário Castrim, os protagonistas são jovens que sofrem “reprovações” por terem um comportamento reprovável à luz dos costumes e valores impostos durante o Estado Novo.

Na maioria das obras analisadas, o povo é visto como uma personagem colectiva, anónima, que sofre e luta pela conquista da liberdade, mas é quase sempre impedido, pelos mais poderosos, sendo condenado ao silêncio, à prisão, à tortura e por vezes à morte. Segundo José Gomes Ferreira, o medo “acabava por meter tudo na ordem, na indispensável ordem do musgo e do bafio” (1975, s.p). No pequeno conto, *25 de Abril Quase como um conto de Fadas*, a figura do mensageiro surge como uma figura importante, pois mantém viva a esperança de um povo isolado e em dificuldades económicas. O soldado anónimo que morre em África, em nome da Pátria, também surge como uma figura recorrente nos livros que estudámos. Em *O*

soldado e o capitão os cravos e o povão, de Valdemar Cruz, é o tio de Mafalda que morre na guerra de África.

Em *O Rapaz da Bicicleta Azul*, de Álvaro Magalhães, o avô do rapaz, lutando contra o silêncio imposto e contra a proibição de manifestar a sua opinião, é levado pela PIDE e regressa, várias vezes, débil e doente, não resistindo à morte. O Rapaz da Bicicleta Azul, representa, talvez, o jovem que “volta ao passado”, nas asas da fantasia, e encontrando-se com o capitão Salgueiro Maia, encontra a “flor da liberdade”, resgatando-a, como exemplo para todos os jovens de hoje.

No que concerne, ainda, a figuras anónimas, faz-se alusão, nalguns casos, à greve dos estudantes, mas é recorrente a prisão “política” de tantos anónimos que só foram libertados nos dias que se seguiram ao dia 25 de Abril.

No caso de *Catarina de todos nós*, de Sidónio Muralha, a figura histórica, jovem camponesa que existiu em Baleizão, surge como uma mulher corajosa que luta, contra o jugo do autoritarismo e da arrogância, por melhores condições de trabalho e uma vida melhor, mas, mais uma vez, os mais fortes acabam por vencer transformando-a numa heroína ceifada pela morte.

Referindo-nos, ainda, ao povo anónimo, José Jorge Letria aponta que “o 25 de Abril foi um golpe militar que a intervenção de pessoas de todas as idades, de todos os pontos do país e de várias origens sociais transformou numa revolução sem violência” (1999: 30).

Na opinião de alguns autores, os militares, e sobretudo os “capitães de Abril”, são os verdadeiros heróis desta saga portuguesa, ou seja, são eles que permitem a concretização da Revolução, são eles que a organizam e lhe dão vida, são eles que a tornam vitoriosa e singular. É de salientar que são heróis de “carne e osso”, nunca retratados como deuses, mas como jovens descontentes que lutaram “em nome da liberdade e dos direitos dos mais fracos”. Estes heróis, embora tenham perdido a moldura sagrada, dos tempos anteriores, são assumidos como heróis sociais. Segundo Maria Manuela Cruzeiro e Augusto José Monteiro são “heróis diferentes, mais humanos, mais próximos e familiares, mais *democráticos* do que quaisquer outros da nossa história” (2000: 80).

É notória, igualmente, a referência a figuras várias, cujo nome é citado, militares conhecidos: Otelo Saraiva de Carvalho, Garcia dos Santos, Vítor Crespo, Melo Antunes, o General Humberto Delgado, o capitão Salgueiro Maia..., mas

também, cantores, escritores e jornalistas que lutaram com uma arma muito poderosa, a escrita: José Afonso José, Manuel Freire, Vitorino, José Jorge Letria, Carlos Ary dos Santos, Manuel Alegre, Carlos Vaz Ferraz, José Saramago, Urbano Tavares Rodrigues, Natália Correia, Augusto Abelaira, Jacinto Prado Coelho, Sophia de Mello Breyner Andersen, José Cardoso Pires e tantos outros, lembrados designadamente por Maria Manuela Cruzeiro (2000: 36).

Procurámos também destacar os recursos de escrita mais representativos nas diversas obras. Será de assinalar que os autores usam, de facto, estratégias diversificadas e adaptadas a cada faixa etária, cumprindo, de certa forma, algumas “lições” importantes que se articulam, por exemplo, com o papel da narrativa na aprendizagem.

Como refere Maria cándida Proença, o aluno do 2º e do 3º ciclos do ensino básico “sente uma enorme curiosidade pelo pormenor e pelo detalhe. Interessa-se por investigar e fixar pormenores que têm a com as zonas do real que despertam mais encanto porque ocorrem noutra espaço e noutra tempo, porque se é grande a sua atração pelo real, não o é menos por tudo aquilo que é diferente e que ultrapassa o seu real quotidiano” (1989: 105).

Curiosamente, é o que acontece nas nossas narrativas, ou seja, no caso de alguns autores existe a preocupação de mostrar, aos jovens, o passado de uma forma pormenorizada, retratando quase ao detalhe as acções empreendidas, as emoções sentidas e vividas em vários momentos do quotidiano, durante o Estado Novo. Espelha-se, assim, o medo da prisão, o medo da tortura, o medo da guerra, o medo da morte e da mutilação, a angústia de nada poder mudar, a dor da perda, a dúvida sobre o futuro dos filhos condenados a uma guerra que “não lhes dizia respeito”, a discordância com as regras impostas e a dor de sofrer “amordaçado”.

Verificamos que são raros os exemplos onde o principal objectivo é descrever o percurso dos militares e a sua participação na mudança de regime.

É de destacar, também, que os títulos e os subtítulos, na nossa opinião bastante sugestivos, foram concebidos de modo a surpreender, cativar e incentivar o leitor a folhear o livro e a iniciar a leitura. O mistério, o caso que se não adivinha, o conto de fadas que se anuncia conduzem, sub-repticiamente, a criança ou o jovem por trilhos da História recente que certamente o surpreendem. A designação de espaços referenciados onde as personagens da História interagem — espaços conhecidos do

público alvo — e a nomeação de personagens reais conferem credibilidade à história criando, indubitavelmente, um maior interesse no leitor.

No caso dos livros dedicados às crianças, assistimos a um processo específico onde se recorre à rima, ao jogo de palavras, à metáfora: a História é ficcionada e protagonizada por figuras simbólicas como as letras, os feijões, os bichos ou a vassourinha que conduzem a criança num universo onde coabita a fantasia e a realidade. Esse mundo ficcionado não descarta a realidade, pelo contrário, retrata com singeleza e consistência um passado português autêntico.

Constatámos que uma estratégia, quase comum a todos os livros, adoptada para “ensinar” Abril, é a descrição de um *Antes* que pudesse mostrar a diferença com o *Agora*, de modo a que o leitor valorize a mudança e se aperceba do “tesouro” que *hoje* possui. O *Depois* só surge em duas ou três narrativas, mostrando que existe, por parte de quem escreve, algum desencanto face às expectativas traçadas aquando da Revolução dos Cravos.

Nem todos os autores se debruçam, do mesmo modo, sobre o *dia* 25 de Abril, mas os escritores que lhe dão mais enlevo fazem questão de mostrar que foi uma festa onde a euforia era manifesta e exteriorizada por todos. Este aspecto é recorrente em muitos livros, pois demonstra a alegria partilhada por todos e o desejo comum de mudar o quotidiano.

Finalizamos esta síntese recordando as palavras de Paul Ricoeur: “fazer história assenta numa memória sociologicamente considerada por uma comunidade de tempo e de espaço, essa que nos faz ouvir as recordações próprias, mas também as da mãe, do avô, dos tios, dos próximos. Todas estas memórias se reúnem ao verbalizar-se e aqui, quem, na cadeia mnemónica, detém a atribuição última da palavra é ele, o escritor, ele que nos dá a ouvir as outras memórias, que a sua integrou, sendo esta o elo final, aquele que, na e através da narrativa *fabulosa* e adjectivadora, logra esse resultado (“lindo”) que é fazer HISTÓRIA – de memória em memória, de memória em evocação, de evocação em fingimento de vida vivida, de fingimento em exageração ficcional, de ficção em fábula, de fábula em História” (2000: 160).

Bibliografia Activa:

ARAÚJO, Matilde Rosa

1983, “História de uma Flor” in *A Velha do Bosque* (pp.21-31), 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.

CASTRIM, Mário

1999, *O Caso da Rua Jau*, Porto, Campo das Letras.

CRUZEIRO, Maria Manuela; MONTEIRO, António José

2000, *Outras maneiras de contar a mesma história*, Lisboa, Editorial Notícias.

CRUZ, Valdemar

1998, *O Soldado e o Capitão, os Cravos e o Povão*, Porto, Campo das Letras.

LETRIA, José Jorge

1999, *Capitães de Abril*, Porto, Âmbar.

1999, *Era uma vez um cravo*, Lisboa, Câmara Municipal.

1999, *O 25 de Abril contado às crianças...e aos outros*, Lisboa, Terramar.

2002, *Viagem à Flor de um Mês*, Porto, Campo das Letras.

2002, *Zeca Afonso e a Malta das Cantigas*, Lisboa, Terramar.

2004, *Salgueiro Maia - O Homem do Tanque da Liberdade*, Lisboa, Terramar.

2005, *Letras & Letrias*, Lisboa, Dom Quixote.

LOPES, Conceição; BARRADAS, Carlos

1984, *25 de Abril - Quase como um Conto de Fadas*, Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal.

MAGALHÃES, Álvaro

2004, *O Rapaz da Bicicleta Azul*, Porto, Campo das Letras.

MATA, Maria

1996, *L.A. e C^a no Meio da Revolução*, Porto, Civilização.

MURALHA, Sidónio

1979, *Catarina de todos nós*, Lisboa, Editorial Caminho.

PINA, Manuel António

1993, *O Tesouro*, Porto, April / Associação 25 de Abril.

PINHÃO, Carlos

1977, *Bichos de Abril*, Lisboa, Editorial Caminho.

TORRADO, António

2001, *Vassourinha*, Porto, Campo das Letras.

VAZ, José

2000, *Fábula dos Feijões Cinzentos*, Porto, Campo das Letras.

VIEIRA, Alberto

2004, *A Revolução das Letras - O 25 de Abril explicado às crianças*, Porto,
Campo das Letras.

VIEIRA, Alice

1999, *Vinte Cinco a Sete Vozes*, Lisboa, Caminho.

Bibliografia Passiva:

ABREU, Maria Fernanda

2004, “GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ: Memórias, fábulas, História” in *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, vol. I, pp.13-17.

ARAÚJO, Matilde Rosa (org.)

1986, *A Infância Lembrada*, Lisboa, Livros Horizonte.

ARAÚJO, Teresa

2004, “Histórias com História na ficção narrativa de Alice Vieira”, in *Homenagem a Alice Vieira*, 9º Encontro de Professores de Português, Actas, Porto, Areal Editores, pp. 19-27.

BARRETO, Garcia

1998, *Literatura para crianças e jovens em Portugal*, Porto, Campo das Letras.

BASTOS, Glória

1994, “Fantasia e realidade na literatura para crianças”, in *Discursos*, nº 8, Outubro, pp. 113-126.

2000, “Ao sabor da aventura: uma aproximação às colecções de Isabel Alçada e Ana Maria Magalhães”, in *No Branco do Sul as Cores dos Livros*, Encontro sobre literatura para crianças e jovens, Actas, Lisboa, Caminho.

2002, *Múltiplas Vozes, sobre a construção do individual e do social no Teatro para crianças*, Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses, Lisboa, Universidade Aberta.

2004, “Visões da História na Literatura Dramática para Crianças”, in *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, Faculdade de Letras do Porto.

BLOCKEEL, Francesca

2001, *Literatura juvenil contemporânea: identidade e a alteridade*, Lisboa, Caminho.

CARTER, Betty

1999, “*Lectura eferente. Importância de los libros de información*”, Caracas Banco del Libro.

CARTER, Betty; ABRAHAMSON, Richard F.

2003, “História objectiva” in *Nuevas Hojas de Lectura*, n°1, enero-abril.

CERDEIRA, Teresa Cristina

2004, “Dos vícios e Virtudes da História na Ficção”, in *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, Faculdade de Letras do Porto.

CHAVES, Castelo Branco

1979, *O Romance Histórico no Romantismo Português*, Lisboa, Instituto de Cultura portuguesa.

COELHO, Nelly Novaes

1993, *Dicionário crítico da literatura infantil juvenil brasileira*, São Paulo, Quíron.

1984, *Literatura Infantil. História - Teoria - Análise*, 3ª ed., refundida e ampliada, São Paulo, Edições Quíron.

CRUZEIRO, Maria Manuela,

2001, “25 de Abril – Regresso ao Futuro”, in *Malasartes*, n°5, Abril.

DETIENNE, M.

1967, *Les maîtres de vérité dans la Grèce archaïque*, Maspero, Paris.

DOIRON, Ray

2003, “Dejar que los hechos hablen por sí mismos, uso de la no ficción en programas de lectura en voz alta”, in *Nuevas Hojas de Lectura*, nº1 enero-abril

DUARTE, Lélia Pereira

1994, “O discurso da literatura e o da História” in *Discursos*, nº7, Lisboa, Universidade Aberta.

DUARTE, Maria Manuela da Silva

2004, “AUTÓPSIA DE UM MAR DE RUÍNAS — A ficção na senda da História”, in *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, vol.I, pp.221-230.

ESCARPIT, D.; LEBAS-LEBAS, M.

1998, *La littérature d'enfance et de jeunesse-États des Lieux*, Paris, Hachette.

FREIRE, Manuel; LETRIA, José Jorge; VITORINO

2006, *Abril, Abrilzinho*, Estúdio Praça das Flores (documento audiovisual).

GOMES, José António

1993, *A Poesia na Literatura para a Infância*, Porto, Edições Asa.

1998, *Para uma história da literatura portuguesa para a infância e juventude*, Lisboa, IBL.

1999, «Perspectivas da Literatura para Crianças e Jovens em Portugal», in *Literatura para Crianças no século XXI*, Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura /nº especial, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 64-70.

2001, “Os livros para crianças e jovens e o 25 de Abril” in *Malasartes*, nº5.

2004, “Um fio de fumo... no horizonte da literatura para crianças e jovens: a obra de Alice Vieira”, in *Homenagem a Alice Vieira*, 9º Encontro de Professores de Português, Actas, Porto, Areal Editores, pp. 19-27.

GRAÇA, Joaquim

2004, *A Sebenta — Da visão do outro nos 30 anos de Abril, da revolução dos cravos à revolução dos valores e das mentalidades*, Alhos Vedros, Belgráfica.

GUIMARÃES, Ana Paula

1999, “Através de Alice: A tradição ao espelho” in *No Branco Do Sul As Cores Dos Livros*, Lisboa, Editorial Caminho.

HALBWCHS, Maurice

1997, *La mémoire collective*, Edition critique établie par Gérard Namer, Nouvelle édition revue et augmentée, Paris.

HENRIQUES, Raquel Pereira

2001, “A Revolução no Ensino da História, confronto entre o período anterior e posterior a Abril de 1974”, in Maria Cândida Proença (org.), *Um século de Ensino da História*, Lisboa, Edições Colibri.

JEAN, Georges

1981, *Le pouvoir des contes*, Paris: Castermann

LAMEIRAS, João Miguel; BOLÉO, João Paiva Boléo, SANTOS, João Ramalho

1999, *Uma revolução desenhada. O 25 de Abril e a BB*, Lisboa, Edições Afrontamento.

LEVSTIK, S. Linda

1993, “Making the Past Come to Life”, in *Fact and fiction: Literature across the curriculum*, Bernice E. Cuillinan-Editor. (Texto policopiado)

LIMA, Isabel Pires

1996, “Remomerar e Futurar ou a Invenção da Pátria”, in *Discursos*, nº 13, Universidade Aberta.

LUCKÀS, George

s.d, *A Teoria do Romance*, Lisboa, Presença.

MACHADO, Álvaro Manuel (org.)

1979, *Quem é quem na literatura*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Malasartes [Cadernos de Literatura para a Infância e Juventude],

2001, nº 5, Porto, Campo das Letras.

Malasartes [Cadernos de Literatura para a Infância e Juventude],

2004, nº 13, Porto, Campo das Letras.

MARINHO, Maria de Fátima

1999, *O Romance Histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras.

MARINHO, Maria de Fátima

2004, “O DISCURSO DA HISTÓRIA E DA FICÇÃO: Modificação e permanência”, in *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, vol.I, pp. 351-363.

MARQUES, Gabriel Garcia

2002, *Vivir para contarla*, Mondadori.

MARTIN, Serge

1997, *Parcours Didactiques – les contes à l'école*, Paris, Bertrand Lacoste.

MATOS, Maria Vitalina Leal de

2001, *Introdução aos Estudos Literários*, Lisboa, Editorial Verbo.

MATTOSO, José

1997, *A Escrita da História, Teoria e Métodos*, Lisboa, Editorial Estampa.

2000, “A Importância do Literário no Ensino da História”, in *No Branco do Sul As Cores dos Livros*, Actas do Encontro sobre literatura para crianças e jovens, Lisboa, Caminho.

MEDINA, João

1991, “Mentiras verdadeiras”, in *Colóquio Letras*, Lisboa, nº121-122, Jul-Dez.

1993, *História de Portugal*, Vol.XIV, Alfragide, Ediclube.

PAZ, Olegário, et al

1997, *Dicionário Breve de Termos Literários*, Lisboa, Editorial Presença.

PIRES, Maria da Natividade Carvalho

2005, *Pontes e Fronteiras – Da literatura tradicional à literatura contemporânea*, Lisboa, Caminho

PROENÇA, Maria Cândida

1989, *Didáctica da História*, Lisboa, Universidade Aberta.

PROENÇA, Maria Cândida; VIDIGAL, Luís; COSTA, Fernando

2000, *Os Descobrimentos no Imaginário Juvenil*, Lisboa, CNCDP

PROENÇA, Maria Cândida (org)

2000, *Um século de ensino da História*, Lisboa, Edições Colibri.

PROPP, Vladimir

1983, *Morfologia do conto*, Lisboa: Vega.

RAMOS, Ana Margarida

2006, “Memórias da Revolução de Abril na Literatura para a Infância: diferentes formas de contar a mesma história”, (texto policopiado) Comunicação apresentada no 6º Encontro de Investigação em Literatura, Literatura Infantil e Ilustração, Universidade do Minho.

REIS, Carlos

s.d, “Fait Historique et Référence Fictionnelle: le Roman Historique, in *Dedalus*. pp.141-147.

1991, *Técnicas de Análise Textual*, Coimbra, Livraria Almedina.

2001, *O Conhecimento da Literatura, Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra, Almedina.

1996, “Identidade e Discurso Ideológico”, in *Discursos*, nº 13, Universidade Aberta.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M.

2002, *Dicionário de Narratologia*, 7ª. ed., Coimbra, Almedina.

REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel

1994, “O entretecer da História e da Ficção”, in *Discursos*, nº 7, Universidade Aberta.

RICOEUR, Paul

2000, *La Mémoire, l’Histoire, l’Oubli*, Paris, Ed. du Seuil.

ROCHA, Natércia

1992, *Breve história da literatura para crianças em Portugal*, Lisboa: ICALP, Lisboa, Caminho.

RODRIGUES, Urbano Tavares

2000, “Literatura e testemunho: Ambiguidades e variantes na ficção portuguesa contemporânea” in *Literatura e Pluralidade Cultural. Actas do 3.º Congresso Nacional da APLC*, Lisboa, Edições Colibri.

ROSENBLATT, Louise

2002, *La literatura como exploración*, México, Fondo de Cultura Económica.

SÁ, Domingos Guimarães de

1981, *A Literatura Infantil em Portugal, achegas para a sua história*, Braga, Editorial Franciscana.

SAVATER, F.

1997, *O valor de Educar*, Lisboa, Presença.

SCHMIDT-BRANCO, Cecília

1981, “O ensino da História”, in *Revista da Educação e Ensino*, Lisboa, VI ano.

SHAVIT, Zohar

2003, *Poética da Literatura para Crianças*, Lisboa, Caminho.

SILVA, Rebelo

S.d. , “A Pena de Talião”, in *Contos e Lendas*, 4ª ed., Lisboa, Bertrand, pp. 295-310.

SILVA, Victor Manuel Aguiar e

1988, *Teoria da literatura*, 8ª ed., Coimbra, Almedina.

1990, *Teoria e Metodologia Literárias*, Lisboa, Universidade Aberta.

SILVA, Sara Reis da

2005, *Dez Réis de Gente... e de Livros – notas sobre literatura infantil*, Lisboa, Caminho.

SORIANO, Marc

1975, *Guide de littérature pour la jeunesse*, Paris, Flammarion.

1995, *La literatura para niños y jóvenes*, Buenos Aires, Colihue.

TORGAL, Luís

1989, *História e ideologia*, Coimbra, Minerva.

TRAÇA, Maria Emília

1992, *O fio da memória. Do conto popular ao conto para crianças*, Porto, Porto Editora.

VIEIRA, Alice

1986, “Os Caminhos da História”, in Luísa Ducla Soares, *Antologia Diferente – De Que São Feitos os Sonhos*, Porto, Areal Editores, pp.188.

1988, “Fazer sentir às crianças que este país é a sua casa”, in *O diário*, 23 de Junho, (página cultural, pp. 6-7).

VIEIRA, Joaquim

2000, *Portugal Século XX, Crónica em imagens-1970-1980*, s.l., Círculo de Leitores.